

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROFESSOR ORIENTADOR: Dr. RODRIGO STUMPF GONZÁLES

**Recentes Evoluções Socioculturais no Brasil e
nos Países dos Andes (Bolívia, Colômbia,
Equador, Peru e Venezuela)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO
ALUNO: 00208665 - Airton José Pozza
Junho/2017

ÍNDICE :

Tema:	Páginas:
1-Introdução.....	01
2-Levantamentos sobre o Problema de Pesquisa.....	06
3-Objeto.....	19
4-Institucionalidade	32
5-Atualidade Social dos Países Pesquisados.....	41
6-Conclusões.....	79
7-Referências Bibliográficas.....	91
8-Anexos, Dados Sociais principais desses países:	
- <i>Bolívia</i>	95
- <i>Brasil</i>	99
- <i>Colômbia</i>	105
- <i>Equador</i>	110
- <i>Peru</i>	114
- <i>Venezuela</i>	118

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Figura 1 – Linhas de Pobreza.....	11
Figura 2 – Gastos Sociais	40
Figura 3 – Situação econômica dos moradores de cada país pesquisado....	86
Figura 4 - Balanço Comercial dos países citados e sua posição no Ranking Mundial.....	87
Figura 5 - PIB dos países trabalhados, e forma de sua composição.....	90
Figura 6 - Resultados das Políticas Econômicas.....	95
Figura 7 - Bandeira e Mapa da Bolívia.....	97
Figura 8 - Bandeira e Mapa do Brasil.....	102
Figura 9 – Bandeira e Mapa da Colômbia.....	107
Figura 10- Bandeira e Mapa do Equador.....	112
Figura 11- Bandeira e Mapa do Peru.....	116
Figura 12- Bandeira e Mapa da Venezuela.....	121

1 – INTRODUÇÃO:

A) Noções Sobre a Política e o Social:

Política e política social, representam atuações do poder político visando o bem-estar da população. Entretanto, analisados desta forma, estes conceitos perdem sua historicidade e fundamentalmente, seu conteúdo de classe social.

O que determina as doutrinas, as normas jurídicas, e o funcionamento das instituições administrativas do Estado, emana de uma concepção da relação indivíduo/sociedade, fundamentada numa perspectiva positivista, de uma ordem natural, onde a existência das diferenças e das desigualdades sociais, apresentam-se como fenômenos inerentes à natureza humana.

Contrastando com a tradição clássica, segundo a qual a esfera da política (entendida como esfera do que diz respeito à vida da *pólis*) compreende toda a sorte de relações sociais (tanto que o *político* vem a coincidir com o *social*), a doutrina exposta sobre a categoria da política é certamente limitativa: reduzir a categoria dela, à atividade direta ou indiretamente relacionada com a organização do poder coativo, é restringir o âmbito do político quanto ao social, é rejeitar a plena coincidência de um com o outro.

Essa limitação baseia-se numa razão histórica bem definida: com o surgir da economia mercantil burguesa, foi subtraído à esfera da política o domínio das relações econômicas, originando-se a contraposição da sociedade civil à sociedade política, da esfera privada ou do burguês, à esfera pública ou do cidadão, coisa que também era ignorada na antiguidade.

Assim, o movimento solidarista pregava firmemente a revisão do liberalismo econômico: era preciso ampliar a fraternidade até torná-la *solidariedade*. Todos apelavam ao Estado, para que fizesse reinar *maior justiça social*, através de uma melhor distribuição dos bens, também para que protegesse o cidadão contra o risco social, através da generalização dos sistemas de previdência, enfim, que gerasse medidas sociais adequadas, e se orientasse para uma verdadeira estratégia prospectiva da economia social, como até à *economia dirigida*, que determina a todo momento a renda nacional e (o que é quase o mesmo) o volume do emprego (CHÂTELET, 2009, pág. 156).

Adotamos o método particular de análise no processo de verificação empírica das hipóteses e teoria, concernentes ao fenômeno político ora analisado, a política social. *Comparar* não é apenas um procedimento científico, é também um modo de pensar, mediante o qual aumentam as possibilidades de *aprender dos outros*, e entesourar lições vindas da sistema políticos diferentes do nosso.

Este estudo comparado envolveu o campo de *pesquisa tradicional de democracias participativas*, nas nações adiante listadas como ambientes plenos do trabalho. O exame minucioso, visando contribuir para o avanço dos estudos teóricos e metodológicos, esteve dirigido para a análise profunda de características que permitissem identificar as particularidades, e eventuais similitudes, de processos que impactaram na qualidade do desenvolvimento político das nações observadas.

Nossa hipótese, enfim, é que a política e a política social, apresentam claro e inequívoco conteúdo de classe social, e respondem, em última instância, aos interesses das classes dominantes.

A criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. A expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social, etc., contribui diretamente para a qualidade de vida, e seu florescimento. Há evidências até de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garanta serviços de saúde e educação a todos, pode efetivamente obter resultados notáveis da duração e qualidade de vida de toda a sua população. Ademais, existem provas consideráveis de que a melhora nos serviços de saúde, e na nutrição, também torna a força de trabalho mais produtiva e bem remunerada (SEN, 2010, pág. 191).

A hipótese deste nosso roteiro também parece ter uma resposta pronta e lógica: por que existe uma parcela da população que não consegue alcançar, por sua própria conta, os requisitos mínimos necessários para sua sobrevivência, e para a sua formação como cidadãos? Se for isso, nosso inconformismo social nos leva a pensar que, ao contrário, as políticas sociais não deveriam existir em nenhuma hipótese e nenhum lugar, pois é inadmissível que existam pessoas que não consigam sobreviver com dignidade e autonomamente. Nesse sentido, a existência e a naturalização da política social, é uma negação de tudo aquilo que pensamos, e que pregamos, em termos de justiça social, de ética, de igualdade e de cidadania (DE CARVALHO, 2007, pág. 73-86).

Hoje em dia, a política social é uma política utilizada pelas formações econômico-sociais capitalistas existentes, que gera ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas inseridas nesse modo de produção, o capitalista. É uma mediação entre as necessidades de valorização e de acumulação do capital, e a manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Nessa perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho, e do seu preço. Portanto, há uma problematicidade na política social, dado que ela se insere no âmbito da tentativa de buscar um certo grau de

compatibilidade entre o capital e o trabalho. A política social, de qualquer forma que seja manifestada, é garantida e efetivada apenas com o custeio dos próprios beneficiários, ou seja, dos trabalhadores assalariados.

Ocorre que a preocupação primordial do Estado, é assegurar a perpetuação da força física trabalhadora, e para isso, não prioriza a destinação dos recursos financeiros arrecadados em benefício dos empregados, perpetuando-se, portanto, essa apropriação pecuniária.

Não se exige um gerenciamento eficaz dos recursos arrecadados perante a classe de empregados, mas sim uma reciprocidade por parte do Estado via serviços e garantias de cunho social (não necessariamente exemplares), a fim de que esteja garantida a manutenção da força física do trabalhador, por prazo de tempo razoável, em um Estado que satisfaça as exigências de um regime de produção capitalista, em uma economia neoliberal (SAWAIA, 1999, pág. 375).

Isto posto, notamos uma verdadeira contradição entre os relevantes fins objetivados pela real política social, em oposição àqueles alcançados pela vigente política maniqueísta implementada, e eficazmente utilizada pelo Estado, maquiada sob o rótulo de *social*.

Não menos vislumbrante é o vergonhoso fato, a *priori* carregado de obviedade, (considerando-se as explanações acima), de que o controle legal do preço da força de trabalho, e a perpetuação da subordinação do trabalhador (ambos os casos mantidos pela política social atual) são custeados, sob o aspecto econômico, por toda a sociedade, sendo tal injusta situação quase que imperceptível por grande parte da população, visto a notável evidência política manipuladora, institucional e legal, imposta pelos Estados.

O que é fundamental, é o fortalecimento daqueles que se encontram fora dos processos decisórios, que se dão, em última instância, no âmbito político. Os espaços políticos já existentes (sindicatos, associações, conselhos, etc.), e a busca incessante de criação de novos espaços de participação, podem se constituir em um caminho possível de fortalecimento dos indivíduos, para que reconheçam sujeito coletivo e imponham mudanças importantes em ambas as políticas, mudanças estas que venham a favorecer a maioria da população.

Passando das palavras aos indicadores, a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, criada em 1948)¹ no seu Panorama Social da América Latina-2000,

1. A missão da CEPAL, na área do Desenvolvimento Social, é promover o desenvolvimento integral da América Latina e do Caribe, com enfoque nos direitos e nas igualdades. Para isso, proporciona aos países, diagnósticos e análises da situação social em áreas temáticas, e grupos específicos da população; se analisam as políticas sociais implementadas pelos governos da região, para a superação da pobreza, uma maior e universal proteção social e o êxito da igualdade; e se estudam e difundem experiências com êxito, para contribuir aos processos de adoção de decisões. Essa missão se

registra que a população em situação de pobreza cresceu de 1997 até o começo de 2000, de 204 milhões, para 220 milhões de pessoas. Esse mesmo relatório mostra que 43,5% da população do Brasil ganha menos de dois dólares por dia, e que 40 milhões de pessoas vivem em pobreza absoluta. A edição de 2005 do “Panorama Social da América Latina” (CEPAL, 2005) estima que 40,6% da população encontrava-se em situação de pobreza, e que 16,8% viviam em pobreza extrema, ou indigência. Então, os dados mostram que existem hoje mais pessoas pobres e indigentes, em termos absolutos, que em 1990 (DE CARVALHO, 2007, pág. 73).

Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado em maio deste ano, mostra o Brasil como um país que apresentou sinais promissores de redução das desigualdades sociais, juntamente com Peru, México, Argentina e Chile. Apesar desses bons resultados, a América Latina continua entre as regiões do mundo com a maior disparidade entre ricos e pobres. O documento faz uma análise específica da desigualdade em economias emergentes, comparando os resultados com a média dos países integrantes da organização. A tendência de redução registrada na América Latina, de acordo com o relatório, contrasta com o aumento da desigualdade na maioria dos países-membros da OCDE, em especial nas nações que adotaram a austeridade fiscal como resposta à crise econômica de 2008/2009 (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia> - acessado em 11/06/2016).

Nossa hipótese, enfim, é que a política e a política social, apresentam claro e inequívoco conteúdo de classe social, e respondem, em última instância, aos interesses das classes dominantes.

O **objetivo** dessa pesquisa é verificar como o Brasil e os países *andinos* (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), implementaram projetos de políticas sociais, tentando reduzir a miséria entre os seus cidadãos, e promover a igualdade entre eles, e *quais foram os resultados alcançados, comparando-os*. Dessa categoria geográfica, dos países *andinos*, também participa o Chile, que todavia deixamos de incluir em nosso trabalho, por ser considerado um país realmente desenvolvido, mas com um problema pertinente: criação do Ministério de Desenvolvimento Social. Esse novo ministério avaliaria, e realizaria, os atos necessários para programas sociais. Mas, apenas em Setembro de 2015, o país, como parte dos 193 membros da ONU, subscreveu o cumprimento de um programa de desenvolvimento sustentável. Essa ausência de atividades

cristaliza na assessoria aos governos, no desenho de programas e políticas sociais, e no fortalecimento das capacidades institucionais dos países. <http://www.cepal.org/pt-br/areas-de-trabalho/desenvolvimento-social> - acessado em 28/04/2017;

políticas em favor da população, foi uma razão pertinente por não o termos incluído neste trabalho.

Dos países acima citados, destaca-se o setor econômico no nível primário, e a população com a predominância dos mestiços e indígenas. Os países andinos ainda se identificam por ter em comum uma população de baixo padrão de vida, com elevado crescimento vegetativo, e a presença da Cordilheira dos Andes. Os altiplanos são os locais com maior concentração de população, devido às suas condições favoráveis.

Outra nossa hipótese, é que, frente ao cenário normal de crise social e mudanças estruturais no mercado de trabalho, as políticas sociais têm oferecido respostas tímidas e insuficientes, relacionadas à sua insubordinação aos parâmetros das reformas econômicas liberalizantes. Dessa maneira, a eventual permanência dessa situação, combinada com as transformações recentes nas políticas sociais, poderá ter graves consequências, como a piora do caráter assistencialista dessas políticas, e uma regressão dos direitos sociais.

São comuns problemas sociais como: analfabetismo, subnutrição, e precariedades na área de saúde. Atualmente há uma grande diminuição da taxa de mortalidade, e um aumento da taxa de natalidade, resultando num crescimento vegetativo considerável, juntamente ao processo veloz de urbanização (<https://www.colegioweb.com.br/america-do-sul/paises-andinos.html> – acessado em 26/05/2017).

Assim, apresentamos o **PROBLEMA DE PESQUISA** relativo ao presente trabalho:

EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA, AS REFORMAS INSTITUCIONAIS RECENTEMENTE IMPLANTADAS NO BRASIL E NOS PAÍSES ANDINOS, EFETIVAMENTE REDUZIRAM O NÚMERO DE PESSOAS LOCALIZADAS NA LINHA DE POBREZA?

A) Desigualdade Econômica:

Desigualdade econômica (ou *desigualdade social*, o que ela acaba por provocar) é um problema que afeta atualmente a maioria dos países, mas principalmente, os menos desenvolvidos. Isso se dá principalmente pela distribuição desigual de renda, mas também, entre outros fatores, pela má formação educacional, e pelo investimento ineficiente desses países em áreas sociais.

Neste trabalho, enfatizamos as brechas de desigualdade, e sua reprodução intergeracional, prestamos especial atenção às etapas formativas dos indivíduos, e sua transição à vida adulta, bem como ao comportamento do gasto social e das transferências, em função dos requerimentos das novas gerações em suas primeiras etapas. Mostra-se a forma como o trânsito no ciclo vital marca trajetórias diferenciadas pelo desenvolvimento de capacidades, conquistando a desigualdade e a pobreza, na passagem de uma etapa a outra da vida das pessoas (<http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones> – acessado em 28/04/2017).

No contexto dos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativas da política pública na criação de oportunidades sociais tem importância crucial. E, no passado de países ricos, encontramos uma história notável de ação pública por educação, serviços de saúde, reformas agrárias, etc. O amplo compartilhamento dessas oportunidades sociais possibilitou que o grosso da população participasse diretamente do processo de expansão econômica (SEN, 2010, pág. 190).

O Panorama Social da América Latina-2011, um dos anos que aqui utilizamos, se aprofunda na cadeia de produção e reprodução das brechas sociais, e aborda outros âmbitos. Presta especial atenção ao modo como se vinculam nessa cadeia, a heterogeneidade estrutural (brechas de produtividade nas economias nacionais), a segmentação laboral, e os vazios da proteção social. Agregam-se também, fatores demográficos, como a fecundidade diferenciada por nível educativo e de renda, e padrões mais específicos de risco ou exclusão, como os que afetam a juventude nos Andes. Cabe destacar que a região enfrenta um cenário ambivalente em relação a essas brechas, já que nele se combinam tendências estruturais que as reforçam, mas também avanços recentes, que resultam auspiciosos e abrem novas possibilidades para encaminhar-se a sociedades menos desiguais, e com um acesso mais difundido ao bem-estar.

Assim, por um lado, se está diminuindo a pobreza e a desigualdade na região, sua principal causa é, em primeiro lugar, o incremento nos rendimentos do trabalho, e em

segundo, o aumento das transferências públicas aos setores mais vulneráveis. Por outro, mantém-se a rigidez das brechas produtivas, e a pouca mobilidade desde os setores de baixa produtividade em grupos específicos (sobretudo, mulheres de grupos socio-econômicos de menores recursos), cujas rendas não se têm incrementado. Também se reduz de maneira importante a fecundidade, o que augura maiores possibilidades de bem-estar em famílias com menor número de dependentes, por outro lado, o calendário da fecundidade continua estratificado por níveis socioeconômicos e educativos, com maior incidência de maternidade adolescente entre as mulheres menos educadas. O aumento do gasto social é evidente, como também o é a resposta (desde o gasto, e a proteção social), para mitigar o impacto da crise de 2008-2009, nos setores mais vulneráveis, contudo os sistemas de proteção social diferenciam de ser inclusivos, e mostram vazios que reproduzem a vulnerabilidade e a estratificação no acesso à seguridade social.

Tanto a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), estabelecem que os países devem garantir o direito a uma vivência digna. Esse direito não só faz referência à adequação da materialidade da vida, como também ao acesso a serviços apropriados, como a água, o saneamento e a energia, a segurança na propriedade e no ambiente (CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2016, pág. 35).

O que o desenvolvimento humano faz? A criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. Há evidências de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde, educação, seguridade social, etc., contribui diretamente para a qualidade de vida e seu florescimento (SEN, 2010, pág. 191).

Com respeito às privações vinculadas aos materiais de moradia, que afetam às pessoas mais pobres e que vivem em áreas rurais, as maiores incidências no último ano sobre as nações andinas tiveram lugar no Peru (87% em 2013), e no Estado Plurinacional da Bolívia (74% em 2011) (CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2016, pág. 37).

À medida que qualquer região avança na transição demográfica, e que a mortalidade e a fecundidade chegam a níveis baixos, ou muito baixos, o impacto direto delas no crescimento natural da população, vai se fazendo cada vez mais pequeno. Pelo contrário, o efeito desses mudanças na estrutura por idade da população é de grande magnitude, e se prolonga no tempo, à medida que gerações representantes de diferentes etapas da mudança demográfica avançam em sua trajetória vital.

Desde a década de 1960, a estrutura por idade dos habitantes dos países da América Latina, experimentou grandes transformações, que implicaram na passagem de uma população relativamente jovem, no início do período, a um povo que começa um processo acelerado de envelhecimento. O peso da população menor de 20 anos (aproximada à idade escolar), começou a diminuir desde o fim da década de 1960. Na medida que os grandes números da população nascida antes dessa época, foram chegando à idade de trabalhar, o peso das pessoas potencialmente ativas (20 a 64 anos), começou a aumentar, o que deu origem ao período do *bônus demográfico*. Essa mudança foi crucial do ponto de vista do vínculo entre a dinâmica demográfica e o crescimento econômico.

Por outro lado, a prolongação da vida, pela diminuição da mortalidade, aumentou a proporção de adultos maiores (65 anos e mais), que subiu de 4%, entre 1960 e 1965, a 8% na atualidade. Ainda que essa proporção possa parecer pequena, mostra que já se iniciou a fase de maior aceleração de seu crescimento (envelhecimento mais avançado). Esse ritmo levará rapidamente a região a alcançar um marco importante em 2057, quando a proporção de pessoas de idade será igual à dimensão dos menores de 20 anos (22,1%) (CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2016, pág. 206).

O incremento dos níveis educativos da população, em especial entre os grupos mais vulneráveis, é essencial, porém não suficiente, para alcançar uma maior igualdade. Por um lado porque melhora as probabilidades de acessar a um emprego de qualidade e a melhores salários, contribuindo com isso à mobilidade social e à quebrar a transmissão entre gerações da desigualdade e da pobreza. Por outro, porque permite que a população esteja em melhores condições para participar nos processos democráticos, e exercer seus direitos cidadãos.

No que diz respeito à educação pós-secundária², em 2013 se verificaram disparidades socioeconômicas na percentagem de pessoas que haviam cursado tal nível. A população com educação técnica ou superior, completa ou incompleta, chegou a 46% no grupo mais rico, enquanto que no mais pobre alcançou apenas 4%. Ao examinar a evolução desse indicador, entre 1997 e 2013 se observou um aumento da porcentagem da população que cursou o nível terciário em todos os grupos. No grupo de maiores posses, o acesso à educação terciária cresceu 11 pontos percentuais entre 1997 e 2013, ao contrário, no mais pobre esse indicador se incrementou apenas 2 pontos percentuais (apud <http://www.cepal.org/pt-br/areas-de-trabalho/desenvolvimento-social>, aces. em 07/07/2017).

Nos últimos anos, os países sul-americanos incrementaram substancialmente o aces-

2. Inclui educação técnica e superior, completa ou incompleta.

so aos serviços de telecomunicações, e ao uso de aplicações e redes sociais. Nessa linha no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável se assumiu o compromisso de “*aumentar significativamente o acesso à tecnologia da informação e às comunicações*”, e de “*esforçar-se por proporcionar acesso universal e acessível à Internet, nos países menos adiantados, daqui a 2020*” (CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2015, pág. 24). Sem dúvida, persistem importantes brechas socioeconômicas e de gênero, no acesso e uso das novas tecnologias. Por exemplo, ao redor de 2013, a incidência da população que residia em casas que tinham computador, era substancialmente maior no ramo de maiores rendas, e esses incrementos, medidos em valores absolutos, foram menos importantes nos mais pobres (CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2016, pág. 38).

O atual cenário econômico mundial, mais complexo e incerto que o dos anos anteriores e que, ao menos em curto prazo, será menos favorável para a região andina, expõe o desafio de assegurar os avanços em matéria de desenvolvimento social alcançados no último decênio, e não postergar as assinaturas pendentes nos âmbitos em que o progresso foi insuficiente: reduzir e inclusive erradicar a pobreza, em suas múltiplas dimensões; diminuir a desigualdade em todas suas manifestações; ampliar a proteção social mediante melhores políticas sociais; promover o emprego produtivo e o trabalho decente; conseguir a cobertura universal em saúde de qualidade; e avançar na qualidade em alcance em todos os níveis da educação, mais além do nível primário; entre outros desafios.

Certamente, as margens de expansão do gasto público social diminuíram, devido às restrições na arrecadação fiscal que impôs o débil desempenho econômico. Como consequência disso, surge a necessidade de explorar novas fontes e mecanismos de financiamento, que tornem sustentável no tempo a política social, e assim permitam consolidar as conquistas obtidas, e avançar nos desafios mencionados.

O protagonismo dos *movimentos sociais*, e suas relações com a política institucional, é em função de fazerem demandas coletivas a autoridades determinadas, e tem lugar no hemisfério ocidental desde a segunda metade do século XVIII, segundo Charles Tilly (TILLY, 2004, pág. 278). Frente ao uso tão difundido dos movimentos sociais, partimos de uma definição ampla, segundo a qual *são grupos organizados que tentam realizar ou deter alguma mudança no sistema social do qual são parte, sem ter os recursos formais e informais que tal sistema reconhece como legítimos. Contam basicamente com sua ação e organização, e enfrentam conflitivamente os que têm recursos – poder, dinheiro, reco-*

nhecimento –, e em seu desenvolvimento, reforçam laços de solidariedade entre seus membros.

Empregam combinações entre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizações com fins específicos, reuniões públicas, processos solenes, vigílias, marchas, manifestações, cartas abertas, declarações nos meios de comunicação e em panfletos, e a representação pública e coordenada, por parte dos participantes e suas bases.

Nos anos 1980, tomou força na América Latina uma visão reducionista, na qual se julgava negativamente os gastos destinados à provisão universal de serviços sociais, e se buscava reduzi-los através de programas focalizados na população mais vulnerável. Esse enfoque foi se debilitando na década seguinte, devido à limitada eficácia desses programas focalizados, e à inviabilidade de implementar de maneira isolada o resto dos serviços sociais (CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2016, pág. 59).

O surgimento de movimentos sociais contemporâneos trata-se da atualização da participação coletiva, em um cenário articulado em função do regime neoliberal de cidadania, que combina a diminuição de direitos sociais com o fortalecimento da mediação através dos partidos políticos, em detrimento das organizações cooperativas. Ao longo dos anos, cada vez mais os países da região desenvolveram medições oficiais, com processos e metodologias adequadas às suas realidades. As decisões metodológicas, adotadas nas medições nacionais diferem em cada país, e em consequência, nos permitem sua comparação e agregação, para estimar o nível regional. Nesse sentido, a seguir passamos a descrever os feitos recentes desses movimentos no grupo de países andinos (citados no início).

Devido a seus elevados níveis de pobreza, desigualdade, e informalidade laboral, tais países ainda enfrentam enormes brechas no bem-estar, cuja amplitude varia segundo o nível de desenvolvimento socioeconômico e institucional dos países. No quadro a seguir, se detalha como os países estudados, compõem os grupos de brechas de bem-estar extremas (que ostentam valores mais baixos de PIB *per capita*, gasto social, e assalariados que aportam à seguridade social e cujas taxas de dependência e o número de ocupados abaixo da linha de pobreza, são mais altos), moderadas (com valores médios) e modestas (com valores mais altos do PIB *per capita*, gasto social e assalariados que aportam à seguridade social, e menores taxas de dependência e o número de ocupados por debaixo da linha de pobreza), e segundo essa análise.

No citado quadro, se relacionam os países da região andina e o Brasil, mas ainda que as brechas se classifiquem como modestas, são elevadas em comparação com os países que têm regimes de bem-estar mais desenvolvidos, como os nórdicos, por exemplo.

Quadro 1: Linhas de Pobreza (obtidos em CEPAL - *Panorama Social da América Latina - 2017*)

Países (ano da estatística)	Taxa de Pobreza (%)	Taxa de Indigência (%)
Bolívia (2013)	32,7	16,8
Brasil (2014)	16,5	4,6
Colômbia (2014)	28,6	8,1
Equador (2014)	29,8	10,3
Peru (2014)	22,7	4,3
Venezuela (2013)	32,1	9,8

Fonte: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html - acessado 07/07/2017

A CEPAL contribui na difusão de dados relevantes da América Latina, através de diversos meios nas áreas econômica, social e ambiental, assim como em temas emergentes priorizados pelos chefes de estado nas reuniões de cúpula mundiais, e seus correlatos regionais. Para isso, sistematiza e documenta em CEPALSTAT a informação produzida pelos organismos oficiais dos países e das agências internacionais, além de um conjunto de indicadores relevantes para descrever a situação regional, produzidos por as diferentes divisões que integram a Comissão, constituindo um aporte significativo para um amplo espectro de usuários de dados estatísticos.

Esse portal permite aceder estatísticas e indicadores periódicos, seja através da consulta de tabelas e gráficos pré-definidos, perfis regionais e nacionais, baseados em um conjunto de indicadores chave, ou mediante a gestão das bases de dados criadas para tal fim. A maioria delas, possibilita a elaboração de quadros estatísticos através de uma consulta em linha, em tempo real de dados de diferentes series, e/ou países, e/ou períodos. Cada uma das variáveis se associa com um conjunto de metadados, que inclui a descrição das fontes utilizadas, as definições e outras características relevantes das mesmas, como sobre o ano a que tal informação se refere, e foi avalizada.

Desde o *Panorama Social da América Latina 2009*, a CEPAL ordenou a população em quatro categorias de ingressos *per capita* com respeito à linha de pobreza: 1) até 0,6 vezes a linha de pobreza (definidos como “indigentes e altamente vulneráveis à indigência”); 2) entre 0,6 e 1,2 vezes (“pobres e altamente vulneráveis à pobreza”); 3) entre 1,2 e 1,8 vezes (“vulneráveis à pobreza”), e 4) acima de 1,8 vezes (“não vulneráveis”) (CEPAL –

O Banco Mundial atualizou em 07/10/2015, o valor da linha internacional da pobreza para US\$1,90 por dia. A nova linha global de pobreza é baseada na *Paridade do Poder de Compra* nos países mais pobres do mundo. Assim, a projeção do Banco Mundial é de que menos de 10% da população mundial estará vivendo na pobreza extrema, até o final do ano de 2017.

Ainda que a seleção dos limites dessas quatro categorias populacionais seja arbitrária, essa metodologia nos permite viabilizar a grande quantidade da população que vive em situação de indigência, pobreza ou vulnerabilidade ao empobrecimento, nos distintos países da América Latina. Ao redor de 2013, em apenas seis países (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Panamá e Uruguai), a população não vulnerável correspondia a mais de metade da população.

A própria Comissão define o gasto social como o total de recursos destinados aos planos, programas e projetos, cujo objetivo é gerar um impacto positivo em algum problema social, independentemente da entidade administrativa que realiza cada função (educação, saúde, proteção social, proteção do meio ambiente, vivenda e serviços comunitários, e atividades recreativas), da fonte de financiamento interno e externo (pública ou privada), e do lançamento de custos a que se destinam (gastos correntes ou de capital) (CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2016, pág. 75).

Na região existe uma vasta experiência com respeito à medição do gasto público social sobre a base das estatísticas de finanças públicas, porém a medição pelo lado do setor privado é muito esporádica. Em particular, no âmbito da proteção social se realizaram reformas tendentes a incorporar o setor privado.

Efetivamente, durante as décadas de 1990 e de 2000, a maioria dos países da região empreendeu reformas de seus sistemas de pensões, tentando introduzir esquemas de capitalização individual. Os sistemas educativos, e de seguro em matéria de saúde, também contam com uma importante participação do setor privado, que, sem dúvida, não foi adequadamente contabilizada.

A medição proposta se organiza em dois quadros: um de doações correntes e de capital, e um segundo quadro de ingressos correntes. Em ambos os quadros, nas colunas se identificam os atores: a seguridade social vinculada ao emprego pensionista e não pensionista (setor público e setor privado), a assistência social (das instituições sem fins lucrativos e do Governo) e, finalmente, os seguros voluntários de vida e de saúde (do setor público e do setor privado). Por sua parte, as filas do quadro de doações represen-

tam as transações das funções sociais para cada subsetor. As principais fontes de informação, necessárias para completar os quadros, são as contas econômicas integradas e o quadro de oferta e utilização.

As brechas estruturais nos mercados trabalhistas, e as amplas diferenças no acesso a oportunidades, direitos e prestações, entre distintos grupos da população, representam um obstáculo chave para a superação da pobreza e da desigualdade na região. Em 2013, 39% das pessoas ocupadas, da região, seguia vivendo em situação de indigência, pobreza, ou vulnerabilidade à pobreza, o que evidencia que existem grandes déficits de trabalho decente. As pessoas mais pobres e vulneráveis, tendem a concentrar-se em atividades informais, aquelas que geram ingressos de capital mais baixos, e provêm menor acesso à proteção social, e menos oportunidades para as gerações futuras.

As disparidades observadas na inserção nos mercados laborais da região, se fazem evidentes ao incorporar na análise a perspectiva do ciclo de vida. Na média, 67,4% dos jovens de 15 a 29 anos de idade que vivem em lares não vulneráveis, participa no mercado laboral, enquanto que entre os jovens indigentes, pobres ou vulneráveis à pobreza, a taxa de participação é somente de 54,1%.

Em particular, na população dos países com brechas modestas de bem-estar, se observam altíssimas taxas de desemprego juvenil, que passam de 40% no caso dos jovens de 18 a 24 anos de idade, indigentes ou altamente vulneráveis à indigência.

Por sua vez, a participação trabalhista das pessoas de 65 anos ou mais, que vive em condições de indigência, pobreza ou vulnerabilidade, chega a 31,9%, em comparação com 23,8% em caso da população não vulnerável. A insuficiência da cobertura dos sistemas de proteção social, a precariedade e instabilidade dos postos de trabalho ao longo da vida, e os baixos montantes das pensões, explicam os altos níveis de participação entre a população adulta, maior, mais pobre e vulnerável.

As pessoas que vivem em condições de indigência, pobreza ou vulnerabilidade, enfrentam múltiplas barreiras para incluir-se de maneira sustentável em empregos produtivos e de qualidade, com acesso aos direitos e à proteção. Essas dificuldades estão fortemente marcadas pelos determinantes de gênero, raça, e etnia, assim como por certos momentos do ciclo de vida (a juventude, em particular), e a incapacidade, e também são mais pronunciadas, nas áreas rurais e nos países com maiores brechas de bem-estar.

A fim de contribuir para a superação da pobreza e a redução da vulnerabilidade, os

programas de inclusão trabalhista e produtiva devem ser parte de um marco integrado de políticas públicas, que articule a política econômica, as políticas produtivas e trabalhistas, e a política social. Em particular, é necessário promover mudança estrutural, o trabalho decente, e a igualdade de gênero.

Normalmente, as políticas públicas e os programas de inclusão trabalhista e produtiva, são destinados a proporcionar um maior acesso às oportunidades econômicas e ao emprego de qualidade, contribuindo à superação da pobreza e à redução da vulnerabilidade. Essas políticas trabalhistas, se orientam a melhorar tanto a oferta como a demanda de trabalho, mediante a capacitação técnica e profissional, a nivelção de estudos, o apoio ao trabalho independente, a geração direta e indireta de emprego, e os serviços de intermediação trabalhista.

A articulação e integração das políticas e programas para promover o trabalho decente, significa, entre outras medidas, implementar políticas macroeconômicas, produtivas e setoriais, favoráveis à geração de empregos de qualidade, promover a formalização do trabalho e da economia informal, fomentar a autonomia econômica das mulheres, ampliar as oportunidades de construção de trajetórias de trabalho decente para os jovens, formular políticas e regulações de conciliação entre o trabalho e a família, avançar em políticas de valorização do salário mínimo, implementar ou fortalecer as medidas de proteção do emprego (como os seguros de desemprego), prevenir e erradicar o trabalho infantil e o trabalho forçado, combater todas as formas de discriminação no emprego e a ocupação, garantir os direitos de organização sindical e negociação coletiva, e instituir e fortalecer instâncias e processos de diálogo social (CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2016, pág.131).

As recompensas do desenvolvimento humano, como vimos, vão muito além da melhora direta da qualidade de vida, e incluem também sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas, e portanto, sobre o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada. Além do mais, existem provas consideráveis de que a melhora nos serviços de saúde e na nutrição, também tornam a força de trabalho mais produtiva e bem remunerada (SEN, 2010, pág. 191).

A filiação aos sistemas de pensões se mostra heterogênea entre os países da região, já que os trabalhadores de países com brechas modestas de bem-estar, apresentam níveis de afiliação superiores aos de brechas moderadas ou extremas.

A cobertura dos sistemas de saúde também aumentou consideravelmente entre 2002

e 2013, ano em que a filiação chegou aproximadamente a dois terços da população ocupada. No início da década, esse indicador não superava a 50%, e ao redor de 2013 se estima uma filiação à saúde entre 64,6% e 85,5%. Novamente, a análise por brechas do bem-estar, dá conta de uma situação díspar entre os países, particularmente em relação com a cobertura dos mais pobres. Nos países de brechas modestas, a filiação a sistemas de saúde é de 68,3%; nos de brechas moderadas, a cifra alcança 74,5%; porém nos de brechas extremas, a porcentagem de filiados não supera a 10% (CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2016, pág.269).

Os ingressos também refletem disparidades presentes no mundo do trabalho segundo outras dimensões, que incluem a área geográfica de residência, e a raça, ou etnia dos ocupados. Os ingressos de trabalhadores médios são mais elevados nas zonas urbanas (470 dólares mensais, em 2013), do que nas rurais (192 dólares), e existem as disparidades citadas (raça e etnia).

Tendências positivas estão associadas com diversos fatores, entre os que se destacam, um contexto econômico favorável, notáveis melhorias do mercado de trabalho, e diversas iniciativas no âmbito das políticas sociais, como a expansão e redefinição das políticas e programas dirigidos à superação da pobreza e da indigência, e à promoção da inclusão social (CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2016, pág.19).

Em síntese, a conjuntura econômica favorável da última década, e a adoção de um conjunto de políticas públicas (como o aumento do salário mínimo, a formalização e a extensão da cobertura da proteção social, e o fortalecimento da negociação coletiva e das instâncias de diálogo social), implicaram em algumas melhoras na qualidade dos empregos e numa diminuição moderada da ocupação em empregos de baixa produtividade.

Os avanços que a região mostrou nos últimos anos, em matéria de indicadores sociais, foram acompanhados por importantes desafios no desenho e implementação de políticas, assim como na conformação das bases institucionais sobre as quais se implementam. Cada país seguiu sua própria trajetória, porém também há elementos comuns, que refletem o estado atual da institucionalidade encarregada da política social nos países da região.

Um primeiro elemento que é preciso considerar, na hora de analisar o alcance e a orientação da discussão sobre política social, se refere às noções de desenvolvimento, inclusão, e proteção social. Tanto que o conceito de desenvolvimento social inclui a ideia

de avançar em todos os âmbitos e funções da política social, como a saúde, a educação, a proteção social, o trabalho, a moradia, a segurança alimentar e nutricional, e outras. Na noção de inclusão social, se põe o foco em incorporar a maioria da população aos benefícios do desenvolvimento, diminuindo brechas e fomentando sua participação na vida social, econômica e política. Por sua parte, a proteção social é um âmbito da política pública, cuja função é lograr um nível de bem-estar econômico e social que, como mínimo, possibilite à população sair da pobreza e se proteger dos riscos de cair nela, assim como facilitar o acesso a serviços sociais e de promoção, que permitam às pessoas adquirir capacidades, exercer seus direitos, e desenvolver-se ao longo do ciclo de vida, para o qual conta com os componentes contributivos e não contributivos, a regulação do mercado trabalhista e os sistemas de cuidado.

No âmbito das políticas sociais, os programas de inclusão laboral e produtiva estão adquirindo cada vez maior importância, devido à necessidade de ampliar as alternativas de geração autônoma de ingressos para os destinatários dos programas de transferências monetárias condicionadas. Os programas de inclusão laboral e produtiva, atuam tanto sobre a oferta de trabalho, mediante a nivelção de estudos e a formação para o trabalho, como sobre a sua demanda, mediante o fomento do autoemprego e da microempresa, e da geração direta ou indireta de emprego.

B – EVOLUÇÃO SOCIOCULTURAL:

Evolução sociocultural é um termo usado para agrupar as teorias de evolução cultural e evolução social, descrevendo como *culturas* as sociedades que se desenvolveram através do tempo. Embora tais teorias tipicamente forneçam modelos para a compreensão do relacionamento entre tecnologias, estrutura social, valores da sociedade, e como e por que mudam com o tempo, elas variam quanto à descrição dos mecanismos específicos de variação e mudança social.

A maioria das abordagens do século XIX e algumas do XX, objetivavam fornecer modelos para a evolução da humanidade como um todo, argumentando que sociedades diferentes estão em etapas distintas do desenvolvimento social. Muitas das abordagens mais recentes, as do século XXI, se concentram sobre mudanças específicas em sociedades individuais, e rejeitam a ideia de mudança direcional ou progresso social. Abordagens modernas para a evolução sociocultural, incluem *neoevolucionismo*, *sociobiologia* e *teoria da sociedade pós-industrial*. Quaisquer que sejam os fundamentos em que os

cientistas sociais se baseiam, todos estão de acordo que a sociedade sofreu um processo gradual de transformação, ao longo do tempo.

A partir das críticas levantadas pela antropologia científica de Franz Boas, Bronislaw Malinowski e Lévi-Strauss, abandonou-se a noção de evolucionismo cultural teleológico. Não necessariamente uma sociedade progride, e tampouco, povos com tecnologias menos complexas são primitivos. Após extensivo trabalho de campo, a antropologia provou que cada cultura particular adapta-se aos seus ambientes naturais, tecnológicos, sociais e ideológicos, aumentando ou diminuindo sua complexidade conforme a melhor estratégia adaptativa.

Sociobiologia é uma disciplina científica que propõe que comportamentos e sentimentos animais, também existentes nos seres humanos, como o altruísmo e a agressividade, são em parte derivados da genética, e não são apenas culturais ou socialmente adquiridos. Como o homem também é um animal, não está isento de ser um objeto de estudo da sociobiologia.

Modernização é um conceito no âmbito das ciências sociais, que se refere ao processo pelo qual uma sociedade, através da industrialização, urbanização, e outras mudanças sociais, torna-se moderna em aparência ou comportamento, transformando completamente a vida dos indivíduos que a constituem (CANCIAN, em UOL EDUCAÇÃO, acessado em 29/02/2017). Os opositores dessa visão, argumentam que a modernidade não depende da cultura, e pode ser adaptada para qualquer sociedade. A visão que a considera (a modernização) como uma ofensiva, argumenta que tanto o desenvolvimento e as novas oportunidades tornadas disponíveis por ela, são moldados e controlados por agentes humanos. Logo, este ponto de vista vê o processo como um produto do planejamento e ação humanos, um processo ativo capaz de ser tanto alterado quanto criticado. A modernização é, provavelmente, um dos mais influentes acontecimentos numa sociedade.

Entre os séculos XVIII e XX, consolidou-se o fenômeno denominado revolução industrial, caracterizado por uma extrema complexidade ideológica, política e socioeconômica, e responsável por profundas desigualdades sociais, enormes avanços tecnológicos, e de severos efeitos no ambiente do planeta. É conveniente indicar que o desenvolvimento industrial não se manifesta por igual em todos os países, devido ao fato que uns resultaram economicamente mais favorecidos do que outros. Da mesma maneira, os efeitos são diferentes entre os países ricos e pobres.

Outro aspecto que convém assinalar, é que, apesar de um determinado país seja considerado como desenvolvido industrialmente, coexistem nele diferentes grupos sociais em diversos graus de desenvolvimento material, e por conseguinte, de nível social e de qualidade de vida. Igual fenômeno ocorre nos países em via de desenvolvimento, nos quais a problemática social alcança níveis dramáticos.

Ainda mais do que em outras partes, na floresta tropical redes generalizadas de relações simbióticas tornam os organismos das florestas super especializados interdependentes. Essa interdependência, por sua vez, torna as ecologias singularmente frágeis: voltam a crescer, mas a biodiversidade original se perde para sempre.

Além disso, um século atrás, os governantes liberais, impunham seu modelo econômico, com pouca consideração pelos desejos, ou bem estar da maioria pobre. Hoje, os neoliberais têm seu próprio modelo para impor, mas também têm eleições livres para ganhar. Com um pouco de sorte, os perdedores potenciais no modelo liberal terão uma chance melhor de serem ouvidos. Mas o que trará o futuro? A nova onda de liberalismo resolverá os problemas básicos de desigualdade social?

Nas informações que listaremos doravante, pertinentes aos países selecionados neste trabalho, no capítulo **3-Objeto do Trabalho** tratamos dos indicadores sociais, e no **4-Institucionalidade**, examinamos a institucionalidade social existente na região, a partir da análise das instâncias governamentais, que têm como mandato central o desenho e a implementação das estratégias de desenvolvimento social, e superação da pobreza dos países, incluídos ministérios, secretarias e gabinetes coordenadores. No capítulo seguinte, **5-Atualidade Social**, com ênfase na proteção social, descrevemos sua evolução nas últimas décadas, e discutimos os desafios institucionais, que supõem garantir o exercício de direitos universais, e atender específicos problemas e necessidades de diversos segmentos da população, assim como cumprir com os compromissos estabelecidos pelos países em matéria de desenvolvimento social. Praticamente concluindo essa atividade, apresentamos em **6-Conclusões**, as tais que obtivemos, finalizando com dados anexos, que complementam os **7-Dados Sociais**, das nações que analisamos.

Na América Latina, em 2012 e 2013, se percebeu o efeito do menor dinamismo da economia, pois produziu-se um estancamento do processo de redução da pobreza. Ele se associou também, no fim do ciclo de preços dos produtos básicos, a uma maior pressão inflacionária, e uma diminuição da capacidade de geração e formalização do emprego para 2013. Depois da recuperação da economia regional, em 2010 e 2011, o crescimento do produto interno bruto (PIB) da América Latina alcançou 2,8% em 2012, cifra que, se é bem mais baixa que a dos anos anteriores, revelou um melhor desempenho que a média mundial, graças que a expansão da demanda interna contrastou com a diminuição do aporte das exportações. Em 2013, a economia da região voltou a crescer a uma taxa similar à do ano anterior, porém em 2014, a taxa de crescimento regional se deteriorou, chegando a 0,9%. Em 2015, o PIB da América Latina registrou um crescimento negativo (-0,5%), tanto que se esperava que, em 2016, a taxa de crescimento fosse - 0,8% (CEPAL – NAÇÕES UNIDAS, 2016, pág. 60).

A taxa de pobreza na região se situou em 28,2% em 2014, e a taxa de indigência alcançou a 11,8% do total da população, ou ambas mantiveram seu nível do ano anterior. O número de pessoas pobres cresceu em 2014, alcançando a 168 milhões, das quais 70 milhões se encontravam em situação de indigência. Esse crescimento teve lugar basicamente entre as pessoas pobres não indigentes, cujo número passou de 96 milhões em 2013, para 98 milhões em 2014.

As mudanças da taxa de pobreza regional provêm das variações observadas nos países. Entre 2013 e 2014, o número de pobres da região se incrementou ao redor de 2 milhões de pessoas como resultado, por uma parte um aumento de aproximadamente 7 milhões de pessoas pobres, registrado ou projetado principalmente, na Venezuela (República Bolivariana da), na Guatemala, e no México, e por outra, de uma diminuição de 5 milhões observada sobretudo no Brasil, na Colômbia, e no Equador.

A queda dos indicadores de pobreza (incidência, brecha, e intensidade) entre 2010 e 2014, esteve acompanhada de um incremento do índice de feminilidade da pobreza, seguindo uma tendência que se observa desde 2002. Esse indicador se amplia para comparar a porcentagem de mulheres pobres, de 20 a 59 anos, a respeito dos homens pobres dessa mesma faixa etária. Os resultados indicam que, se bem se reduziram as porcentagens de homens e de mulheres pobres no período analisado, o ritmo de redução foi menor entre as mulheres, o que explica o incremento sustentado do indicador.

Igual que na pobreza, a desigualdade na distribuição do salário se manteve estável em 2014 na América Latina. Sem dúvida, ao comparar as cifras recentes com as do início da presente década, se constata uma redução dos índices que medem a desigualdade. Entre 2010 e 2014, se registrou uma melhora da relação entre a participação no ingresso de 10% nos lares de maiores salários, e a correspondente a 40% nos lares de menores ingressos.

JUSTIFICATIVA:

Para John Rawls, a dicotomia acumulação/distribuição tem dois fundamentos: a estrutura básica da sociedade deve ser planejada para produzir o máximo bem, no sentido do máximo saldo líquido de satisfação, e em seguida, para distribuir satisfações de modo igualitário (RAWLS, 1997, pág. 39):

"Todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais da autoestima - devem ser distribuídos igualmente, a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores, traga vantagens para todos." (RAWLS, 1997, pág. 66)

O século XX estabeleceu o regime democrático e participativo como modelo preeminente de organização política. Os conceitos de direitos humanos e liberdade política, hoje são parte da retórica prevalente. Entretanto, vivemos igualmente em mundo de privação, destituição, e opressão extraordinárias. Existem problemas novos existindo com os antigos, principalmente a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, além das ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente, e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social (SEN, 2010, pág. 9).

Porém, a ideia que temos de uma sociedade aceitável, é central para os desafios que enfrentamos no mundo contemporâneo. Por que é difícil sustentar certas disposições sociais? O que podemos fazer para tornar uma sociedade mais tolerável? Tais ideias têm por base algumas teorias sob avaliação, e muitas vezes implicitamente, até mesmo alguma noção fundamental de justiça social.

Uma abordagem de justiça e desenvolvimento, que se concentra em liberdades substantivas, inescapavelmente enfoca a condição de agente, e o juízo dos indivíduos; eles não podem ser vistos meramente como pacientes a quem o processo de desenvolvimento concederá benefícios. Adultos responsáveis têm que ser incumbidos de seu próprio bem-estar, cabe a eles decidir como usar suas capacidades. Mas as capacidades que uma pessoa realmente possui (e não apenas desfruta em teoria), dependem da natu-

reza das disposições sociais, as quais podem ser cruciais para as liberdades individuais. E dessa responsabilidade, o Estado e a sociedade não podem escapar (SEN, 2010, pág. 366).

Importante também, é que hoje em dia, a maioria das Ciências Sociais³ possui argumentação teórica pertinente. Como ilustração, estamos divulgando alguns conceitos que julgamos importantes:

A – FILOSOFIA:

Enquanto a filosofia política clássica se baseia no estudo da estrutura da *pólis*, e das suas variadas formas históricas ou ideais, a filosofia política pós-clássica se caracteriza pela busca da delimitação do que é político (o reino de César), do que *não* é político (o reino de Deus). Isso através de uma contínua reflexão sobre o que distingue a esfera da Política da esfera da Não-Política, o Estado do Não-Estado, onde, conforme as circunstâncias, se entende ora a sociedade religiosa (a *eclesia* contraposta à *cívitas*), ora a sociedade natural (o mercado como lugar em que os indivíduos se encontram independentemente de qualquer posição, contraposto ao ordenamento coativo do Estado). O tema fundamental da filosofia política moderna, é o tema dos limites do Estado como organização da esfera política, seja em relação à sociedade religiosa, seja em relação à sociedade civil.

Filosofia política é o campo da investigação filosófica que se ocupa da política e das relações humanas, consideradas em seu sentido coletivo. Na Antiguidade grega e romana (principalmente na primeira), discutia-se os limites e as possibilidades de uma sociedade justa e ideal (Platão, *A República*). Mas o que se tornou célebre, por se tornar a teorização da prática política grega, em particular de Atenas, foi o tema do *bem-comum* (Aristóteles), representado pelo homem político, compreendido como o cidadão habitante da *pólis*, o homem *politikós* que opinando e reunindo-se livremente na *ágora*, junto a seus pares, discutia e deliberava acerca das leis e das estruturas da sociedade. O homem político teria o seu espaço de atuação privilegiado na esfera pública, no *átrio*, no *senado*, em oposição à esfera privada dos indivíduos, representada pela casa, pelo lar, pelos negócios domésticos. Já em Roma, Cícero teorizou a república como espaço das liberdades cívicas, em que ocorre uma complementaridade entre os senadores e a plebe (tese

3. Ciências Sociais é um ramo das ciências, distinto das humanidades, que estuda os aspectos sociais do mundo humano, ou seja, a vida social de indivíduos e grupos humanos. Isso inclui antropologia, estudos da comunicação, marketing, administração, arqueologia, geografia humana, história, ciência política, contabilidade, estatística, economia, direito, psicologia social, filosofia social, sociologia e serviço social. By Wikipedia, acessado em 20/04/2017;

Retomando a teoria do contrato social, John Rawls propõe-se a responder de que modo podemos avaliar as instituições sociais: a virtude delas consiste no fato de serem justas. Em outros termos, uma sociedade bem ordenada compartilha de uma *concepção pública* de justiça, que regula a estrutura básica da sociedade. Com base nessa preocupação, Rawls formulou a *teoria da justiça como equidade*. Mas, como podemos chegar a um entendimento comum sobre o que é justo?

Para chegar a tal resultado, ele imaginou uma situação hipotética e histórica, similar ao estado de natureza (que chamou de *posição original*), na qual determinados indivíduos escolheriam princípios de justiça. Tais indivíduos, concebidos como racionais e razoáveis, estariam ainda submetidos a um *véu de ignorância*, ou seja, desconheceriam todas aquelas situações que lhe trariam vantagens ou desvantagens na vida social (classe social e status, educação, concepções de bem, características psicológicas, etc.). Dessa forma, na posição original todos compartilham de uma situação equitativa: são considerados livres e iguais.

Hoje em dia, Habermas defende uma concepção kantiana de democracia deliberativa. Os princípios e a estrutura básica da sociedade, devem ser definidos pelos indivíduos, através de um processo democrático radicalmente aberto ao diálogo e ao entendimento. Seus atores fundamentais são os movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Habermas debateu diretamente as ideias de Rawls, mostrando em que aspectos concordava e discordava do autor. Tais ideias estão reunidas em um livro intitulado "A inclusão do Outro". Ambos filósofos mantêm profundas influências kantianas, o que fez com que Rawls chamasse seu debate com Habermas, de "briga de família".

A teoria da justiça do liberalismo igualitário tem sido frequentemente usada como fonte de justificação das políticas de ação afirmativa. Só para citar um exemplo recente, e de relativa importância, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, cita o próprio Rawls no seu voto como relator da "Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.186" - ajuizada pelo partido Democratas contra a política de cotas étnicoraciais da Universidade de Brasília (UnB) – para defender "*a intervenção estatal determinada e consciente*", a corrigir as desigualdades reais da sociedade, "*realocando-se os bens e oportunidades existentes na sociedade em benefício da coletividade, como um todo*" (REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 21, Nº 48, 2013, págs. 85-99).

Lewandowski, em seguida, cita literalmente os dois princípios da justiça postulados por Rawls em "Uma Teoria da Justiça" (RAWLS, 1997). É interessante notar que o Ministro

em vez de optar pela formulação final dos princípios do filósofo citado, aquela que contém o Princípio da Diferença: “*as desigualdades econômicas e sociais devem ser ordenadas de modo a serem ao mesmo tempo para o maior benefício esperado dos menos favorecidos*”, escolhe uma formulação provisória na qual “*as desigualdades econômicas e sociais devem ser ordenadas de modo que sejam [...] consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável*” (Lewandowski, 2012, p. 7, *apud REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 21, Nº 48, 2013, págs. 85-99*).

Dentre as concepções críticas e rivais do liberalismo igualitário, podemos citar:

***Libertarismo:** os defensores do capitalismo anárquico (sem qualquer restrição ao mercado e às demais liberdades) condenam a ênfase de Rawls na igualdade como potencialmente autoritária. Seu principal expoente é o filósofo Robert Nozick, os princípios de sua teoria são similares à teoria econômica do liberalismo. Tais autores defendem a vigência exclusiva da ideia de liberdade negativa como o princípio básico das ideias liberais, qual seja, a não interferência do Estado na vida privada (em especial, na esfera do mercado);

***Comunitarismo:** discordam da visão individualista e atomista do método contratualista. Advogam a inserção do indivíduo no coletivo (comunidade) e a superioridade da moral e da ética, sobre a mera justiça procedimental. Tais autores recorrem especialmente às ideias clássicas de Aristóteles e de Hegel, e seus principais representantes são: Charles Taylor, Michael Sandel, Michael Walzer e Alasdair MacIntyre. Tais autores defendem a retomada dos ideais gregos de participação cívica e pública nas decisões coletivas, a chamada *liberdade positiva*;

***Republicanismo:** defende uma síntese entre os ideais liberais clássicos de proteção da liberdade subjetiva (a interioridade gera a universalidade do pensamento, onde a razão é o fundamento substancial tanto da consciência como do exterior e do natural, e com isso, a experiência torna-se a ciência do mundo. A autoridade religiosa é substituída pelo pensar do sujeito por si mesmo, e florescem as ciências naturais e as determinações universais por meio do Iluminismo. - Hegel), e da visão democrática de envolvimento coletivo nas decisões políticas. As raízes desta teoria estão nas obras romanas clássicas de Cícero, Políbio, Salústio, Tito Lívio. Outro momento fundamental da tradição republicana são as obras do movimento chamado *humanismo cívico* que vigorou durante a Renascença Italiana: seu principal expoente foi Nicolau Maquiavel.

A despeito de alguma variação na maneira como são definidas, a literatura especializa-

da parece concordar que ações afirmativas são políticas, públicas ou corporativas privadas, que visam promover uma determinada categoria social sub-representada em algum espaço institucional ou função. Como tal, é política redistributiva, pois altera uma dada distribuição de bens e oportunidades, imprimindo-lhe outra configuração. A justificativa para tal alteração é sempre um argumento de justiça, ou seja, produzir uma configuração social mais justa, muitas vezes atrelado a argumentos de experiência, como a promoção de maior bem-estar total, maior coesão social, sentido mais forte de cidadania, etc.

Todas essas mudanças manifestaram-se em uma grande diminuição da mortalidade. A esperança de vida, ao nascer, aumenta para 55 anos nos fins do século XIX, e é maior ainda no século XXI. Isso traduz, quantitativamente, em um grande aumento da densidade da população a nível mundial, o qual exerce uma grande pressão sobre os sistemas de produção, e afeta de forma negativa e diretamente aos recursos naturais. Assim, ainda que as doenças tenham sido cada vez mais controladas, e a distribuição de alimentos têm sido estimulados aos mais altos níveis exigido pelos humanos, teme-se estar vigente outra situação que impede que o aumento da população seja ainda maior do que tem vingado. Trata-se das guerras, atrás das quais estão as mais inconfessáveis finalidades ideológico/políticas e econômicas, e ainda que pareça difícil admitir, a ciência e a tecnologia, se têm colocado a serviço de garantir uma maior eficácia desses diversos pontos de vista. Além disso, a ciência e a tecnologia têm estado abaixo do controle dos grupos mais poderosos economicamente.

É fácil notar como a ideologia dos grupos de poder em definitivo, sustentam ao sistema público e econômico, o que determina um certo estilo de desenvolvimento e um certo modo de comportamento coletivo. A esse respeito, pode-se assinalar que o homem, no transcurso do tempo, tem mudado a sua concepção sobre o universo, do mundo, e de si mesmo. A mudança de usar ideias sobre o que o rodeia, e dele mesmo, tem estado em relação com o conhecimento que vai acumulando.

É conhecido que a concepção dominante no mundo moderno, e com maior ênfase no contemporâneo, é de caráter materialista, onde o interesse político-econômico está centrado no progresso material e na obtenção de benefícios em curto prazo. Isto vai se realizando neste século sobre uma forma cada vez mais acelerada, com o intuito de obter a máxima rentabilidade possível, a expensas dos limitados recursos da natureza. Recursos que têm sido utilizados, como se tratasse de um capital inesgotável.

Na América Latina, o período de hegemonia das oligarquias coincide com o processo de implantação do capitalismo. Tudo é tido como modernização e progresso, e embora seja reconhecido o *espírito retrógrado* das oligarquias, acredita-se que a extensão e consolidação do modo de produção capitalista tenha provocado o paulatino enfraquecimento da sociedade tradicional.

O desenvolvimento economicista de extração, que tem sido imposto aos grupos poderosos, tem esgotado e diminuído os recursos naturais dos povos de menor poder econômico e político. Além disso, tem modificado ao extremo seus padrões de pensamento, pois não é difícil encontrar as evidências de que os países mais pobres estão lutando para alcançar padrões de *desenvolvimento econômico*, ou de *progresso material*, típico dos países industrializados. É fácil verificar, que estes padrões de pensamento dos menos poderosos, têm sido induzidos pela ideologia dominante a nível político.

Vale lembrar que, no passado, as sociedades de subsistência produziam um menor dano ao seu entorno e ao próprio homem. Poderia até dizer-se que hoje, esse tipo de sociedade, mantêm certo equilíbrio com a natureza, uma vez que sua agressão é mínima, e a capacidade de regeneração do local é total. Embora compreendendo que os fatores sociais e ambientais são parte de uma interação, onde o natural se sobrepõe ao artificial, verifica-se uma forte ruptura entre as diversas comunidades com seu entorno, através do crescente nível tecnológico a seu alcance, gerando um grau de poder imenso para uns poucos, e certo sentido de submissão para uma grande maioria.

Os grupos dominantes nos países latino-americanos, constituíram-se como tal ao longo dos processos de independência, e de formação dos Estados nacionais. As independências surgiram como resultado do auge da crise da estrutura do sistema colonial, conjugada com o fato de existirem grupos sociais que controlavam os aparatos produtivos e entraram em contradição com as metrópoles, mas mantiveram a estrutura social herdada. Às independências, seguiram-se lutas intestinas determinadas pela grande autonomia dos segmentos econômicos: forças centrífugas caracterizadas pela dispersão das zonas produtivas, e ausência de circulação interna. As disputas remetiam à tentativa de imposição do poder de um grupo mais vigoroso sobre os demais, ou a um equilíbrio entre diversos grupos nas regiões onde nenhum conseguia impor-se.

No Brasil, o governo de Campos Sales inaugurou um período de domínio oligárquico, representando as oligarquias centrais (paulista e mineira) em aliança com os grupos oligárquicos periféricos, consagrando os fenômenos conhecidos como *política dos gover-*

Outro tema que está relacionado com a evolução sócio-cultural, e nos cabe tratar, trata-se da *Cultura Política*, que se refere ao conjunto de atitudes, normas e crenças partilhadas pelos membros de determinada unidade social. É composta pelos conhecimentos distribuídos entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política e às forças operantes em determinado contexto; às *tendências*, como a adesão, o sentido de confiança, a tolerância com forças políticas diversas, ou ao contrário, à indiferença, o dogmatismo, etc.; e às *normas*, como o direito e o dever dos cidadãos, de participar da vida política, de aceitar as decisões da maioria, etc.

Não é algo homogêneo, pois é formada por um conjunto de *subculturas*, isto é, um conjunto de atitudes, normas e valores diferentes, que podem ser condicionadas por diferenças de classes sociais, religião, etnia, fatores geracionais (diferenças entre gerações), entre outras, amiúde por um contraste entre si. Tais diferenças estão presentes e atuantes em uma mesma sociedade. Os padrões de crenças e valores políticos não são fenômenos estáticos, ou seja, como eles mudam, a cultura política também pode sofrer transformações no transcurso de determinado período de tempo.

Definindo-a como "*o conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política*", Almond & Verba analisaram as seguintes dimensões (ALMOND & VERBA, 1970):

- Sistema Político
- *Inputs* (demandas)
- *Outputs* (resultados administrativos)
- Participação pessoal

com base nessas dimensões, classificaram a Cultura Política em três tipos:

- 1) - *Paroquial*: as dimensões citadas não estão presentes. Ocorre principalmente em sociedades simples, onde os papéis e as instituições de cunho político não existem, ou se confundem com os papéis e estruturas de caráter religioso ou econômico;
- 2) - *De Sujeição*: *Input* e Participação não existem. Corresponde, principalmente, aos sistemas políticos autoritários, onde os sentimentos, os conhecimentos, e as avaliações dos membros da sociedade, são do tipo acentuadamente passivo e voltados para o sistema de *output*, ou seja, para o aparelho administrativo incumbido da execução das decisões;

4. Foi uma maneira de identificar a estratégia de articulação entre as oligarquias dos estados de S. Paulo e de Minas Gerais, visando liderar o governo do país.

3) - *De Participação*: todas as dimensões estão presentes. Pressupõe a participação ativa ao sistema político vigente de cada membro da sociedade, seja ele de adesão ou de hostilidade.

A maioria das culturas políticas são heterogêneas, e mesmo as culturas participantes melhor desenvolvidas, contêm extratos sobreviventes de súditos e paroquiais. Inclusive, nessa parte da cultura que se acha orientada para a participação, haverá diferenças persistentes e significativas na orientação política. Ajustando a terminologia aos seus propósitos, os autores empregam o termo *subcultura*, ao se referirem a esses extratos componentes das culturas políticas. Segmentos da população que estão constantemente orientados em uma só direção a respeito dos aspectos políticos e administrativos de governo, e porém se acham lealmente orientados com relação à estrutura política, podem ser denominados de *subculturas políticas*. Assim, nos Estados Unidos, a ala esquerda do partido democrático, e a ala direita do partido republicano, aceitam como legítimas as estruturas da política e do governo norte-americano, porém diferem constantemente entre si em uma série de decisões políticas internas e internacionais.

Os autores utilizam o termo *culturas políticas sistematicamente mistas* para referirem-se àquelas em que há proporções importantes de pautas, mais simples e mais complexas, de orientações. Assim, em uma cultura mista paroquial e de súdito, uma parte da população se orientará para autoridades tradicionais difusas, e outra para a estrutura especializada do sistema autoritário central. Dessa maneira, se o sistema político inclui dois ou mais componentes tradicionais, haverá ainda uma incipiente subcultura, aquela cultura persistente que estará divorciada das unidades tradicionais, formalmente absorvidas. Assim, uma cultura de participação contém indivíduos orientados como súditos e paroquiais, e uma cultura de súditos abrigará também alguns paroquiais. As culturas políticas podem permanecer sistematicamente mistas durante muito tempo, como testemunham as experiências da França, da Alemanha, e da Itália, nos séculos presente e anterior.

Sem dúvida, quando permanecem mistas, existem atritos inevitáveis entre cultura e estrutura, e uma tendência característica para a instabilidade estrutural. Se os três tipos de cultura política apresentados são as formas puras, podemos distinguir outros três tipos de culturas políticas sistematicamente mistas: a cultura paroquial/súdita; a cultura súdita/participante; e a cultura paroquial/participante.

Enfim, o que parece ser necessário, é o desenvolvimento simultâneo do sentimento

de identificação nacional, da competência de súdito e de participante, da confiança social do espírito de cooperação cívica. Os recursos de que dispõem as elites das novas nações são escassos, e há limitações impostas à capacidade dessas sociedades para assimilar rápida e eficazmente ditos recursos. O que os autores se permitem afirmar é que "*qualquer aproximação com a modernização guarda em seu interior as sementes da cultura cívica*" (ALMOND & VERBA, 1970, pág. 562). Qualquer conjunto de elementos modernizadores terá uma forte influência sobre a educação; e o auge nos níveis de educação dará lugar a alguns dos componentes da cultura cívica.

Afirmam, ainda, que estes processos nucleares de modernização: a educação e a industrialização, criam uma oportunidade democrática. O problema, então, consiste em saber que outros investimentos de energia, recursos e imaginação, podem consolidar ditas tendências e possibilidades, e quais são seus custos relativos.

A preocupação central do estudo tratado de Almond e Verba, eram as condições culturais propícias, ou favoráveis, ao estabelecimento da democracia, e à manutenção da estabilidade do sistema democrático, o que caracterizou o modelo *Comportamentalista* de Análise Política. A partir dessa perspectiva, os autores compararam as atitudes e orientações dos cidadãos daqueles países sobre assuntos políticos, por isso é considerado como o primeiro estudo político comparativo.

A "Segunda Onda de Democratização", que aconteceu após a Segunda Guerra Mundial (as explosões nacionais decorrentes da descolonização na Ásia e na África), pela periodização criada por Samuel Huntington, (HUNTINGTON, 1994) e a pressão de outros povos, antes submetidos e isolados, todos buscando a sua inclusão no mundo moderno, geraram dúvidas a respeito de qual seria o conteúdo dessa nova cultura que estava se firmando.

Para os autores, o problema dessa nascente cultura mundial era seu conteúdo político, e nesse aspecto, percebiam uma orientação clara: seria uma cultura política de participação. Em todas as jovens nações do mundo se achava difundida a crença de que o indivíduo era politicamente importante, de que deveria ser um membro ativo do sistema político. Grupos de pessoas, que até então haviam estado apartadas do sistema, reclamavam seu ingresso no mesmo, e eram raros os dirigentes políticos que não fossem solidários com essa meta.

Samuel P. Huntington tornou-se conhecido por sua análise do relacionamento entre os militares e o poder civil, por suas investigações acerca dos golpes de estado e princi-

palmente, por sua polêmica teoria do choque de civilizações, segundo a qual os principais atores políticos do século XXI seriam civilizações, e não os estados nacionais, e as principais fontes de conflitos após a guerra fria não seriam as tensões ideológicas, mas as culturais.

O conceito do choque de civilizações apareceu pela primeira vez em um artigo publicado em 1993 na revista *Foreign Affairs*. Posteriormente, Huntington ampliou sua tese no livro "O Choque de Civilizações", publicado em 1996, e traduzido em mais de 39 idiomas.

A ideia dos direitos humanos, tem muito avançado nos anos recentes, adquirindo uma espécie de status oficial nos discursos internacionais. Influentes comitês se reúnem regularmente para debater o usufruto e a violação desses direitos, em diversos países do mundo. A retórica dos direitos é, certamente, muito mais aceita hoje em dia, pois pelo menos a linguagem da comunicação (nacional e internacional) parece refletir uma mudança de prioridades e ênfases, em comparação com a dialética prevalecente algumas décadas atrás. Os direitos humanos também se tornaram uma parte importante da literatura do desenvolvimento.

Embora o capitalismo seja visto, com frequência, como um sistema que só funciona com base na ganância de todos, o funcionamento eficiente da economia depende de poderosos sistemas e normas. Apesar de sua eficácia, a ética capitalista é, na verdade, muito limitada em alguns aspectos, particularmente nos ligados a questões de desigualdade econômica, receptação ambiental, e necessidade de diferentes tipos de cooperação que atuem externamente ao mercado. Na realidade, indo além do nosso bem-estar ou autointeresse amplamente definido, podemos estar dispostos a fazer sacrifícios para promover outros valores, como justiça social, nacionalismo, ou bem-estar da comunidade.

Adam Smith, o pai da economia moderna, argumentou: "*As ações mais humanas, não requerem abnegação, autodomínio, nem grande uso do senso de correção, pois seguem o que nossa simpatia espontaneamente nos impele a fazer.*" (SEN, 2010, pág. 345).

O que entrou em discussão aqui foi aquilo que o nosso grande filósofo contemporâneo, John Rawls, denominou de "*os poderes morais*" que compartilhamos: "*a capacidade para um senso de justiça e para uma concepção de bem*". Rawls vê a suposição desses poderes comuns como essencial para "*a tradição do pensamento democrático*", juntamente com os "*poderes da razão (ou juízo, pensamento e inferências ligados a*

O desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas, e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdade substanciais, é constitutiva do desenvolvimento. Salientamos, então, a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e muitas condições de agente, relacionadas de forma interativa. Se destacarão os papéis e inter-relações entre oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

A *política pública* tem o papel não só de procurar implementar as prioridades que emergem de valores e afirmações sociais, como também de facilitar e garantir a discussão pública mais completa (SEN, 2010, pág.358). O alcance e a qualidade das discussões abertas, podem ser melhoradas por várias políticas públicas, como liberdade de imprensa, e independência dos meios de comunicação, incluindo aí a ausência de censura, expansão da educação básica e escolaridade, aumento da independência econômica (especialmente por meio do emprego, inclusive o feminino), e outras mudanças sociais e econômicas, que ajudam os indivíduos a serem cidadãos participantes. O essencial nessa abordagem é a visão do público como sendo um participante ativo da mudança, em vez de recebedor dócil e passivo de instruções, ou de auxílio concedido.

Nos países andinos pesquisados (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), assim se produziram mobilizações e ações de protesto, exigindo melhores condições de vida no espaço urbano; era a luta por serviços públicos; contra a falta de moradias; a falta de atenção em matéria de saúde (a maioria dos centros hospitalares se encontrava em emergência permanente); e especialmente, contra a violência (identificada como principal problema pela cidadania em escalas nacionais, em todos os extratos sociais e em distintos signos políticos).

Encontramos uma história, nos locais estudados, cheia de mudanças que implicaram em reformas constitucionais e novas constituições, modificações nos sistemas eleitorais, novas formas de organização dos Estados, com a configuração de governos subnacionais e locais com autoridades eleitas, a adoção de mecanismos de participação cidadã e democracia direta, e mais recentemente, tentativas de criar novas formas de regime político, alternativas à democracia liberal representativa.

Além de articular-se em redes, os movimentos cidadãos utilizaram com êxito os meios de comunicação como mecanismos de pressão, para influir na orientação das decisões

políticas. Desta forma, as novas organizações e movimentos sociais, transformaram suas demandas em feitos políticos, e se converteram em atores sociopolíticos, centrando suas lutas nos processos de Reforma dos Estados, e sobretudo nas descentralizações.

Ministros, Ministras, e altas autoridades do desenvolvimento social, dos países da América Latina e do Caribe, reconheceram em 01/11/2016, na República Dominicana, a importância de resguardar a inversão social, e avançar para sistemas de proteção universais, visando evitar retrocessos na luta contra a pobreza, dada a atual conjuntura econômica, e avançar no fechamento das brechas de desigualdade, identificadas pela CEPAL em um novo documento.

Assim destacaram durante a *Primeira Reunião da Mesa Diretiva*, da Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social, organizada pela CEPAL, que apresentou o estudo *A Matriz da Desigualdade Social na América Latina*. Esse documento analisa a desigualdade na região, baseada em uma matriz produtiva heterogênea, que gera uma elevada disparidade nos rendimentos, a partir do que considera seus principais eixos estruturantes: o nível socioeconômico, o gênero, a condição étnico-racial, a idade, e o território (CEPAL <http://cepal.org/pt-br/node/39294>, acessado em 28/04/2017).

Sobre esse assunto, a emergência de valores sociais, tratamos de discorrer enfaticamente no capítulo **4 - A Institucionalidade Do Desenvolvimento Social**, que é o que segue.

4 - A institucionalidade do desenvolvimento social, no âmbito internacional e regional

A justiça que temos em uma sociedade aceitável, é central para os desafios que enfrentamos no mundo contemporâneo. A questão é: o que podemos fazer para tornar uma sociedade mais tolerável? Tais ideias têm por base algumas teorias sobre avaliação, e muitas vezes implicitamente, até mesmo alguma noção fundamental de justiça social.

“ Procurei defender a primazia das liberdades substantivas para o julgamento da vantagem individual e para a avaliação das realizações e dos fracassos sociais”. (SEN, 2010, pág.362)

A perspectiva da liberdade não tem necessariamente de ser processual (embora os processos realmente sejam importantes para avaliar o que está acontecendo). A consideração básica é nossa capacidade para levar o tipo de vida que com razão valorizamos. Essa abordagem pode proporcionar uma visão do desenvolvimento bem diferente da costumeira concentração sobre PNB, progresso tecnológico, ou industrialização, que têm sua importância contingente e condicional, mas não são as características definidoras do desenvolvimento.

Dado o papel que as discussões e os debates públicos precisam ter na formação e utilização de nossos valores sociais (lidar com reivindicações concorrentes de diferentes princípios e critérios), as liberdades políticas e os direitos civis básicos, são indispensáveis para a emergência de valores sociais. A escolha desses valores (sociais) não pode ser simplesmente decidida por aqueles que se encontram em posições de mando e controlam as alavancas do governo. Na verdade, podemos ver a emergência e a consolidação desses direitos como constitutivas do processo de desenvolvimento (SEN, 2010, pág.362).

Duas dimensões são fundamentais para a institucionalidade a cargo da política de desenvolvimento social: por um lado, a dimensão técnico operativa, centrada nas ferramentas de gestão para o desenho, programação e implementação de políticas e os sistemas de informação, rendição de contas e solução de controvérsias; por outro, os recursos fiscais e privados, disponíveis para o financiamento das políticas de desenvolvimento social (*apud* Panorama Social da América Latina- 2015, Nações Unidas - CEPAL, capítulo IV, pág. 143).

O incremento a uma agenda de desenvolvimento social adaptada às necessidades e prioridades da região, exhibe avanços progressivos e se acompanha de múltiplos foros intergovernamentais, o que reflete um fortalecimento da institucionalidade das políticas sociais a nível regional. As agendas desses fóruns são convergentes e complementares, e estão principalmente orientadas à superação da pobreza e das desigualdades sociais, desde um enfoque de direitos.

Um componente relevante da institucionalidade social são os foros intergovernamentais, em que os Governos da América Latina e do Caribe, constroem uma agenda social com especificidades e compromissos próprios. Na atualidade, existem 15 foros intergovernamentais centrados no desenvolvimento social, praticamente todos criados a partir do ano 2000 (*apud* Panorama Social da América Latina- 2015, Nações Unidas - CEPAL, capítulo IV, pág. 143).

A importância desses fóruns está relacionada principalmente com o marco jurídico-normativo, e as características organizativas e modalidades de articulação regional. São a expressão organizacional dos mandatos internacionais da área social, e permitem coordenar esforços entre os países para melhorar a política social e suas instituições. Possibilitam o intercâmbio de experiências, a busca de consensos em torno de posições comuns, a promoção de relações de cooperação, e avanços na construção de uma agenda social regional. Também podem ter outros objetivos, como dar seguimento a mandatos, ou gerar informações, analisar propostas para estabelecer prioridades da política social, e definir planos de ação. Devido a tudo isso, os foros têm uma enorme riqueza e relevância, para as políticas que se implementam a nível regional e nacional.

Como contrapartida, a multiplicidade de instâncias atualmente existentes, leva a alguns riscos. Entre eles, se conta a duplicação de tarefas e esforços, a fragmentação e potencial dispersão de compromissos, e a competição entre os distintos foros, por algum deles converter-se na voz autorizada sobre a questão social, o que pode dificultar a construção de uma agenda regional compartilhada e coerente.

Um aspecto destacável da institucionalidade social no período recente, é a multiplicação de instâncias de carácter intergovernamental (conferências, reuniões, fóruns e conselhos), que estão explicitamente orientadas ao avanço da agenda social. Sem considerar aquelas especializadas em termos setoriais⁵, na região existem 15 foros intergovernamentais relacionados com o desenvolvimento e a inclusão social, dos quais apenas um

5. Se trata de instâncias intergovernamentais vinculadas às políticas sociais setoriais, como as de saúde, educação, trabalho, moradias e outras.

A quantidade de foros vigentes evidencia, por um lado, a necessidade de aprofundar a colaboração entre os países na área social, em tarefas como coordenar esforços para melhorar a política social e suas instituições; compartilhar objetivos, sucessos e dificuldades no desenvolvimento da política social; e partilhar aproximações analíticas e metodológicas para avançar na medição e compreensão dos principais problemas sociais. Por outro lado, dá conta da crescente importância que adquiriu o social na agenda de desenvolvimento dos países, nas últimas décadas. Por sua vez, essas instâncias complementam (ou poderiam complementar) os acordos internacionais sobre desenvolvimento, contribuindo para a adaptação regional de objetivos e metas da agenda global, ou dando seguimento normal a seu curso. Também podem constituir uma plataforma para enfatizar desafios próprios da região em matéria social, como, por exemplo, a elevada desigualdade que eventualmente a caracteriza.

Independente da instância em que se encontram vinculados, os foros se distinguem pela orientação com que foram criados, e os objetivos a que respondem. Desde essa perspectiva, se distinguem três tipos de fóruns: aqueles que se constituem como espaços de debate; os que se formulam análises e propostas; e aqueles que se dedicam principalmente, a realizar os mandatos e compromissos regionais. Dos quinze foros indicados, quatro são principalmente espaços de debate, quer dizer, jurisdições que permitem intercambiar experiências, buscar consensos para adotar posições comuns, promover a cooperação, e avançar na construção de uma agenda social regional. Os foros criados com esse objetivo, são o Foro Ministerial para o Desenvolvimento Social na América Latina e o Caribe do PNUD, a Conferência Ibero-americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), a Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e o Conselho de Ministros para o Desenvolvimento Social e Humano da Organização de Estados do Caribe Oriental (OECS).

Por sua parte, há sete fóruns que têm como objetivo principal gerar informação, análises, e propostas, e estabelecer prioridades de política social. Como é evidente, também são espaços de intercâmbio de experiências, que fomentam o debate entre os responsáveis públicos da tomada de decisões, e promovem relações de cooperação.

Alguns deles realizam, também, o seguimento dos mandatos. Entre esses foros se incluem o Foro de Ministros de Desenvolvimento Social da UNESCO, a Reunião de Ministros da Área Social dos Países Membros da Associação Latino-americana de Integra

6. O Conselho para o Desenvolvimento Humano e Social, da Comunidade do Caribe (CARICOM), criado em 1973;

ção (ALADI), a Reunião de Ministras, Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social e Erradicação da Fome e da Pobreza da CELAC, o Conselho Sul-americano de Desenvolvimento Social da UNASUR, o Conselho Andino de Ministros de Desenvolvimento Social da CAN, o Conselho para o Desenvolvimento Humano e Social da Comunidade do Caribe (CARICOM), e a Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina, e o Caribe da CEPAL, que, entre outros aspectos, buscam promover a melhoria das políticas nacionais de desenvolvimento social, prover insumos técnicos quando do pedido dos países, examinar a pobreza multidimensional, e avançar na medição da pobreza, a desigualdade, e as brechas estruturais (*apud* Panorama Social da América Latina-2015, Nações Unidas - CEPAL, pág. 149).

Por último, os quatro fóruns que têm a função de dar seguimento a mandatos específicos, são a Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social da OEA, que têm como Secretaria Técnica, o Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social (DDES) de dita Organização; a Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social (CIDES) da OEA, cuja Secretaria Técnica também é o Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social (DDES); o subsistema social do Sistema de Integração Centro-americana (SICA), que conta com um Conselho de Ministros da Área Social, e uma Secretaria da Integração Social Centro-americana (SISCA), e a Reunião do Conselho Ministerial da Área Social da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), que se propõe a fazer o acompanhamento dos programas sociais em benefício dos povos dos países da região.

Em certas áreas especializadas, existem experiências que representam um exemplo de desenvolvimento institucional a nível regional, como é o caso dos seguintes organismos sub-regionais, orientados à execução e operacionalização de convênios em temáticas sociais de setores específicos: o Organismo Andino de Saúde, encarregado da implementação do Convênio Hipólito Unanue, e a Organização do Convênio Andrés Bello de Integração Educativa, Científica, Tecnológica e Cultural (CAB).

Em termos gerais, existe bastante convergência e complementariedade entre as agendas destes fóruns, principalmente orientados à superação da pobreza e das desigualdades sociais, desde um enfoque dos direitos. Também predomina a concepção da pobreza como um fenômeno multidimensional, que requer ser abordado através de políticas sociais integrais. Ademais, na medida em que vários destes fóruns estão vinculados a instâncias de integração, em suas agendas está presente — de forma mais

ou menos explícita — a concepção de que os processos de integração regional podem contribuir a uma maior igualdade e inclusão social.

Além da superação da pobreza e das desigualdades, outros temas recorrentes nos foros são a segurança alimentícia e nutricional, a importância de desenvolver a institucionalidade das políticas sociais, e a necessidade de desenvolver políticas sociais integrais. Assim, desde o ponto de vista temático, esses elementos constituem o que pode denominar-se o *núcleo duro* das agendas dos fóruns de desenvolvimento social.

A CAN (Conselho Andino de Ministros de Desenvolvimento Social) definiu, em 2011, um conjunto de Objetivos Andinos de Desenvolvimento Social (OANDES), esboçando vários temas adicionais que são chaves na construção da agenda regional: a superação das assimetrias territoriais, em particular a promoção do desenvolvimento social em áreas deprimidas, predominantemente rurais e de fronteira; a prevenção dos impactos sociais da mudança climática, e os desastres naturais sobre as populações em situação de pobreza e vulnerabilidade; o incremento da inversão social, e a identidade e o sentido de pertencimento (redução das parcialidades sociais que afetam os povos indígenas e afro-descendentes).

A institucionalidade das políticas sociais é heterogênea entre os países, porém todos mostram avanços nas últimas três décadas, seja nas bases jurídico-normativas das políticas, nos modelos organizacionais e de autoridade social, nas ferramentas técnicas e de gestão, ou no montante de recursos e esquemas de financiamento. Se observa uma ampliação dos mandatos e dos mecanismos de coordenação, que - cada vez com maior frequência - já não abordam unicamente a superação da pobreza, senão também a construção de sistemas de proteção social mais integrados, e a garantia de direitos. Sem dúvida, subsistem ainda importantes desafios, assim como grandes oportunidades para avançar em direção a uma política social de qualidade.

O comprometimento social com a liberdade individual, obviamente não precisa atuar apenas por meio do Estado; deve envolver também outras instituições: organizações políticas e sociais, disposições de bases comunitárias, instituições não governamentais de vários tipos, a mídia e outros meios de comunicação e entendimento público, bem como as instituições que permitem o funcionamento de mercados e relações contratuais (SEN, 2010, pág. 366).

Nos últimos anos, surgiram também entidades colegiadas dedicadas a temáticas específicas (pobreza, proteção social, desnutrição e segurança alimentar e nutricional, cuidado, discriminação, gênero e outras), ou a segmentos determinados da população.

Essas últimas podem ser *transversais* (como os mecanismos nacionais para o progresso das mulheres, e a promoção da igualdade racial, ou as instâncias de promoção dos direitos das pessoas com incapacidade, entre outras) ou bem *centrados* em promover os direitos e o bem-estar de segmentos da população em uma etapa concreta da vida (como a infância, a juventude, ou a velhice).

No final do século passado, o liberalismo, de uma forma ou outra, constituía a ideologia oficial de todos os países latino-americanos. Um poderoso consenso reinava entre as classes dirigentes da região, respaldado por suas classes médias urbanas.

Em 1990, o nacionalismo já parecia uma onda do passado em toda a América Latina. E, mesmo após enfrentar várias décadas desfavorecido, o liberalismo voltou a preencher o vazio ideológico. A nova geração de liberais, denomina-se *neoliberais*. Bem ou mal, o neoliberalismo, com uma ênfase familiar no livre-comércio, na produção para a exportação, e na doutrina da vantagem comparativa, reinava supremo na região, na virada do terceiro milênio.

Os neoliberais se desembaraçaram de todos os parâmetros do nacionalismo econômico, e abraçaram a fé básica no livremercado. Assim, eles venderam, ou privatizaram, as empresas e serviços públicos estatais, que os nacionalistas haviam criado. Também reduziram, ou removeram, os subsídios de inspiração nacionalista, que tornava os alimentos e serviços básicos, acessíveis aos pobres. Os liberais também atraíram novas empresas transnacionais para toda a América Latina, mas o impacto dessa estratégia foi pernicioso, pois uma das operações transnacionais mais comum é a *maquiladora*, uma linha de montagem usando mão-de-obra barata, para montar peças importadas. Os custos baixos da mão-de-obra, constituem a principal razão das maquiladoras estarem presentes, assim, os governos neoliberais tentam manter baixos os salários, mesmo que os subsídios à comida e ao transporte, sejam retirados.

As reformas neoliberais reduziram os gastos governamentais, rumo ao equilíbrio dos orçamentos nacionais e à redução das dívidas, mas a um alto custo social. Isso causou um consumo relativamente baixo dos latino-americanos. Medida em dólares, a economia norte-americana gera anualmente, por pessoa, cerca de US\$30.000, e a japonesa, cerca de US\$40.000, mas a economia brasileira menos de US\$5.000, a mexicana menos de US\$4.000, a peruana menos de US\$3.000, e a economia hondurenha, menos de US\$ 1.000. Com o lapso das indústrias nativas, devastadas por concorrentes estrangeiros, milhões de trabalhadores enfrentam o desemprego a longo prazo, nos sistemas de infor-

mação para o diagnóstico, o monitoramento, e a avaliação, assim como com equipes técnicas idôneas e suficientes.

A proporção de recursos públicos destinados a cada função de governo, é um indicador básico de sua prioridade política e econômica. Sua volatilidade ante os ciclos econômicos, demonstra quão dependente do contexto, e dita alocação. Assim, o aumento dos recursos destinados às políticas sociais em relação com o Produto Interno Bruto (PIB), e sua relativa estabilidade, são fatores fundamentais para a sustentabilidade e o fortalecimento institucional de ditas políticas.

Contudo, as necessidades regionais são ainda de grande magnitude, e seguem gerando importantes desafios quanto à disponibilidade de recursos; mas, ainda, se está longe de chegar aos níveis dos gastos (absoluto e relativo) existentes nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), que, em média, beiram 27% do PIB.

Gasto social em três grupos de países, com distintos resultados em matéria de proteção e promoção social (média simples de cada grupo), ao redor do período 2010-2014 ⁷:

Quadro 2: Gastos Sociais

Indicador	Brasil	Colômbia/Venezuela	Bolívia, Equador, Peru
Gasto público social per capita	2.132	1.166	366
Gasto público em proteção social (seguridade e assistência social) per capita	966	456	111
Gasto público social - porcentagens do PIB	20,2	14,0	11,0
Gasto público em proteção social (seguridade e assistência social) - porcentagens do PIB	8,9	5,6	3,1
Gasto público em educação (porcentagens do PIB)	4,8	4,1	4,4
Gasto público em saúde (porcentagens do PIB)	4,5	2,9	2,6
Gasto público em moradia e outros - (porcentagens do PIB)	1,5	1,3	1,0

7. **Fonte:** Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre a base de S. Cecchini y R. Martínez, Protección social inclusiva en América Latina. Una mirada integral, un enfoque de derechos, Livros da CEPAL, N° 111 (LC/G.2488-P), Santiago, (CEPAL), 2015.

A comparação dos recursos disponíveis, e sua participação no PIB entre os países em estudo, mostra que a institucionalidade não é homogênea nesse aspecto, e tampouco no referente à cobertura de serviços existente nos distintos âmbitos de política. Em geral, os países com maiores necessidades têm uma menor cobertura de serviços e menos recursos *per capita*, e os designam numa menor prioridade fiscal. De acordo com essas cifras, o peso pressuposto dessas entidades é de baixo a moderado, o que contrasta com a relevância de suas tarefas.

Outro elemento que se deve considerar nessa dimensão, é a qualidade dos processos de coleta e difusão de informação. Quando se avançou na incorporação dos enfoques, categorias, e procedimentos da análise funcional do gasto, persistiu uma heterogeneidade na cobertura institucional, e na classificação das funções sociais, assim como no que diz respeito à consideração dos aportes privados, seja por contribuição de fundações e organizações não governamentais (ONG), ou outras entidades. Por outro lado, o enfoque analítico é fundamentalmente contábil e de controle do balanço comercial, e pouco se avançou sobre a apreciação do gasto, como parte integral da gestão da política pública e da tomada de decisões.

Para melhorar esses sistemas de medição, devem articular-se as propostas metodológicas do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas, do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o Sistema de Contas Nacionais, e incluir a informação de custos e investimentos, como parte integral do sistema de análise da gestão social, articulada com a informação social, com vistas a potencializar a racionalidade na tomada de decisões, para a maximização dos impactos, e a eficiência no uso dos recursos.

A complexidade das problemáticas sociais, assim como dos objetivos das políticas desenhadas para atendê-las, exige abordagens e desenhos intersetoriais, que possibilitem articular a oferta da proteção social com a demanda. Do lado das políticas e programas, se requer uma articulação setorial (ou horizontal) entre as distintas áreas do Governo, assim como uma articulação vertical entre os distintos níveis de governo. Ao mesmo tempo, as políticas e programas devem atender de forma simultânea, problemáticas gerais e específicas, que afetam a segmentos determinados da população definidos segundo etapas da vida (longitudinalmente), ou diferenças de gênero, étnicas, sociais, ou econômicas (transversalmente). Até certo ponto, a institucionalidade social reflete hoje essa aspiração, e as dificuldades para conseguir que se concretize, em particular, pelos desafios de coordenação que implica.

Tanto a nível regional como nacional, a institucionalidade social obteve grandes avanços na região, e sua qualidade melhorou de forma substantiva, em comparação com as décadas anteriores. A grande heterogeneidade que se observa entre os países, aponta que não existe um único modelo institucional ao qual aspirar, senão desafios comuns. Entre esses desafios, destaca-se a necessidade de consolidar uma base jurídiconormativa; fortalecer a capacidade de articulação e coordenação, das políticas de superação da pobreza com as políticas de proteção social e com outras áreas da política pública; melhorar a capacidade de articulação e cooperação entre o governo local, regional e central; incrementar a qualidade da gestão pública em todos seus procedimentos, desde a definição de planos até a avaliação de seus resultados, assim como a disponibilidade de informação confiável, e dispôr de recursos fiscais suficientes.

Assim, já que definidos os passos necessários para articular uma melhora da proteção social existente, passamos a descrever a situação encontrada, a respeito, nas nações estudadas, as que, culturalmente, aqui na América do Sul são definidas como *as andinas*: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Com intenções comparativas, acrescentamos informações pertinentes à situação existente no Brasil relativamente ao tema examinado no momento (óbvio que, por ser nossa pátria, normalmente nós todos a incluímos no cotejo entre fatos, coisas, conjunturas existentes, etc., para evidenciar sua igualdade, superioridade, ou mesmo inferioridade).

Apresentamos a seguir a **Atualidade Social** dos países citados, que é o tema básico da elaboração desse trabalho acadêmico. Como complemento, apresentamos adiante, nos anexos, seus dados principais, seus dados geográficos, os culturais e sociais, e as suas posições econômicas atuais, além de um pouco de sua História, pois acreditamos ser a principal justificativa das atuais conjunturas (textos todos compilados de LOPEZ, 1996).

a) - ATUALIDADE SOCIAL DA BOLÍVIA:

Os difíceis anos 1970, foram de predomínio absoluto de governos autoritários e militares na América Latina. Em 1971, o gen. Hugo Banzer derrubou, na Bolívia, o governo progressista do gen. Juan José Torres, e iniciou uma violenta repressão contra os mineiros, classe sindicalizada e muito organizada. Numa nação onde as quarteladas sempre foram contraponto com a resistência popular, o país afundou cada vez mais na crise estrutural. A extrema corrupção do gen. Garcia Meza, comprometido com o tráfico internacional de drogas, acabou desgastando ao extremo a solução militar.

No começo dos anos 1980, o retumbante fracasso dos generais, abriu espaço ao retorno de uma proposta de caráter social-democrático, com a presidência do civil Hernán Siles Suazo. Entre janeiro e abril de 2000, uma série de protestos antiprivatização ocorreram em Cochabamba, por causa da privatização do sistema de fornecimento de água municipal. O governo boliviano declarou lei marcial, prendendo líderes do protesto e fechando várias estações de rádio, mas depois de contínuos distúrbios e da pressão civil, o governo finalmente abriu mão da privatização (MAYORGA, 2010, *pág. 17*). A deterioração do sistema político ocasionou a “morte” das forças políticas tradicionais, incluindo os partidos ADN (do ex-presidente Hugo Banzer), MIR (do ex-presidente Jaime Paz Zamora) e MNR (dos ex-presidentes Víctor Paz Estenssoro e Gonzalo Sánchez de Losada). Essa *morte* levou ao surgimento de uma confederação dispersa de movimentos sociais nativos (MAS), tendo Evo Morales como líder.

Nas eleições presidenciais de dezembro de 2005, Evo Morales venceu seu principal opositor, Jorge Quiroga, ao obter 53,74% dos votos, tornando-se o primeiro indígena a chegar ao poder na Bolívia. Como presidente, seu primeiro ato foi o de cortar pela metade os salários do Executivo (inclusive o seu), do Legislativo e do Judiciário, e em primeiro de maio daquele ano, cumpriu a promessa de nacionalizar as refinarias de petróleo da país, retirando, inclusive. as da Petrobrás.

Em geral, desde 2006, a desagregação da sociedade não se traduz eficazmente no sistema de partidos, mas num “sistema de mobilização”, em que os principais atores estratégicos funcionam como movimentos que não se atenuam, mas se reforçam mutuamente. Nesse *sistema de mobilização*, considerando o caráter das mudanças propostas, podem-se distinguir claramente três grupos: os *movimentos insurgentes*, os que impuseram a agenda atual das mudanças (sobretudo camponeses e indígenas); os *contramovimentos*, principalmente os cívicos das regiões orientais, que se articulam para

resistir a essas mudanças e tentam modificar o seu rumo; e os *movimentos corporativos*, que buscam mudanças institucionais que lhes dariam benefícios específicos e repercussões generalizadas, em que se sobressaem os corporativos mineiros.

Esses movimentos (principalmente os indígenas *aymaras*, os *cocaleros*, os moradores da cidade de El Alto, e os “guerreiros da água” de Cochabamba), exerceram a política (os lugares em que se induziram e tomaram decisões coletivas vinculantes, se realizaram fora das margens da política institucional) e estabeleceram modalidades e padrões de intensidade das propostas, que depois foram apropriadas por outros setores. Nos últimos anos, tomaram uma força cada vez maior alguns sujeitos, que não haviam estado participando diretamente dos processos políticos.

Em dezembro de 2007, em meio a uma tensa situação política relacionada com o processo constituinte, Morales lançou a proposta de submeter-se, juntamente com todos os governadores, ao *referendo revogatório*, um referendo previsto pela Constituição da Bolívia, que submete os ocupantes dos cargos políticos à uma nova votação. Dia 16 de agosto de 2008, a Corte Nacional Eleitoral da Bolívia confirmou os resultados, que deram a esmagadora vitória do presidente Evo Morales, o qual acabava de cumprir a metade de seu mandato de cinco anos. Como nunca houve no país, desde a *libertação*, um governo que dispusesse de tamanha legitimidade, ele foi ratificado no cargo com 67,41 por cento dos votos válidos (MAYORGA, 2010, pág. 31).

A sua chegada ao poder pareceu surtir um efeito de revalorização das raízes indígenas da Bolívia, até mesmo por ter desencadeado uma “revolução cultural democrática”. Enquanto a elite, de origem europeia, sempre controlou o poder político e econômico, a esmagadora maioria da população indígena (cerca de 80%, se somados os puros e mestiços) sofreu com as mazelas sociais. Até meados dos anos 1970, toda a massa nativa estava abaixo da linha de miséria. Hoje, essa taxa se encontra em 60%, o que ainda significa um padrão exagerado para uma nação latino-americana, se emparelhando mais com os países da África Subsariana.

A expressão “movimento social” é de uso comum na Bolívia. Na linguagem política que se usa no país, denota uma variedade ampla e heterogênea de organizações, protestos, mobilizações, e setores que, em geral, foram contestatórios ao “modelo neoliberal” que imperou durante duas décadas, e atualmente apoiam, ou acompanham, as mudanças em que impulsionam o governo. Os movimentos sociais contam basicamente com sua ação (seu *movimento*, precisamente, que em algum momento se manifesta fora dos

canais institucionais), e sua organização. Com certo grau de continuidade, se enfrentam conflitivamente com aqueles que têm recursos (poder, dinheiro, reconhecimento) e em seu desenvolvimento despertam, ou reforçam, laços de solidariedade entre seus membros.

As experiências de mobilização bolivianas se prendem em uma tradição comunitária inveterada, e no fomento institucional da participação coletiva. A história dela não consolidou a figura do cidadão individual, pois os exercícios de cidadania diferem quando o realizam os indivíduos ou os grupos. O último *Informe de Desarrollo Humano, El Estado del Estado*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Bolívia 2007), relata com clareza as diferenças: “*quando nos relacionamos coletivamente com o Estado, exigimos; quando atuamos como indivíduos, suplicamos.*”

Segundo os *imaginários sociais*, o Estado seria uma criatura colonial (posterior às dos indígenas), e inconclusa (*falida*, em termos de alguns analistas no PNUD citado). Sem dúvida, as mobilizações do período estudado, excedem os marcos do neoliberalismo, e não podem explicar-se como uma reação popular mais ou menos unânime ante a *malignidade* desse modelo.

Desde os inícios da década de 1990, as ações coletivas adotaram caracteres distintos dos que predominavam em períodos históricos anteriores, e modificaram a relação das organizações sociais e movimentos com a institucionalidade. As formas de protestos, passaram da proeminência da greve sindical a modalidades mais dinâmicas e visíveis (marchas, motins e conquistas). O discurso dos sujeitos sociais mais vigorosos, passou da defesa do trabalho e das condições de vida, à defesa dos recursos naturais e à proposta de um Estado plurinacional (o que acabou vingando).

Com a consolidação da democracia (que foi fundamentalmente a consolidação da política institucional), se modificaram as condições de participação política: pareceu gerar-se um processo de cidadania que opacaria a participação direta e a representação corporativa. A Lei de Participação Popular (1994), estabeleceu governos municipais, que hoje cobrem todo o território nacional, redefiniu a estrutura estatal, e as possibilidades de ação desde a sociedade civil (MAYORGA, 2010, pág. 31).

Nesse contexto de reformas, confluiu a debilidade das anteriores formas organizacionais e modalidades de ação. Decaiu o poder da Central Obrera Boliviana – COB, que fora eficaz no ciclo da Revolução Nacional e na resistência frente às ditaduras, por não se adequar a uma situação em que as mediações dependiam do sistema de partidos, e pela

qual seus adversários tradicionais, as forças armadas, estavam ausentes. Os sindicatos mineiros abandonaram a cena política, e era ostentável a incapacidade estratégica das organizações populares, e sua necessidade de optar por mecanismos de ação táticos.

Nas eleições gerais de 1997, o dirigente cocalero Evo Morales, conseguiu ingressar no Parlamento pela *Izquierda Unida* (pela primeira vez funcionaram as circunscrições uninominais), com mais de 70% dos votos, a mais alta proporção no país. Exatamente nove anos depois, em 22 de janeiro de 2006, Morales tomou posse como presidente da república.

Por volta de 1999, a estabilidade econômica havia derivado em um processo recessivo, e de baixas taxas de crescimento. O crescimento do PIB, esteve entre 0,4% (cifra do Instituto Nacional de Estadística), e 0,6% (segundo o Banco Central de Bolívia). Já se haviam realizado cinco mudanças de governos constitucionais, e a classe política era objeto de constantes críticas. A “guerra da água”, um protesto em Cochabamba e arredores, em abril de 2000, que conseguiu a retirada do consórcio privado que havia se encarregado da gestão do serviço de água potável, pode se interpretar como o início de uma nova consciência das privatizações, e como a encruzilhada entre as demandas da população organizada, a representação, e a institucionalidade estatal.

As mobilizações ocorridas entre a Guerra da Água e o triunfo, nas eleições presidenciais, de Evo Morales, foram numerosas. Sobressaem os conflitos por recursos naturais, que sintomaticamente adotaram os nomes de “guerras”: bloqueios de caminhos; a “guerra da coca” (pelo fechamento de um mercado de coca em Cochabamba); “fevereiro negro” e “a guerra do gás”, em 2003; a “guerra da água” em El Alto; as câmaras municipais (cabildos) autônomas de Santa Cruz; as marchas pela lei dos hidrocarburetos, que provocaram a renúncia do presidente Carlos Mesa, entre 2004 e 2005.

Em janeiro de 2005, as mobilizações cívicas em Santa Cruz, impuseram ao governo o compromisso de um referendo sobre autonomias departamentais, e a eleição direta dos prefeitos, cuja designação, até então, havia sido prerrogativa presidencial. Se entre 2000 e 2005, o poder estatal provou sua debilidade, ao recorrer à repressão violenta, a partir de 2006 se revelaram os movimentos sociais no poder. Se trata de um período de *mobilização competitiva* entre o governo e as oposições, que é entendido quando duas elites políticas diferentes, aproveitando alguma *clivagem*⁸ circunstancial, mobilizam suas bases para suprir os recursos de poder que estariam perdendo, ou para defender o que,

8. Clivagem política - separação ou diferenciação dos grupos sociais, por razões ideológicas, religiosas, culturais, econômicas ou étnicas.

em sua percepção, estaria em perigo.

45

Em julho de 2006, foram eleitos os representantes para a Assembleia Constituinte, em que vários constituintes eram dirigentes de organizações sociais. Também se celebrou o referendo sobre autonomias departamentais, que teve como resultado um “NÃO” majoritário, em cinco departamentos (os do ocidente: Chuquisaca, La Paz, Cochabamba, Oruro e Potosí), e o “SIM”, nos quatro restantes (Tarija, Santa Cruz, Beni e Pando, onde predominam as terras baixas), que as autoridades e organizações cívicas eram abertamente opostas ao governo.

A disputa política se instalou na controvérsia e nas intenções de compatibilização, dos estatutos autônomos e o projeto da Constituição. O diálogo entre a oposição regional e o governo, se estabeleceu com tropeços, e em Outubro se chegou a um acordo para que o Parlamento revisasse o projeto da Constituição, aproximando-o de posições mais moderadas, menos “indigenistas”, e mais próximas das demandas de autonomias departamentais.

O *Pacto de Unidade*, das organizações de indígenas, camponeses e originários, constituiu o sustento mais firme do governo no processo constituinte. Enfim, a Constituição foi aprovada com 61% dos votos válidos, e em dezembro de 2009, se realizaram eleições gerais. A nova Constituição institucionalizou a participação da “sociedade civil organizada” como controle social em todas as etapas da gestão pública, o que deixa evidente o reconhecimento da importância dos movimentos e organizações sociais (MAYORGA, 2010, pág. 31).

O fato é que, a onda de protestos dos anos 1990-2009, assinala a ascensão da mobilização como ação política legítima, ao lado da ação institucional afetada pela crise política do período da democracia pactuada, e do neoliberalismo. Com a maior presença e validade da política nas ruas, os movimentos conseguiram o feito de dilatar o espaço da política, que entre 1985 e 2000 esteve restrito ao campo das relações institucionais.

Os movimentos bolivianos contemporâneos, constituem um desafio para a democracia, já que afirmam um princípio democrático que habitualmente é subordinado pela democracia liberal: a soberania popular. Com sua ação direta, formulam uma crítica tácita à representação política, assinalando deficiências no sistema de partidos. Não são homogeneamente radicais, pois, salvo alguns casos, não põem em dúvida a existência da comunidade nacional, nem o andamento institucional em que ela se encarna.

A efervescência política da Bolívia tem endereço certo: *Plaza Murillo*. É impossível dissociar a praça principal de La Paz das plataformas de luta dos bolivianos. Sede dos poderes Executivo e Legislativo, o local é mais que um ponto de encontro de militantes,

centrais sindicais, movimentos sociais e populares. É protagonista histórico de revoltas, execuções, protestos, marchas, pronunciamentos...Pela Constituição boliviana, Sucre é a capital do país, mas a alma da Bolívia pulsa bem distante dali, lá no alto, a mais de 3.600 metros de altitude, na inquieta praça citada, de La Paz.

Iniciado em 2006, o governo de Evo Morales lançou políticas ousadas de redistribuição de renda, em especial, *aumento* das aposentadorias e uma versão local do Bolsa Família. O percentual da população vivendo em extrema pobreza caiu de 38% para 24%, em seis anos. A esses fenômenos, o governo boliviano somou reformas econômicas de fundo. A exploração do gás, principal produto de exportação, foi renacionalizada em 2006. A alta das cotações internacionais do produto, ajudou a ampliar os programas sociais, os investimentos de infraestrutura, a geração de ocupações. Em novembro de 2009, Evo apoiou-se nesta alta para instituir um 14º salário para os servidores públicos e parte dos trabalhadores privados.

b) - ATUALIDADE SOCIAL DO BRASIL:

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁹ apresentou estudo sobre a economia brasileira (em 22/10/2013), em que afirma que o Brasil tem realizado progressos “*admiráveis*” na redução da pobreza e da desigualdade (*apud* <http://www.brasil.gov.br/> OCDE, acessado em 25/04/2017).

Segundo a entidade, a redução da pobreza se deve não só a um forte crescimento econômico, mas também às políticas sociais eficientes, das quais salienta o programa Bolsa Família. Destacou o documento:

“Com base num registro único bastante completo de famílias pobres e de suas condições de vida, o Bolsa Família tem demonstrado ser um possante e bem direcionado instrumento com vista à redução da pobreza, sem praticamente nenhum vazamento”.

A entidade também reconheceu os avanços na política social brasileira desde o último estudo, há dois anos. O documento mostra que houve aumento de 791 mil famílias atendidas pelo programa de transferência de renda entre junho de 2011, época do lançamento do *Plano Brasil Sem Miséria*, novembro de 2012. E os níveis médios de benefí-

9. OCDE, que significa Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, é uma organização internacional, composta por 34 países, e com sede em Paris, França. A OCDE tem por objetivo promover políticas que visem o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de pessoas por todo o mundo.

cios tiveram um acréscimo de 49%, entre dezembro de 2010 e dezembro de 2012.

A OCDE recomendou a manutenção do ritmo de redução da pobreza e da desigualdade no país, reforçando a importância do incremento de recursos para o Bolsa Família e outros programas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, além do aumento do nível de benefícios proporcionados pelo Bolsa Família. Desde o ano passado, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) reforçou o Bolsa Família, com a criação de um benefício complementar, que garante a todos os brasileiros que estão no Cadastro Único, uma renda mensal superior a R\$ 70, saindo da extrema pobreza. E, por meio da ação de busca ativa, já foram incluídas mais 120 mil famílias no programa, entre dezembro de 2012 e junho de 2013.

Os programas sociais complementares também poderão, na opinião da entidade, melhorar as perspectivas para que os beneficiários do Bolsa Família possam encontrar outras fontes de rendimentos, e deixar o programa. Para a OCDE, é preciso também expandir a instrução da primeira infância, construir um maior número de escolas para assegurar um ensino com jornada escolar completa em todo o país, e expandir o ensino profissional.

Com foco na superação da extrema pobreza, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), divulgou instrução operacional para auxiliar técnicos e gestores do Programa Bolsa Família, na localização das famílias extremamente pobres, e sua inclusão no Cadastro Único (CADÚNICO) para programas sociais do governo federal (*apud* www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/11/ministerio-do-desenvolvimento-social-e-combate-a-fome - acessado em 25/04/2017).

De acordo com o documento, três estratégias principais deverão ser adotadas para as ações de *busca ativa*. A primeira orienta sobre a importância da inclusão dessas famílias no cadastro e reforça a importância da atualização cadastral para seu acompanhamento.

A segunda consiste em identificar corretamente, no CADÚNICO, todas as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais, ou a grupos específicos da população.

“É importante identificar se a família é indígena, quilombola, extrativista, se está em situação de rua, entre outras. Isso permitirá a definição de ações mais efetivas, na superação da miséria vivida por essas famílias”
esclarece o documento.

A terceira estratégia define a importância de estabelecer parcerias para a identificação e o cadastramento de todas as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente as residentes em áreas remotas, ou em regiões urbanas consideradas violentas.

De acordo com a instrução, o MDS está discutindo uma proposta de ampliação do Índice de Gestão Descentralizado (IGD) para os municípios, com o objetivo de aprimorar a administração dos recursos públicos e viabilizar a implantação das novas estratégias.

O Brasil possui um outro órgão, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e destinado à assistência social: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Trata-se de unidade pública, que oferta serviço especializado e continuado, a famílias e indivíduos (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres), em situação de ameaça ou violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, situação de risco pessoal e social associados ao uso de drogas, etc.

O CREAS busca construir o espaço para acolhimento dessas pessoas, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares. Dentro de seu contexto social, deve permitir a superação da situação apresentada. Os serviços ofertados nos CREAS são desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos, e das demais políticas públicas. Realiza ações conjuntas no território, para fortalecer as possibilidades de inclusão da família em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida.

Os CREAS podem ter abrangência tanto local (municipal ou do Distrito Federal) quanto regional, abrangendo, neste caso, um conjunto de municípios, de modo a assegurar maior cobertura e eficiência na oferta do atendimento.

O portal RECRRIA (www.recriaprojetos.com.br), é um aliado na luta pela Prevenção da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (VDCA). Rede de Ajuda: contendo aproximadamente 6.000 endereços em todo o Brasil, o Banco de Dados se refere a organizações do tipo:

- *Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*
- *Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS*

Ambas organizações funcionam como uma porta de entrada para serviços sociais na prevenção das situações de risco. Ajudam no combate ao trabalho infantil, à violência doméstica, à pobreza, e aos maus tratos.

Porto Alegre, por sua vez, (*apud* <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2017/03-9753316.html> – Acessado em 25/04/2017), possui uma caminhada histórica que fortaleceu ao longo das décadas, diversas parcerias junto às mais de 453 entidades não governamentais da cidade, que passaram a contribuir diretamente para a realização das atividades assistenciais. Para sermos mais específicos, hoje existem 163 entidades sociais que ofertam 422 convênios de serviços diversos, atendendo o público com foco nas famílias, crianças, adolescentes, indivíduos, adultos em situação de rua, e idosos. Portanto, a Assistência Social de Porto Alegre realiza um trabalho fundamental no sentido da prevenção, acompanhamento e atendimento das situações de vulnerabilidade e riscos.

Em comunidades pobres nas imediações das unidades, famílias assistidas que tinham filhos matriculados nas oficinas de turno inverso dos centros, relatam a sensação de segurança que esse serviço proporcionava. As crianças também recebiam uma refeição diária. Cerca de 2,2 mil pessoas eram atendidas por dia, nos 22 CRAS (*idem, idem*).

A elas pode-se recorrer para o atendimento a casos de VDCA, em diferentes estados brasileiros. Hoje em dia, o Portal aceita contribuições para ampliação dos endereços dessa Rede, e a crise financeira da prefeitura de Porto Alegre (RS), deixa os CRAS e os CREAS, em situação de abandono, e estado de penúria. Faltam repasses a funcionários terceirizados, cestas básicas, alimentação, higienização e cartões assistenciais. Com a situação precária, não é possível fazer o Cadastro Único para solicitação de benefícios, como o Bolsa Família. Os beneficiários desses programas sentem na pele o resultado dos cortes.

A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), que responde pelos centros, informou em nota que, apesar dos problemas envolvendo as linhas telefônicas e a internet, os CRAS e CREAS da capital estão em funcionamento junto às respectivas comunidades. Além disso, a FASC garante que o problema dos telefones é tratado pela diretoria financeira para ser resolvido o mais breve possível.

Apesar da informação passada pela FASC, e ainda que os CRAS/CREAS estejam abertos, não há serviços que possam ser oferecidos à população, tendo em vista a carência de recursos, devido à ausência de repasses. *“A assistência social é uma política de garantia de direitos a quem precisa. Nós, como município, não estamos conseguindo*

fazer a garantia desses direitos” argumenta a assistente social de uma unidade, que pediu para não ser identificada (idem, idem).

No Brasil, os direitos sociais, na prática, são direitos relacionados à igualdade, que garantem aos indivíduos condições materiais necessárias para a sua sobrevivência digna, consistindo em pressupostos essenciais para o exercício da cidadania. Dirigem-se à finalidade de disponibilizar meios materiais, e de implementar condições pertencentes a fatos jurídicos, que possibilitem o efetivo aproveitamento das liberdades fundamentais. Em função disso, são indispensáveis para impor limites e obrigações ao Poder Público, protegendo o indivíduo contra a ingerência do Estado. Por derradeiro, integram o núcleo normativo do Estado Democrático de Direito, que é estritamente comprometido com a realização da justiça social (*apud* www.alhea.com/Resumo+Direitos+ Sociais, acessado em 25/04/2017).

Entretanto, a realidade socioeconômica do país, revela a existência de uma profunda desigualdade social, que exclui muitos brasileiros do usufruto da cidadania plena. Com efeito, o principal problema que envolve os direitos sociais diz respeito à sua eficácia e efetividade, mormente no que se refere à implementação de políticas sociais, bem como a sua imposição ao poder público, diante dos obstáculos de ordem econômica e política.

Nesse contexto, ressalta-se a importância do estudo da sistematização dos direitos sociais, que se mostra imprescindível para resolver o problema da sua efetividade. Dessa forma, o que se propõe é o estudo das características dos direitos sociais, a fim de dar subsídios à discussão acerca de sua efetiva proteção e realização.

Os resultados demonstram que os direitos sociais são direitos fundamentais de segunda geração, que garantem a existência humana digna, e a promoção da justiça social, correspondendo à própria manifestação material da liberdade, da igualdade, e da dignidade da pessoa. Pertencem, desse modo, à categoria dos direitos humanos, estando sujeitos ao sistema internacional de proteção. Assim, encontram-se amplamente tutelados pela nova ordem constitucional, que consagra o Estado Democrático e Social de Direito no Brasil. Não obstante, é comum alguns constitucionalistas sujeitarem a efetividade dos direitos sociais à disponibilidade de recursos públicos suscetíveis de serem utilizados para esse fim, em razão da sua conexão com a esfera econômica.

Nesse sentido, foi formulada a teoria da *reserva do possível*, que sustenta que a eficácia das normas que regulamentam esses direitos, depende da conjuntura econômica do Estado, de maneira que a insuficiência de recursos financeiros torna inexigível a sua garantia. Outra teoria que também retira uma parcela de efetividade dos direitos sociais, é

a do mínimo existencial, para a qual apenas o mínimo necessário para manter a dignidade humana pode ser exigível na qualidade de direito subjetivo. Entretanto, ambas concepções têm sido usadas para justificar a inércia do Estado em relação à promoção dos direitos sociais, que acabam ficando no segundo plano das prioridades traçadas pelo Poder Público.

Deduz-se que, com a consagração do Estado Democrático e Social de Direito no ordenamento jurídico brasileiro, os direitos sociais passaram a merecer uma tutela máxima e efetiva. Dessa forma, impõe-se ao Poder Público, no cumprimento de sua tarefa igualitária e distributiva, a obrigação de promover a efetividade dos direitos sociais, e de neutralizar as distorções e desigualdades econômicas geradas na sociedade. Concluímos também que, na qualidade de direitos fundamentais do ser humano, os direitos sociais não podem ser limitados, uma vez que inexistem pretextos que justifiquem a restrição de seus efeitos. Condicioná-los à existência de recursos públicos financeiros, significaria retirar-lhes toda a força normativa que os envolve, e negar-lhes o regime especial de proteção instituído pela Constituição Federal e pelo sistema internacional de defesa dos direitos humanos.

O que se impõe, na verdade, é o estabelecimento, no planejamento orçamentário, de um sistema de preferências na realização de políticas públicas direcionadas à implementação dos direitos sociais. Isso depende apenas do compromisso da sociedade e do governo, na aplicação da riqueza produzida pelo país. Diante disso, é possível afirmar que a obrigação de garantir o exercício pleno da cidadania, e a preservação da dignidade humana, representa a principal tarefa do Estado Democrático de Direito, motivo pelo qual atribuir efetividade aos direitos sociais se revela como um dos maiores desafios do Poder Público.

c) - ATUALIDADE SOCIAL DA COLÔMBIA:

Na Colômbia, as ações coletivas dos movimentos sociais estão relacionadas com as consequências do conflito armado, do desenvolvimento de uma economia de mercado que não responde às necessidades de grande parte da população, e da consolidação de um Estado que fracassou na implementação do Estado da Justiça, o qual foi penetrado pelos aliados dos atores armados e que, em geral, admite poucos mecanismos de controle e representação. Os efeitos desses processos citados, resultam na violação dos direitos civis e políticos, e na negação dos direitos sociais de amplas categorias de pessoas.

Portanto, os colombianos convivem com um sistema político, cuja principal característica é o ineficaz funcionamento de boa parte das instituições que oferecem justiça, procuram representação, e distribuem recursos, três peças-chaves de todo o processo de governabilidade democrática.

Por gerar um momento de agitação intensa e turbulenta, o reformismo radical transformou-a em um país onde o constitucionalismo liberal serviu para encobrir a mera alternância no poder, de facções da elite oligárquica. Na medida que as reformas neoliberais foram avançando, as bases que sustentavam o movimento trabalhista foram se deteriorando. Os sindicatos foram perseguidos ideologicamente, e debilitados pela representação do Estado e a cooptação dos partidos políticos. Barreiras comerciais criadas, foram o motivo da quebra de pelo menos 25 mil fábricas, o que reduziu a mão de obra industrial e o número de trabalhadores sindicalizados. Em 1980, 16% da população economicamente ativa pertencia a sindicatos; entre 1986 e 1996, o número flutuou entre 9% e 10%; entre 2000 e 2007, ela se manteve ao redor de 5%. Além da campanha governamental contra o movimento trabalhista, a extrema direita vinha perseguindo os trabalhadores. Correa, investigador da Escola Nacional Sindical, registrou o assassinato de 2.515 líderes e ativistas sindicais, entre 1986 e 2006 (CORREA, 2007).

Por seu lado, a participação dos camponeses em protestos, vem sofrendo uma rápida queda em sua quantidade e no número de ações. Na prática, perderam suas terras como resultado de um “Processo de Reconcentração da Propriedade”, que entre 1960 e 1986, reduziu de 18% a 15% a porcentagem de terra arável em posse de pequenos proprietários (menos de 20 hectares), chegando ela a 13%, entre 1987 e 1996. Um estudo da Contadoria Geral da República descobriu que, até 2005, os grupos armados e os narcotraficantes haviam se apossado de uns 4,5 milhões de hectares adicionais.

No presente trabalho, informamos que o período governamental entre 1958 e 2006, é dividido em 3 regimes: 1) os governos da Frente Nacional (FN) (de 1958 a 1974); 2) os governos transacionais entre a FN e a Constituição Política de 1991 (de 1975 a 1990); e 3) os governos posteriores à Constituição de 1991 (de 1991 a 2006).

A *Frente Nacional*, uma coalização entre os partidos Liberal e Conservador, que governou no período acima citado, desmotivou a organização da oposição e evitou o populismo (PACHÓN, 2010, pág.53). Foi caracterizada como a menos democrática, pois fechou as oportunidades de participação política. A Frente teve como objetivo pacificar o país, depois de um período de violência partidária (que foi de 1945 a 1953), e desmontar

os governos militares do general Gustavo Rojas Pinilla (1953/1958).

53

Os governos entre 1975 e 1990 são os considerados *regimes transacionais*, onde tentaram liberalizar a economia mantendo os privilégios dos partidos tradicionais. Ao final da década, a centralização do poder, a falta de oportunidades de participação, o lento crescimento da economia, e o aumento da violência, geraram uma crise geral do sistema político.

Os governos posteriores à *Constituição Política de 1991*, iniciaram a governar buscando liberar a democracia, e democratizar a política. A Constituição foi negociada entre os partidos tradicionais e vários setores sociais, reunidos em 1990, e estabeleceu-se um (ESD), Estado Social de Direito, na Colômbia (PACHÓN, 2010, pág.52). A Constituição melhorou os mecanismos formais de representação e de participação, pois entre os constituintes havia representantes de algumas organizações contestatórias, como os dos movimentos indígenas, e os desmobilizados do movimento M-19. Também implementou o referendo, o plebiscito e a tutela, entre outros mecanismos que buscavam abrir as oportunidades políticas. Na realidade, o sistema político colombiano sofreu os efeitos da inoperância do Estado Social de Direito (ESD), que se estabeleceu em 1991.

Um ESD consolida uma sociedade, abaixo de princípios de democracia econômica e política, e favorece a participação de diferentes atores sociais. Assim, frente à inoperância do ESD e em vista do aumento do êxodo, da usurpação de terras, da insegurança, do desemprego, e do acesso desigual a serviços básicos, o protesto social é um mecanismo de impugnação e reivindicação. A Base de Dados de Lutas Sociais do Centro de Investigação e Educação Popular (CINEP), se nutre principalmente de dez periódicos nacionais e regionais, de diferentes tendências ideológicas: *El Tiempo, El Espectador, El Nuevo Siglo, La Republica, El Colombiano, El Mundo, El País, El Heraldo, Vanguardia Liberal e Voz Proletaria*. Também busca informações em noticiários radiofônicos, televisivos, e da internet, em períodos regionais, e em entrevistas e documentos produzidos por atores que participam de movimentos sociais (*apud www.cinep.org.co/basesluchassociales*).

O conflito armado é a manifestação mais conhecida da política contestatória na Colômbia. O fato é que o Estado Colombiano nunca teve o monopólio da força, não ofereceu segurança a seus cidadãos, e nem controlava todo seu território. Como resultado, não há uma presença uniforme de normas democráticas que condicionem o *quefazer* político nem das elites, para que aceitem sujeitar-se aos resultados incertos da competência eleitoral livre e com participação universal. A reforma agrária, do governo de 1971, provocou a rebelião das elites tradicionais e seu apoio às políticas de violência contra os

camponeses. Isso gerou e manteve vigentes enclaves autoritários e violentos em toda a geografia nacional.

As guerrilhas, portanto, têm uma história de mais de 40 anos, e se formaram 5 grupos importantes: as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia (FARC), o Exército de Libertação Nacional (ELN), o Movimento 19 de Abril (M-19), o Exército Popular de Libertação (EPL), e o Movimento Quintín Lame (MQL), indígena. O M-19 e o MQL iniciaram diálogos de paz no final dos anos oitenta, e o EPL se desmobilizou no final dos anos noventa, o que permitiu suas inserções na vida civil. As FARC e ELN continuaram sendo grupos ativos, ainda que ambas estejam sofrendo reveses, como resultado das ações militares da administração Álvaro Uribe Vélez (2002/2010) (*apud www.cinep.org.co/basesluchassociales*).

Hoje em dia, a ELN é a única guerrilha ativa na Colômbia, com quase 1.500 combatentes, de acordo com números oficiais. A Colômbia, que implementa o acordo assinado com as FARC em novembro passado (o processo de desarmamento deverá ser concluído no começo de junho, e os integrantes do grupo rebelde formarão um partido político), tenta acabar com um violento conflito interno que envolveu guerrilhas, paramilitares e agentes do Estado, com um balanço de 260 mil mortos, 60 mil desaparecidos e 6,9 milhões de deslocados.

Os movimentos sociais fazem reclamações contestatórias, para defender os interesses de categorias de pessoas, ou de grupos sociais, marginalizados do sistema político, excluídos da economia de mercado, ou afetados negativamente por uma reforma ou política pública. Ao fazer isso, podem fortalecer às organizações da sociedade civil, e às instituições da cidadania, sempre quando estão desenvolvendo um processo de democratização. Portanto, os movimentos sociais fazem parte do fenômeno mais amplo da política contestatória, ou de processos de reclamação pública e coletiva, onde o governo aparece como sujeito, objeto, monitor, ou aliado dos reclamantes.

Uma forma de valorizar o movimento social na Colômbia é através do estudo quantitativo de suas ações coletivas. As ações coletivas, públicas e contestatórias, são a chancela de um movimento social cujo principal recurso político é ter o poder de convocações, e capacidade de manter um ciclo ativo de protestos que marquem a opinião, ou afetem à política. Ainda que não aparecessem nas estatísticas próprias, os cocaleros surgiram como um novo ator político. Em 1996, mais de 200 mil camponeses cocaleros se rebelaram contra o presidente Ernesto Samper (1994/1998), o qual, depois de ter sido *descer-*

*tificado*¹⁰ pelo governo americano, intensificou a erradicação de cultivos e a perseguição desses produtores, os quais, em resposta, paralisaram partes do sul do país.

A identidade dos cocaleros então se construiu em contraposição à política estatal, em relação à guerrilha (organização que os contém como objetos de dominação), e frente a uma geografia remoto e isolada do Estado, e da economia legal.

O Senado da Colômbia já aprovou uma reforma constitucional, que criou o Sistema Integral de Verdade, Justiça e Reparação, que incluiu tribunais especiais de crimes de guerra, e é parte essencial do acordo de paz firmado com as FARC, para superar meio século de conflito. Para sua plena entrada em vigor, o ato legislativo (que já havia sido aprovado pela Câmara de Representantes) deverá superar uma revisão da Corte Constitucional e receber a sanção do presidente Santos, vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 2016, por seus esforços para acabar com o conflito interno (apud g1.globo.com/tudo-sobre/colombia, acessado em 01/04/2017).

A queda da violência ajudou a Colômbia a crescer 5% por ano, com inflação abaixo de 3%. O país vive um momento econômico melhor que o do Brasil. Entre 2000 e 2013, o número de visitantes estrangeiros que chegam no país, triplicou de 600 mil para 1,8 milhão por ano. O investimento estrangeiro direto anual no país, que era de meros US\$ 1,7 bilhão há uma década, já passa dos US\$ 13 bilhões anuais, desde 2011.

Entre 2000 e 2010, a economia colombiana cresceu a uma média de 4,1% por ano – taxa que acelerou para 5%, nos últimos 3 anos. De acordo com o FMI, o PIB colombiano é hoje de US\$ 387 bilhões, e pode ultrapassar os US\$ 404 bilhões dos vizinhos portenhos já no ano que vem, ficando atrás só do México e do Brasil.

A inflação foi controlada, e fechou o acumulado dos últimos 12 meses em 2,72%, uma das taxas mais baixas da história do país. Enquanto isso, o desemprego flutua em torno de 9,7% . Apesar de alto, é o melhor número em uma década.

O país ainda depende demais do petróleo (responsável por praticamente metade das suas exportações) e está longe de resolver dois problemas bem conhecidos dos latino-americanos: a pobreza caiu, mas segue afetando um em cada três colombianos, e a distribuição de renda ficou praticamente inalterada (como uma das piores do mundo) (apud economia.uol.com.br/.../peso-colombiano-colombia, acessado em 01/04/2017).

Concordamos com os estudos, que concebem as capacidades cidadãos como uma combinação de direitos políticos e sociais, embora tais direitos não sejam significativos

10. A certificação constituiu um instrumento coercitivo dos EUA, para obrigar os países produtores de drogas a cumprirem sua política de luta contra drogas. Os países descertificados perdiam apoio econômico e militar, e sofriam restrições econômicas.

quando a população está submetida a uma vida de pobreza. Cinco condições aumentam as capacidades das pessoas: 1) as liberdades políticas; 2) mais oportunidades de produção, consumo e intercâmbio; 3) serviços de educação e saúde; 4) acesso transparente à informação; e, 5) alívio das necessidades econômicas. A série de protestos na Colômbia é um forte indicativo que a política e a economia locais estão falhando nessas cinco áreas.

Recapitulando, este trabalho afirma que as propostas se correlacionam com a inoperância do ESD, e o aumento das capacidades de mobilização dos cidadãos. A consolidação do Estado, supõe o aumento das capacidades administrativas, políticas, econômicas e tecnológicas, e essas capacidades variam segundo o regime político, ou o governo que está de turno. Em teoria, um Estado deve ser flexível às demandas de política pública da sua população. As demandas mais importantes do povo colombiano foram o desenvolvimento econômico, e o fim do conflito armado.

A inoperância ou ineficiência, dos mecanismos para avançar nos direitos, podem criar obstáculos para a governabilidade democrática. Se as pessoas sentem que apenas através da contestação podem influir na política, pode-se gerar uma situação adversa de intransigência, cinismo, e desconhecimento mútuo, entre as elites governamentais e os atores sociais contestatórios. Isso limita um processo conveniente de deliberação, onde todas as partes necessitam se reconhecer, na solução dos problemas, como interlocutoras legítimas. Necessita-se, então, não apenas da vontade política do governo, senão também, da pressão da população para conseguir uma distribuição, que finalmente permita a construção de um país para todos.

d) - ATUALIDADE SOCIAL EQUADOR:

Encravado entre os países andinos e o mar, o país teve no conservadorismo da Igreja um obstáculo à implantação das chamadas *reformas liberais*, que o integrariam no contexto capitalista internacional. A Igreja se opunha, por saber no que implicavam tais reformas: separação Igreja\Estado, fim do controle eclesiástico sobre os índios, e a secularização dos bens do clero. Entretanto, as reformas acabaram acontecendo, e a burguesia comercial litorânea tornou-se sua maior beneficiária, já que assumiu o encargo de exportar artigos alimentícios produzidos nas fazendas serranas, como milho, farinha e batatas.

As tensões entre as aberturas para a ação coletiva, entre regimes populistas radicais, que utilizam um discurso do povo contra a oligarquia, e os limites para a ação coletiva autônoma que se dá em regimes caudilhistas, onde um líder afirma encarnar as demandas e as aspirações populares, se constituem na presente análise do impacto dos movimentos indígena, de mulheres, e afrodescendentes, nos processos constituintes de 1997/1988, e do que se desenvolveu no governo de Rafael Correa (2007/2008), no Equador.

A Constituição de 1998, produziu-se numa conjuntura em que as propostas e demandas dos movimentos étnicos e de mulheres, foram centrais na busca de uma Carta que os incluísse, e foi o apogeu de um ciclo expansivo de protesto.

Já a Constituinte de 2007/2008, realizou-se sob a hegemonia da esquerda no governo executivo e na Assembleia. Se desenvolveu em um refluxo das organizações dos movimentos sociais, em que esses perderam a capacidade de mobilizar suas bases, e num governo que se movia entre promover uma “revolução da cidadania”, e a liderança carismática de Correa, que dizia encarnar a vontade popular (PACHANO, 2010, pág. 84).

Na década de 1990, vários movimentos sociais do Equador, especialmente o indígena, adquiriram um forte poder que se evidenciou em atos massivos de protesto; nos movimentos de cassação dos presidentes Abdalá Bucaram, em 1997, e Jamil Mahuad, em 2000; e na criação de *Pachakutik*, um partido político majoritariamente indígena. Os movimentos de mulheres, indígenas e afrodescendentes, obtiveram um reflexo da sua agenda de direitos na Assembleia, que redigiu a Constituição de 1998, pois ela incorporou 36 das 39 propostas apresentadas por tais organizações. Também lhes outorgou o reconhecimento de “*seus direitos civis e políticos, econômicos e sociais, sexuais e reprodutivos*” e a mudança de visão da nação como de origem mestiça, por uma concepção baseada em seu caráter pluricultural e multiétnico, e a obrigação do Estado em consultar às comunidades indígenas sobre decisões que afetassem seus territórios (PACHANO, 2010, pág. 85).

Também se reforçaram as políticas de educação bilíngue, com financiamento do Banco Mundial, administradas diretamente pelo movimento indígena, e se entregaram fundos para projetos de etno desenvolvimento. Esse movimento, ademais, se consolidou rapidamente, pois até a década de 1960, a serra equatoriana tinha sido um local arquetipo de relações coloniais de poder. Os fazendeiros controlavam os camponeses indígenas através das fazendas, que eram instituições de exploração econômica e de dominação

política e étnica. Esses camponeses, basicamente analfabetos, foram excluídos do voto até 1979, e eram classificados racialmente como inferiores, através de uma série de mecanismos de dominação, que criaram as categorias, fundamentalmente diferentes, de *brancos, mestiços e indígenas*.

Por esses motivos, o Estado criou uma série de instituições com o fim de identificar e administrar os indígenas como sujeitos *não-cidadãos*, que deviam pagar tributo e realizar uma série de trabalhos para o Estado e os brancos. Agentes externos, tais como partidos de esquerda e a igreja Católica, foram importantes na criação de organizações sociais da área, as quais paulatinamente se independizaram, articulando discursos étnicos junto a demandas econômicas. Em 1986, as organizações indígenas da serra, da amazônia, e da costa, formaram a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), que na década de 1990 adquiriu uma presença pública importante, onde o movimento indígena foi até caracterizado como tendo um profundo impacto democratizador (PACHANO, 2010, pág.90). O movimento se transformou em porta-voz das demandas de diferentes grupos de esquerda contra as políticas de ajuste, e os levantamentos em julho de 1990, abril de 1992, junho de 1994, janeiro e fevereiro de 1997, janeiro de 2000 e de 2001, foram importantes da destituição de Bucaram e Mahuad.

Na ausência de políticas estatais que os marcassem, os descendentes de escravos africanos foram os “outros” da nação. A ausência dessas políticas, que marcassem a população com características específicas como pertencente a um grupo racial, dificultava que esta se reconhecesse e se definisse como grupo étnico. A força do movimento indígena, para que se reconhecessem na Constituição de 1998 os direitos das populações étnicas, deram vitalidade ao movimento afro. As demandas das organizações negras então oscilaram entre o corporativismo, visto como uma forma de acesso e controle dos recursos estatais, e as lutas pela cidadania e contra a discriminação.

As práticas das organizações de mulheres, eram dirigidas ao sistema político e ao Estado. Em muitos casos, o que buscavam era incorporar e institucionalizar conquistas obtidas em outros países, e normatizadas por acordos internacionais. As organizações feministas, ao igual das similares indígenas e afrodescendentes, privilegiaram a incorporação corporativista. O corporativismo funcionou como uma série de estruturas que organizavam a relação entre a sociedade civil e o Estado, o qual deu incentivos para diferentes grupos se organizarem e poderem acessar a recursos e benefícios.

É interessante que, na crise fiscal do Estado Equatoriano dos anos 1980, os novos

grupos corporativos, aqui tratados, negociaram os recursos dados ao Estado pelos organismos internacionais. O Banco Mundial comprometeu US\$ 40 milhões para projetos de desenvolvimento dos indígenas, e dos afro equatorianos, por quatro anos. Alguns estados europeus, e diferentes ONG europeias e norte-americanas, deram fundos para a questão étnica, e para cumprir com os objetivos de equidade de gênero, como estipulavam os organismos e convenções internacionais (PACHANO, 2010, pág. 90).

Para alguns cientistas sociais, a Constituição de 1998 foi progressista, pela inclusão dos direitos coletivos e dos direitos das mulheres. Foi vista como um marco normativo, que deu possibilidade de criar uma legislação que garantisse o exercício dos mesmos. Todavia, se reconhece que ela teve falhas e carências quanto às propostas de reforma política e econômica, áreas em que os partidos de direita impuseram suas agendas. Tal Constituição foi vista como um claro exemplo de neoliberal, pois estava inspirada nos princípios da empresa privada e o livre mercado, com uma mínima participação do Estado.

O novo Processo Constituinte (2007/2008), se realizou em um contexto no qual os movimentos sociais estavam em uma fase de refluxo (lhes é característico um caráter cíclico, que conta com as fases emergentes e de refluxo). Nesse período, se aprofundaram as rivalidades dentro do movimento indígena, que afinal não se tornou um ator importante nas fundamentais ações coletivas, que deram motivo aos militares e políticos para destituir o Presidente. Se entendem os movimentos sociais como uma série de atos de grupos de pessoas, que não estão incorporadas às cidades, e que batalham por sua inclusão na luta contra aqueles que detém o poder. Os protestos, dessa vez, foram protagonizados exclusivamente por pessoas da classe média urbana de Quito. Diferente da Constituinte de 1998, em que as demandas dos movimentos sociais e sua força organizativa, foram o motor das reformas e das mudanças, na de 2007/2008, não houve participação direta das organizações sociais dos excluídos, que estiveram apenas simbolicamente representados na figura messiânica do presidente Chávez (PACHANO, 2010, pág. 94).

Rafael Correa teve uma carreira política meteórica. Até abril de 2005, foi professor na Universidade São Francisco, de Quito, privada para as elites. Ficou conhecido fora dos espaços acadêmicos por suas intervenções, sobretudo radicais, contra a dolarização e o modelo neoliberal. Para participar das eleições presidenciais, em novembro de 2005, organizou o Movimento Aliança Pais. Sua estratégia foi arremeter contra os partidos polí-

ticos, os quais pintou como a fonte de todos os males. Para dar coerência à sua proposta apartidária, recusou apresentar candidatos ao Congresso, e também promoveu o voto nulo.

A campanha de Correa deu forma e sentido à dúvida dos participantes, de que os políticos eram responsáveis pela corrupção, e que causavam problemas econômicos, como a pobreza e o trabalho indigno e mal remunerado. Apresentou a Assembleia Constituinte como alternativa à partidocracia, e a panaceia que resolveria os problemas políticos, sociais e econômicos da nação. Ela não foi descrita como um mecanismo para fazer reformas políticas, mas a proposição de que criasse “*um projeto de vida comum, um acordo social amplo*” (PACHANO, 2010, pág. 94).

Em abril de 2007, a aliança governamental *Acordo País*, obteve 82% dos votos válidos a favor de que se realizasse uma Assembleia Constituinte de plenos poderes, e em novembro, obteve 80 dos 130 representantes eleitos. Já que o presidente ganhou várias eleições com maiorias absolutas, e gozava de alto nível de popularidade, não necessitava dos líderes dos movimentos sociais. À primeira vista, o contexto então parecia favorável para que a agenda dos movimentos sociais não se cristalizasse na nova Constituição, mas que as propostas de radicalização da democracia da Aliança País se materializassem.

A Constituição de 2008 reiterou o Estado Equatoriano como intercultural e multiétnico. O governante esperava que ela fosse diferente da anterior, que caracterizou como neoliberal, nas propostas econômicas e de justiça social. Assim, as políticas estatais que reincorporaram o planejamento, e o papel do Estado na regulação da economia, permitem falar de um modelo econômico *pósliberal*. Se bem se mantiveram os direitos da Constituição anterior, e até se ampliaram alguns, houve preocupação da marginalidade das organizações dos movimentos sociais, no manejo das políticas estatais. Por exemplo, o Conselho Nacional da Mulher, o Conselho de Desenvolvimento das Nacionalidades e dos Povos do Equador, e o Conselho de Desenvolvimento Afro Equatoriano, poderiam até desaparecer (PACHANO, 2010, pág. 103).

Em setembro de 2008, a nova Constituição foi aprovada com mais de 60% dos votos. Os debates sobre ela se concentraram em temas culturais, tais como no matrimônio gay e no aborto. Diversos líderes religiosos argumentaram que as ambiguidades nos textos constitucionais, eram formas de aprovar essas anomalias. A Igreja se dividiu, e o referendo se deu como uma luta entre os setores mais conservadores da sociedade, e as

Uma primeira lição dos erros da última Constituinte, é que o processo de redigir a nova Carta seja visto como participativo e inclusivista. Com este afã, se organizaram dez mesas constituintes, com a participação de legisladores da Acordo Pais e da oposição. Essas mesas receberam 1.500 delegações de distintos setores sociais, e um milhar de propostas de partidos, organizações da sociedade civil, e mesmo de indivíduos. A impressão de que houve ingerência do Executivo, se fortaleceu com a presença dos delegados pessoais de Correa na Assembleia, e com os rumores de que eles, às vezes, modificaram a redação dos artigos constitucionais.

Os movimentos sociais estão diante de uma disjunção no governo de Correa. Por um lado, o poder está em mãos da esquerda, que obteve muitas de suas reivindicações econômicas e sociais, e está aplicando políticas claramente *pós-neoliberais*. O pressuposto para o gasto social, incrementou-se de 5,3% do PIB, a 6,1% no ano 2007, e para 7,4%, no de 2008. Assim mesmo, o governo tem que cumprir o mandato constitucional, e promover a participação cidadã. A nova Constituição reconhece que, além dos três poderes do liberalismo, existe um quarto poder, o *cidadão*, através do qual a cidadania participa diretamente da planificação de políticas públicas, e do controle popular das instituições do Estado.

Como em todo o populismo radical, se são abertas oportunidades para a organização popular, e para que aconteçam conquistas antioligárquicas, pareceria que a vontade popular reside no líder Correa, construído como encarnação da vontade popular e nacional. Mas, a oposição do governo às organizações autônomas dos movimentos sociais, foi mais longe do que a retórica do presidente. Com a desculpa que o Estado delegou poder durante o neoliberalismo, pretendeu centralizá-lo todo, já que agora está em mãos da esquerda. O governo decidiu que a CONAE deixasse de controlar a educação intercultural bilíngue, uma de suas demandas históricas mais importantes, e essa atribuição passasse para o Ministério da Educação. Além do mais, reduziu o pressuposto para as estatais controladas pelas organizações sociais, tais como o Conselho Nacional da Mulher, o Conselho de Desenvolvimento das Nacionalidades e dos Povos do Equador, e o Conselho de Desenvolvimento Afro Equatoriano.

No Peru, o militarismo teve características bastante peculiares: assumindo o poder em 1968, o general Juan Velasco Alvarado deu início a uma política caracterizada por um discurso nacionalista e anti-imperialista, e colocou em marcha a reforma agrária, garantindo a uma parcela dos camponeses o acesso a terra, reivindicação secular da sociedade rural, reformou a legislação social criando condições para a elevação do nível de consumo do país, fato que interessou tanto a burguesia internacional como à incipiente burguesia nacional (GROMPONE e BARRENECHEA, 2010, pág. 113).

O governo militar (1968-75), foi responsável por importantes mudanças, eliminando o poder das oligarquias, transferiu a hegemonia econômica para a burguesia; a sindicalização aumentou, assim como a participação do Estado na economia. No entanto, a repressão interna e a crise internacional, determinaram o fim do *Peruanismo*, e o regresso de uma política conservadora, pautada pelos interesses internacionais ditados pelo FMI, fato que foi responsável por violenta crise, caracterizada pelo desemprego e pela miséria.

Definindo a incapacidade das oligarquias de oferecerem qualquer alternativa viável, as novas forças sociais do povo peruano elegeram para a presidência, em 1985, com larga margem de votos, um político jovem e de grande carisma, Alán Garcia, renovado em suas propostas (CARRANZA e CUETO, 2013).

Também durante a década de 1980, o Peru enfrentou uma considerável dívida externa, inflação crescente, um aumento no tráfico de drogas, e violência política maciça. Cerca de 70 mil pessoas morreram durante o conflito entre forças do Estado e os guerrilheiros maoistas do Sendero Luminoso. Com a presidência de Alberto Fujimori (1990–2000), o país começou a se recuperar, no entanto, as acusações de autoritarismo, corrupção e violações dos direitos humanos, forçaram sua renúncia, após a polêmica eleição de 2000. Desde o fim do regime de Fujimori, o Peru luta contra a corrupção, enquanto também mantém o crescimento econômico.

Se encontra em jogo a governabilidade democrática, associada à adoção oportuna de decisões, e sua efetividade e eficiência, a aceitação social dessas mesmas decisões, sua coerência através do tempo, de modo que não produza efeitos distintos aos propostos, e a atenção à tripla demanda de crescimento, democracia e respeito à igualdade. O governo costuma utilizar um discurso de confronto, desqualificando aos que não compartilham do seu projeto econômico e político. Seus opositores são os portadores, a seu critério, de um pensamento arcaico. Tais indícios apontam que nos próximos anos, mantendo-se essa tendência, vai se assistir ao descortinar da polarização social.

Os partidos peruanos se caracterizam pela volatilidade das preferências eleitorais e a dispersão da representação política. Como se observa nos recentes períodos congressistas, que vão de 1995 a 2011, os partidos que acumulam a maioria de bancadas são muito distintos entre uma eleição e outra. A consequência dessa dinâmica, é a imprevisibilidade dos cenários futuros, a debilidade do sentido de responsabilidade política, e a dificuldade de estabelecer alianças de longo prazo (GROMPONE e BARRENECHEA, 2010, pág. 130). O congresso é composto atualmente por Partido Aprista Peruano (36 lugares), Partido Nacionalista Peruano (23 lugares), União pelo Peru (19 lugares), Unidade Nacional (15 vagas), Aliança para o Futuro Fujimorista (13 lugares), Aliança Parlamentar (9 lugares) e República Democrática do Grupo Parlamentar Especial (5 lugares). Em junho de 2016, Pedro Pablo Kuczinski, do partido Peruanos Pela Mudança (PPK), foi eleito presidente do país, em votação apertada, com uma vantagem de 0,2% dos votos sobre sua adversária, a filha de Fujimori, sendo empossado no dia 28 do mês seguinte.

As forças armadas são compostas por um Exército, uma Marinha, e uma Força Aérea. Estão subordinadas ao Ministério da Defesa, e ao presidente como comandante-em-chefe e sua missão principal é a salvaguarda da independência, da soberania e a integridade territorial do país. A conscrição foi abolida em 1999, e substituída por um serviço militar voluntário.

As relações exteriores do Peru têm sido dominadas por conflitos de fronteira com países vizinhos, apesar de muitos terem sido liquidados durante o século XX. Há ainda uma disputa com o Chile sobre limites marítimos no Oceano Pacífico. O Peru é um membro ativo de vários blocos regionais, e um dos fundadores da Comunidade Andina de Nações. É, também, um participante em organizações internacionais, como a das Nações Unidas.

O Peru dos anos 2000 vive tardiamente, em relação aos demais países da América Latina, processos diversos, recorrentes, constantes, de contestação e resistência de diversos setores sociais, ao crescente controle por parte de grandes interesses privados, transnacionais, de territórios, atividades econômicas, desenho de políticas, modelos de vida e imagens de desenvolvimento, em um marco de economia aberta, desregulada, devida ao mandato constitucional de 1993 (REMY, 2005, pág.277). Em diversas regiões do país, os grupos sociais de diversa constituição organizativa, encontram na ação coletiva contenciosa, o único meio para incorporar suas expectativas, numa agenda política fechada, pouco flexível.

Na medida que seu desenvolvimento foi praticamente ininterrupto entre 1980 e 2000, em diversos espaços se discute um tema relativamente novo no Peru: a intensidade dos conflitos sociais, os cenários onde ocorrem, e mais recentemente, a formação dos movimentos sociais. Em 1980, o Sendero Luminoso iniciou a luta armada, anulando a autonomia dos atores sociais, e definindo um grande conflito. Apenas em 2000, depois de dez anos da paz fujimorista, sustentada numa combinação de repressão e clientelismo, dezenas de milhares de pessoas saíram às ruas, e conseguiram acabar com o regime autoritário. As condições da ação coletiva em contextos autoritários e estados repressivos, arrasa a resistência em quase todas as circunstâncias, mas oferece aos dissidentes um campo de ação unificado e um objetivo centralizado.

O regime político fujimorista limitou os recursos organizacionais para a ação coletiva de opositores ou disconformes, fez mais custosos os protestos ao incrementar os riscos repressivos, e sobretudo, mostrou um Estado forte, sem fissuras, disposto a reprimir, e a corromper, parlamentares, dirigentes, e juízes. As políticas de ajuste estrutural, de privatização, desmonte do rol promotor do Estado, eliminação de subsídios, diminuição de direitos trabalhistas, e abertura às importações e ao investimento massivo de capitais transnacionais, não só foi contestada no país, como foram ativadas como sendo parte de um processo de “salvação nacional”.

Em todo esse período, os atores coletivos mudaram tanto como as razões, orientações, e identidades, que alimentaram os protestos. Na realidade, se vive como em conflito contra o avanço dos grandes investimentos das empresas transnacionais, que deslocam povos e atividades, cuja expressão mais recorrente são as indústrias extrativas (mineração, gás, petróleo), e pela defesa de meios de vida e recursos das populações, principalmente rurais.

O grande movimento urbano antiditatorial e ético, contra o governo autoritário de Fujimori, mais recentemente aparece em manifestações extremamente localizadas, rurais, em diversos conflitos que questionam a escassa legitimidade dos mecanismos de constituição de poderes democráticos no território, que evidenciam a debilidade da democracia no país, e do sistema de partidos políticos. Um desses movimentos se articula em torno da defesa dos direitos humanos, e mais recentemente, à defesa das conclusões da Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR), sobre as responsabilidades no conflito armado interno, e a necessidade de se estabelecerem políticas de reparação.

O citado campo de conflitos, processado em diversos territórios, impugna um dos eixos

do atual padrão de acumulação nacional: a centralização de capital e o desenvolvimento de “mega projetos privados”, principalmente extrativos, a cargo de grandes empresas transacionais. A centralidade do conflito, a respeito do modelo econômico, e a diversidade de atores envolvidos, permite uma discussão sobre a conformação de um movimento social que, disputando o controle de recursos e meios de vida, constrói versões alternativas às hegemonias sobre a orientação para o futuro, e sobre os atores que a construirão. De ambos, democráticos a antineoliberais, participam povos indígenas, que, conflitiva e confusamente, abordam modos de construir, ou defender direitos, e se movem entre a adaptação e a resistência (GROMPONE e BARRENECHEA, 2010, pág. 133).

Quando, em 1990, Alberto Fujimori assume o governo e aplica um pacote radical de ajuste estrutural (abaixo parcialmente citado), inspirado no Consenso de Washington, o Sendero Luminoso passa a lutar para alcançar o “equilíbrio estratégico”, multiplicando a violência na serra, tornando-se forte nas zonas da selva, avançando no controle de universidades nacionais e assentamentos urbanos populares, e cercando a capital, sistematicamente atacada com carros-bomba e forças armadas. As medidas de ajuste implementadas, massificaram a pobreza, porém eliminaram a hiperinflação e estabilizaram a economia. Os êxitos do governo no controle do terrorismo (lembrando a captura de Abimael Guzmán, em setembro de 1992), pacificaram o país. Durante o período de conflito armado, o Peru conheceu o surgimento de organizações não-governamentais (ONG's, redes, grupos de voluntariado), de defesa dos direitos humanos, em sua maioria vinculadas a igrejas, particularmente ao *setor de teologia da libertação* da Igreja Católica.

Em 8 de agosto de 1990, o governo de Fujimori anunciou um choque econômico chamado “Fujishock”: a taxa de câmbio foi desvalorizado em 227%, o preço da gasolina aumentou 3.000 por cento, desemprego subiu para 73%, a inflação chegou a 7.694,6%. (114,5% em 1987, 1.722% em 1988, 2.775% em 1989, e 7.694 em 1990) (GROMPONE e BARRENECHEA, 2010, pág. 138).

Sem dúvida, Fujimori foi praticamente o único governante do século XX no Peru, que caiu devido ao contexto criado por um massivo movimento social contra o seu regime. Nesse ambiente de conflito e mobilização, que se caracterizou por uma grande criatividade de recursos de ação coletiva, à pressão dos setores mobilizados se somaram pressões internacionais, inclusive dos Estados Unidos, cujo embaixador havia sido um dos defensores abertos do regime. O presidente Fujimori abandonou o país, com a desculpa de uma reunião internacional, mas se refugiou no Japão, e mandou um fax renunciando ao

cargo que detinha. O Congresso o destituiu formalmente, por incapacidade moral e abandono, nomeou um congressista para presidir o governo de transição, e convocaram novas eleições, e quem as venceu foi Alejandro Toledo.

Isso representa o êxito do movimento, e seu final também. A amplitude de setores mobilizados tinha um único ponto de acordo: o final do regime autoritário. Uma vez atingida essa meta, o movimento se desarticulou. As condições que fizeram possível o regime, em suas versões econômica e de controle político, subsistiam quase intactas, de modo que, alcançados os compromissos políticos da transição, o movimento, como campo de recorrente ação coletiva e de vigilância, se diluiu.

Tanto os conflitos abertos, como as tentativas de revogação, remetem a uma situação da debilidade da democracia local, escassa legitimidade dos eleitos, e em geral, descontentamento com o que termina sendo a democracia, num país onde não existe um sistema de partidos políticos que organize competições políticas, selecione candidatos, produza transmissões de experiências de governo, e controle seus eleitos. Nada disso existe, pois os partidos funcionam como franquias, ou federações de candidatos, que esperam beneficiar-se da crescente privatização do poder público.

Nesse momento, a única proposta das elites econômicas e políticas para o descontentamento com a democracia, é converter o voto de obrigatório em voluntário, tentando que os setores de baixa renda, desafetos dos processos eleitorais, não dediquem seus votos a líderes políticos pouco controláveis. Depois, Toledo também atingirá seu ponto mais baixo de aprovação na Lima metropolitana, que será 15%, após um ano e quatro meses de eleito (GROMPONE e BARRENECHEA, 2010, pág. 140).

O citado campo de conflitos, processado em diversos territórios, impugna um dos eixos do atual padrão de acumulação nacional: a centralização de capital, e o desenvolvimento de “mega projetos privados”, principalmente extrativos, a cargo de grandes empresas transacionais. A centralidade do conflito, a respeito do modelo econômico, e a diversidade de atores envolvidos, permite uma discussão sobre a conformação de um movimento social que, disputando o controle de recursos e meios de vida, constrói versões alternativas às hegemonias sobre a orientação para o futuro, e sobre os atores que o construirão. De ambos, democráticos a antineoliberais, participam povos indígenas, que, conflitiva e confusamente, abordam modos de construir, ou defendem direitos, e se movem entre a adaptação e a resistência (GROMPONE e BARRENECHEA, 2010, pág. 133).

Recentemente, o Governo peruano acrescentou o ex-presidente à lista dos crimino-

soos mais procurados do Ministério do Interior, e ofereceu uma recompensa de 30.000 dólares (93 mil reais) por informações sobre seu paradeiro. Toledo é acusado de receber 20 milhões de dólares da construtora brasileira Odebrecht, para favorecê-la na licitação da Rodovia Interoceânica Sul (também chamada de Estrada do Pacífico), que une o Peru e o Brasil. Ele é acusado dos crimes de tráfico de influências e lavagem de dinheiro. O ministro do Interior, Carlos Basombrío, informou que Toledo está fora do país, provavelmente na França, e não tem nenhuma intenção de voltar ao Peru.

Uma vez ganha a confiança dos investidores na estabilidade que oferecia o governo, começa a desenvolver-se um enorme ciclo de investimentos mineiros. O Peru resulta ser um dos casos de maior desenvolvimento desses investimentos na América Latina, que se iniciou em 1990; entre esse ano e 1997, eles (investimentos mineiros) cresceram 90% em todo o mundo; na América Latina, foi 400%; no Peru, o investimento em mineração foi de 2.000%, no período citado. A tendência de alta dos preços dos minerais, e o desenvolvimento de novas tecnologias que causam maiores rentabilidades, se unem no Peru ao novo marco legal de ajuste estrutural e à nova legislação mineira, mais favorável aos investimentos, e que passa a contar com *Estudos do Impacto Ambiental* (EIA) (GROMPONE e BARRENECHEA, 2010, pág. 143).

A exceção entre o crescimento do PIB e dos ganhos das empresas, de um lado, e os ingressos da renda da maioria da população, que segue registrando altos níveis de pobreza, de outro, tem gerado um alto descontentamento manifesto, causa de rápida perda de aprovação dos presidentes, e logo, no desenvolvimento de ciclos de protesto em diversos setores. Porém, foram os conflitos envolvendo as indústrias extrativas, de maneiras mais recorrente, e com frequência mais radical, que enfrentaram a criação legal de espaços para grandes investimentos.

Se há bastante imagens comuns a respeito do dano ambiental da história mineira no Peru, ainda não se produziu uma reação cidadã, nem uma rede de instituições ambientalistas. Essa nova preocupação pelos riscos ambientais constatados da mineração, se produziu em pleno contexto nacional de luta contra o autoritarismo. Nas zonas de grande desempenho agrícola, quando empresas extrativas desenvolveram projetos de explorações mineiras locais, os produtores agrícolas passaram a exigir informações, a organizar reuniões com especialistas (internas e públicas), e sempre formaram opinião contrária à instalação desses projetos.

Nos últimos anos, o número de conflitos com empresas mineiras (que a Defensoria

do Povo chama de “conflitos socioambientais”) têm crescido, e foram os de lugares distantes os que mais se desenvolveram no país¹¹ (REMY, 2005, pág.303). Um cenário de conflitos entre “projetos geográficos” poderia se estar descrevendo, não só como conflitos socioambientais, mas em termos mais amplos, como situações que enfrentam conflituamente duas opções de manejo do espaço e de seu desenvolvimento. Uma, apoiada pelo governo, pela imprensa, e pelas elites sociais, a cargo de empresas privadas com crescimento imediato, mudanças bruscas, e sociedade subordinada; outra, elaborada por múltiplos atores do território, com alta inclusão e controle sobre seus destinos, de mudanças lentas, e múltiplas decisões. Uma situação assim, na qual diversas populações vejam que seu descontentamento não é isolado, e se enquadra em grandes perspectivas do país, seria um contexto de novos movimentos sociais, que superariam os traços de fragmentação, associados a seu forte caráter nacional.

No caso dos chamados conflitos ambientais, ou conflitos pela defesa do território, as redes institucionais são importantes, a ponto de transferir conflitos locais à escala internacional, onde encontram um nova sensibilidade de defesa do meio ambiente, e dos direitos dos povos indígenas. Essas redes institucionais continuam quando as ações de protesto terminam, porém sua permanência permite alcançar recursos, profissionais e de comunicação, a novos descontentamentos.

A territorialização do conflito tem sido, até agora, a principal limitação à construção de atores e identidades amplas, com capacidade de esboçar não apenas desafios às elites, mas alternativas mais ou menos radicais. Um elemento novo que aparece nesses movimentos territoriais, é o de uma nova relação entre atores urbanos e rurais, o que não era comum, pois em zonas camponesas e espaços de alta presença indígena, as cidades próximas eram tradicionais ambientes de grupos de poder, que exerciam controle e relações de dominação, frente ao entorno rural. Nas mais recentes movimentações de populações indígenas, as organizações dos espaços urbanos se congregaram massiva e explicitamente em seu apoio e protesto contra a repressão.

Essa situação nova pode ter a ver com processos recentes de mudança nas zonas rurais, especialmente com a constituição de governos locais, eleitos por maiorias camponesas ou indígenas. Pesam também, ao nosso ver, as intenções de vagar espaços sociais, para o desenvolvimento de novas inversões transnacionais, que produzem um piso comum de descontentamento, numa sociedade rural e indígena atualmente renovada.

11. Segundo o relatório de conflitos da Defensoria do Povo, em abril de 2009, 50% dos conflitos abertos que se registraram, correspondiam a conflitos socioambientais.

A *PEA*, ou População Economicamente Ativa, é o conjunto de pessoas (entre 15 e 65 anos de idade) que, em uma sociedade determinada, exercem habitualmente uma atividade econômica, ou estão em atitude de trabalhar, ainda que se encontrem momentaneamente sem ocupação, por causas alheias à sua vontade. A *PEA* está constituída pelos produtores, quer dizer, por aqueles que desempenham alguma função na atividade produtiva da sociedade, ou estão com possibilidade de fazê-lo por suas condições de idade e atitude, ainda que, transitoriamente, careçam de emprego.

A *PEA* se mede por meio dos *censos* gerais de população. Os documentos de indagação contém perguntas para estabelecer o número de pessoas economicamente ativas, por idade, sexo, grau de instrução, nacionalidade, estado civil, o tipo de afazeres a que se dedicam, e outros dados. Através deles, pode estabelecer-se a porcentagem da população ativa, com relação à população total do país (GROMPONE e BARRENECHEA, 2010, pág. 145).

Segundo o informe “Situação do Mercado Trabalhista na Lima Metropolitana”, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI), a População Economicamente Ativa (*PEA*) em Lima, foi de 4.930.400, no trimestre móvel de junho, julho e agosto de 2014, uns 1,1% a mais, se em comparação com o período de 2013. No ano de 2015, a *PEA* total do Peru chegou aos 17 milhões e 62.000 pessoas, o que significaria uma taxa de crescimento anual de 1,71% para o período 2010/2015, informou o Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI) (apud www.monografias.com/trabajos105/, acessado em 14/04/2017).

Conforme registrado em 2010, a *PEA* ocupada foi de 15.089.871, e no ano de 2013 ela chegou a 15.683.616, revelando uma variação de 3,93%. Como podemos observar, a *PEA* ocupada tem crescido gradualmente durante os últimos anos, evidenciando a política trabalhista que o governo tem ultimamente exercido. Outra constatação, é que as pessoas que se encontram entre 30 e 64 anos, e que configuram na *PEA* ocupada, foram aumentando mais a cada ano (na *PEA* ocupada pelos que estão entre os 15 e 29 anos, se pode observar que a cada ano foi reduzida, mais e mais), isto pode dever-se ao fato de que as empresas tendem a buscar pessoal com maior experiência de trabalho, pois têm mais confiança em suas capacidades de desenvolver as atividades, e para a tomada de decisões, obtendo assim, melhores rendimentos.

Podemos também, observar que o emprego adequado em relação aos anos 2004-2013, tem uma variação de 161%. Novamente, isto pode se dar pelas políticas implementadas pelo Estado, para ter um maior controle do emprego que se dá formalmente no

Peru, para evitar a informalidade, como por exemplo, a criação da Planilha Eletrônica; por outra parte, mais de 3 milhões e 600 mil peruanos, de 25 a 59 anos, obtiveram um emprego adequado, e também apresenta uma maior inclusão dos adultos à força trabalhadora adequadamente empregada. A PEA adequada tem crescido continuamente, sem nenhuma baixa excepcional.

Amplamente generalizada no país, a informalidade no Peru mostra níveis alarmantes. O emprego informal se localiza, basicamente, no interior do país (77,0%), e em menor medida na Lima Metropolitana (23,0%). Assim mesmo, se concentra nos setores econômicos: agrícola (40,0%), comércio (19,0%) e serviços (22,7%) (GROMPONE e BARRENECHEA, 2010, pág. 145). Com efeito, as medições disponíveis a indicam como uma das mais altas do mundo. A informalidade é uma dívida que requer urgentes soluções, não só para evitar que as estatísticas sigam os deixando zangados, mas para que cada vez mais seja menor o número de peruanos que trabalham sem direitos trabalhistas, e até sem proteção social. Essa informalidade até se reflete no PIB, o qual apresenta uma variação enorme, já que não pode mostrar cifras exatas da produção do país, devido a que os trabalhos informais não são tomados em conta no momento da avaliação. A falta de emprego no Peru não é um problema recente, pois vem se dando há muitos anos. Esse problema já gerou diversas atitudes na população, que vê como sua principal solução a migração. A migração a que recorre a maioria das pessoas, principalmente peruanos que vêm no exterior um melhor futuro laboral, simplesmente porque em qualquer outro país a situação é melhor que no Peru.

Os principais motivos pelos quais as pessoas emigram, são as altas taxas de desemprego, a miséria, a falta de recursos econômicos e sociais. A violência e a guerra são sempre os motivos que forçam a indivíduos, e famílias inteiras, a buscarem meios de subsistência longe de sua própria terra. A tudo isso, a migração se converteu num atual problema social básico.

f) - ATUALIDADE SOCIAL DA VENEZUELA:

Na primeira parte do século XX, a Venezuela conheceu a primeira expressão de um movimento cívico, o qual lutou por abrir o país à modernidade, buscando a saída de uma ditadura (do general Juan Vicente Gómez). Nesse contexto, os jovens estudantes emergiram no país como a nova liderança, com uma visão de alteração democrática, onde a

bandeira das liberdades e a justiça social marcam, até hoje, a agenda pública local. Construíram novas organizações, especificamente partidos políticos, que foram transformando-se, por ensaios e erros, até consolidarem-se. Um ensaio da democracia é o *Pacto de Ponto Fixo*, acordo interpartidário no qual os principais líderes políticos assumem o projeto de condução democrática, que se sintetiza na Constituição de 1961.

Durante muito tempo, a Venezuela foi governada pelos chamados partidos tradicionais, os quais eram atrelados aos interesses do capitalismo. O período que vai de 1958 a 1973, corresponde ao processo de composição do sistema bipartidário, respaldado por um alto nível de centralização político/administrativa, promovido pelo Estado. Nessa etapa se assume um novo pacto social, assinalado pela negociação entre as elites políticas, sociais e econômicas. Foi um tempo de notória permeabilidade social, de construção de uma classe média emergente e poderosa, e de estabelecimento dos partidos políticos, de alternabilidade no exercício do poder, e de submissão do poder militar ao poder civil (COMBELLAS, 2010, pág. 151).

Nessa dinâmica de pactuar para garantir governabilidade, acabaram excluídos o Partido Comunista da Venezuela, e outras forças de esquerda marxista. O movimento estudantil ainda manteve seu perfil combativo e de maior autonomia, com forte presença e influência de setores da esquerda, campo no qual se expressava com força. Até 1988, o sistema de partidos caracterizou esse período como de um bipartidarismo conservador e exclusivo, onde se deixou de lado o conteúdo ideológico, e os princípios que são gerados nesse momento de desintegração do sistema. Começou a surgir um conjunto de novas organizações, nascidas abaixo da determinação de seus próprios integrantes, que cobravam uma nova significação. Se destacava uma oposição ao controle político, e se enfatizava o sentido da liberdade das pessoas em encontrar respostas, de acordo com suas próprias pautas.

Essas experiências foram a base para que se começasse, no país, a grande tarefa de formação e organização da base social. O termo comum, ainda não suficientemente difundido, era “movimento popular”, que foi utilizado para englobar um conjunto cada vez maior de pequenas organizações comunitárias de base, e associações que buscavam ter um espaço próprio de participação. Assim, era comum observar uma intensa atividade em mãos do movimento cooperativo, das mulheres, de direitos humanos, da educação popular, e ecológico, entre outros.

Entre alguns dos fatores que marcaram essa dinâmica, é importante salientar os

seguintes: a diversidade e pluralidade dessas propostas, expressões classistas em algumas delas, e sua estruturação e interação com outros setores, desde uma perspectiva democrática: a visão do alternativo ao estabelecido. Outro elemento que temos que destacar é que, nesse período, se evidenciou uma forte crítica à atuação dos partidos políticos, e a forma de estabelecer suas relações com o cidadão e suas próprias organizações.

Na década de 1990, se evidencia a mudança do sistema político de bipartidarismo a multipartidarismo, junto com o processo de centralização. Se produz uma intensificação dos protestos sociais, pela consideração de ser necessário enfrentar a perda, pelo regime, de sua capacidade de aplicar políticas públicas adequadas à aspiração da maioria. Contudo, se faz mais completa e se enriquece, a interação entre as organizações da sociedade civil e os distintos representantes dos três níveis de governo (local, regional e nacional). Pela primeira vez, os venezuelanos puderam eleger diretamente seus governadores e prefeitos, como marco de um intenso processo de descentralização política.

Todavia, se produzem fortes e violentos distúrbios, que deixaram numerosos presos, feridos e mortos. Sua causa foi atribuída ao descontentamento com o programa de ajuste econômico anunciado por Carlos Andrés Pérez, então presidente. Pode ser definido como um movimento social caótico, inarticulado, pois :

“essa demonstração agregou ao processo democrático venezuelano a característica de erupção violenta das massas urbanas na vida política. Assim se deu a quebra definitiva do consenso social, que até então havia prevalecido”(RIVAS, 2008,pág. 267).

A descentralização política, uma das poucas reformas que conseguiram instalar, mudou em muito a dinâmica concreta da ação política, permitindo um jogo mais direto do cidadão com as esferas de poder local e regional, surgindo novas lideranças e partidos.

São parte ativa e relevante do âmbito da sociedade civil, que se entende como o espaço no qual atuam esses movimentos junto com as ONG e outras organizações, todas caracterizadas por sua vinculação voluntária e por sua autonomia a respeito do Estado. Se diferenciam de outras formas organizadas de caráter político institucional, porém se relacionam profundamente com elas, influenciando-as com seus valores e crenças.

Depois de uma prolongada agonia, chega ao seu fim, o que o chavismo denominou

de IV República (sintetizada no regime que vai de 1958 a 1998). Significativamente, este “é o único período estável no qual os civis exerceram o poder na Venezuela” (AVELEDO, 2007, pág. 322).

A eleição de Hugo Chávez, em 1998, representou então uma guinada nas diretrizes governamentais da Venezuela, que passou a ser comandada por um presidente relacionado aos interesses nacionalistas, e de esquerda. O governo ditatorial de Chávez, foi caracterizado por uma forte postura nacionalista e autoritária, e marcado por sua posição contra o neoliberalismo, a globalização e a postura internacional dos Estados Unidos, país com o qual teve fortes desavenças.

Hugo Chávez defendeu o que chamava de *Revolução Bolivariana*, a qual seria responsável por promover o que denominava de *socialismo do século XXI*. Esse socialismo constituiu-se numa ideia vaga para os cidadãos comuns, pois todos os setores da população tinham alto apreço à propriedade privada, até mesmo por considerarem que o projeto socialista deveria respeitá-la. Além do mais, ele se chocaria inevitavelmente com os padrões da cultura política, arraigados na cidadania (COMBELLAS, 2010, pág. 168).

Além disso, o *socialismo do século XXI* teve uma forte dose de personalismo: Chávez era *A Revolução*, e pretendia ser hegemônico tanto no plano político (valendo-se da intimidação e do medo, em um nível mínimo indispensável para manter a fachada democrática) como no plano social (na hostilidade às classes médias modernizadoras), e no plano econômico (o coletivismo estatista teria como contrapartida a desvalorização da propriedade privada, a iniciativa empresarial e a economia de mercado).

Chávez, era o centro da ação e da decisão hegemônica do Estado. Dirigia a ação do governo unilateralmente, legislava diretamente, e orientava a legislação em função de seus desígnios, e sem deliberação. A divisão vertical dos poderes do Estado, quer dizer, o federalismo descentralizado que consagra a Constituição, se subordinava a uma concentração centralizada do poder, tanto na disposição dos recursos como na definição do sistema de planificação centralizada. Esse sistema, era dirigido pela Comissão Central de Planificação, integrada exclusivamente por altos funcionários governamentais, e cuja meta expressa era a construção do socialismo.

A figura de Chávez foi neopopulista e de uma liderança carismática, pois tinha a virtude de relacionar-se diretamente com a população, e fundamentalmente com os setores empobrecidos, amplamente dominantes, que nele depositaram suas esperanças.

O *Partido Socialista Unido da Venezuela*, criado em 2007, teve sua estrutura e funções

desenhadas diretamente por Chávez. Assim, é suposto que existia uma institucionalidade, porém moldada para melhor realizar o serviço da operacionalidade das ações e decisões do líder. Como exemplo, a grande quantidade de recursos materiais que administrou nessa década (ao redor de US\$ 800 bilhões, consequência dos altos preços do petróleo), lhe permitiu, através de mecanismos administrativos flexíveis (as chamadas “misiones”), satisfazer basicamente as demandas e aspirações dos setores populares, seguindo padrões assistencialistas que, deduz-se, não superariam a tradicional relação entre clientelismo e populismo na política venezuelana (COMBELLAS, 2010, pág. 159).

Segundo o *Instituto Datos*, numa conferência realizada na *Câmara de Comércio Venezuela-Estados Unidos*, em 2005 a renda do extrato "E" da população venezuelana (58% da população), continuou aumentando mais rapidamente que a dos extratos de renda mais alta. A renda da classe "E", cresceu mais 32% em termos nominais (cerca de 16% em termos reais) de 2004 para 2005, enquanto que a da classe "D" cresceu 8%, e a da classe "C" cresceu 15% (valores nominais).

Entretanto, o segmento "D" (23% da população) viu seu padrão de vida declinar entre 2003 e 2005, não tendo sua renda conseguido sequer acompanhar a inflação. O grupo "D" é composto pelas pessoas dos menores salários, um grupo que, por um lado, não é pobre o bastante para ser incluído nos programas sociais do governo, e por outro lado, não teve força suficiente para reivindicar melhores salários de seus empregadores. O segmento "C" (15% da população), que representa a classe média baixa, mal conseguiu manter seu poder aquisitivo no período (BERKEL, 2010, pág. 346).

Durante esses anos, a Venezuela foi cenário das mais combativas manifestações que se deram no continente americano. O Estado, com recursos institucionais ilimitados, e um importante (porém decrescente) apoio popular, e o movimento cidadão, intervindo em setores econômicos e políticos de questionável motivação democrática, se enfrentaram em todos os terrenos, deixando intangíveis danos institucionais, o que gerou, em seu tempo e com suas imperfeições, uma democracia *exemplar* no continente.

No dia 05 de março de 2013, Hugo Chávez, que esteve na presidência da Venezuela desde 1999, faleceu aos 58 anos, vítima de complicações de um câncer. Nicolás Maduro, escolhido por ele para ser seu herdeiro político, foi empossado como presidente interino e deveria convocar eleições em até 30 dias, eleições das quais participou como candidato governista, e do Partido Socialista Unido da Venezuela. Em 14 de abril de 2013, Maduro foi eleito com 50,66% dos votos, contra 49,07% de seu opositor, Henrique Capriles

Radonski, governador do estado de Miranda - e também na eleição anterior, em outubro de 2012, o candidato da oposição contra Hugo Chávez – uma diferença em volta de 220 mil votos, numa eleição com cerca 19 milhões de eleitores. A participação eleitoral foi de 78,71% dos registrados (COMBELLAS, 2010, pág.168).

Uma série de fatores agravou os problemas sociais e econômicos, como a alta dependência da importação de bens, a queda do preço do petróleo, maior fonte de suas divisas, e o controle estatal de produção e distribuição de produtos básicos.

Inflação, insegurança, e escassez de produtos básicos, já eram o contexto da Venezuela em 2014, quando explodiram as manifestações de estudantes e opositores do governo de Maduro, que acabaram em confrontos violentos e a morte de 42 pessoas. Recentemente, porém, a situação se agravou. A inflação passou a ser a “maior do mundo”, segundo o FMI; a escassez de remédios levou o Parlamento a decretar “crise humanitária”; o racionamento de energia, as longas filas nos supermercados, e o aumento da criminalidade, aumentaram o descontentamento social, os protestos e saques.

Em 2017, Maduro anunciou uma série de medidas econômicas, entre elas o aumento de 20% no salário mínimo (de 9.600 para 11.520 bolívares); aumento do preço da gasolina pela primeira vez em 20 anos; a desvalorização de 37% do bolívar, reservada à importação de alimentos e medicamentos; e um novo regime de câmbio, que passa de três a duas taxas de câmbio.

Na atualidade, o presidente e seus correligionários, reconheceram que 2016 foi o ano mais difícil para o Governo, assediado pelos efeitos da brutal crise de abastecimento, e o aumento vertiginoso da inflação, que o discurso oficial atribui a uma “guerra econômica” feita pelo imperialismo para derrubar o chavismo. A Revolução Bolivariana se entrincheira para enfrentar a tempestade que, todos calculam, irá atingi-la.

Durante o recente feriado de Carnaval, a inteligência militar deteve Santiago Guevara, professor de Economia aposentado da Universidade Carabobo (centro da Venezuela), que publicou artigos na imprensa, nos quais prevê os possíveis cenários de transição política no país. Colocado sob custódia dos tribunais militares, Guevara enfrenta acusações por “traição à pátria”(SCHARFENBERG, artigo de 06/03/2017). O presidente pretende empossar um inédito Comitê Antitração e Antigolpe, que estará sob a direção do vice-presidente El Aissami.

A Assembleia Nacional da Venezuela declarou recentemente, o “abandono de cargo” por parte do presidente Maduro, e exigiu a convocação imediata de eleições. A decisão,

que recebeu 106 votos a favor de deputados da oposição, foi tomada *in extremis* pois, segundo a Constituição venezuelana, só a falta absoluta do principal mandatário implicaria em uma convocação de eleições para substituí-lo. O *abandono de cargo* é uma figura contemplada no artigo 232 da Constituição, apadrinhada por Hugo Chávez em 1999. No entanto, para poder ser aplicada nesse caso, a figura do abandono teve de ser objeto de uma interpretação um tanto metafórica. “*O Governo de Nicolás Maduro está totalmente fracassado e foragido*”, explicou Ramos Allup, ex-presidente da Assembleia, equiparando, assim, a suposta falta do presidente a um descumprimento de seus deveres constitucionais. “*A declaração de abandono é a solução para a crise*”. O acordo aprovado num domingo, afirmava que, com sua atuação, Maduro estaria “*abandonando o princípio da supremacia constitucional (...) o princípio do Estado Democrático de Direito e de Justiça (...) bem como as funções constitucionais inerentes ao cargo de Presidente da República*”(SCHARFENBERG, artigo de 10/01/2017).

O Governo brasileiro fez, no início de fevereiro, um aceno para os imigrantes de países limítrofes que estão fora do Acordo de Residência do Mercosul - Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Venezuela. Não durou um dia. A portaria, publicada no Diário Oficial da União em 22 de fevereiro, e assinada pelo presidente do Conselho Nacional de Imigração, permitia a “*concessão de residência pelo prazo de até 2 anos, ao estrangeiro que tenha ingressado no território brasileiro por via terrestre e seja nacional de país fronteiriço*”. Apesar de beneficiar cidadãos de quatro países, são os venezuelanos, cujo país passa por uma grave crise econômica, política e social, os que seriam os maiores prejudicados. A causa é que a Venezuela foi suspensa do Mercosul em dezembro de 2016, por “*não se adequar às regras do bloco*”.

No final de março desse ano, na quarta-feira, 29, o Tribunal de Justiça da Venezuela assumiu as funções do Parlamento, e retirou a imunidade dos deputados. A Suprema Corte anunciou que faria parte das funções parlamentares, enquanto houvesse “*situação de desprezo e invalidade nos atos da Assembleia Nacional*”. Desde que a oposição obteve maioria, nas eleições legislativas de dezembro de 2015, a Assembleia Nacional tornou-se cenário de disputa de poder na Venezuela: o Executivo e o Judiciário, contra a Legislativo.

O Tribunal Supremo considerava que a Assembleia estava em “*desacato*”, desde que ela, sob controle da oposição, permitiu a incorporação de três deputados do Estado do Amazonas, que tiveram suas eleições impugnadas logo após o pleito de dezembro de

2015. O fato foi que as eleições dos legisladores indígenas, Julio Ygarza, Nirma Guarulla e Romel Guzamana, foram contestadas e investigadas após alegações de fraude.

A pouca relevância que atualmente tem o corpo legislativo é notável, embora ele tenha sido eleito por 14 milhões de venezuelanos. Seu poder tornou-se limitado, após a mais alta corte do país declarar suas decisões como "nulas e sem efeito", desde o ano passado, além de apontar que há várias leis sancionadas pelo órgão que foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, desde as eleições.

O Tribunal tinha dado amplos poderes ao presidente Nicolás Maduro, nos casos de crime organizado e terrorismo, por exemplo. Mas a decisão gerou uma grande crítica dos partidos de oposição, além de governos de outros países. Maduro comparou a condenação internacional da decisão da Suprema Corte, a um "linchamento político". Mas, em decisões emitidas em 01 de abril, o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela eliminou os pontos de suas decisões controversas da semana e reverteu a sua própria decisão de assumir funções do Parlamento (MOLINA, artigo de 01/04/2017).

A decisão do Mercosul deixou a Venezuela um pouco mais isolada na América do Sul, por esta se tratar de uma região que deu uma guinada para a direita, e já não é receptiva às ideias do "*socialismo do século XXI*" impulsionado por Caracas. Só o Equador e a Bolívia, membros do Aliança Bolivariana para os Povos da América (Alvorada), manifestaram apoio ao governo de Nicolás Maduro. Nos outros países, as manifestações foram todas de preocupação, ou condenação. Em um comunicado divulgado no dia 31 de março, os países do Mercosul, mais o Chile e a Colômbia, como parte dos países da União de Nações Sul-americanas (Unasul), condenaram as decisão do TSJ venezuelano. "*Esses fatos atentam contra os princípios e valores essenciais da democracia representativa e contra a separação, independência, e acatamento de poderes públicos, pilares do Estado de Direito*", diz o texto divulgado pelas chancelarias.

Primeiro foi a suspensão e, depois, a ativação da cláusula democrática, após diagnosticarem uma "ruptura da ordem democrática do país". O Mercado Comum do Sul (Mercosul) aumentou a pressão diplomática sobre a Venezuela, o último país a somar-se ao bloco que reúne Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e hoje está mergulhado em uma crise política, que impede "a separação de poderes". Em comunicado conjunto, após o encontro, em 01 de abril, os líderes do bloco sul-americano pediram para que o governo de Maduro "*garanta o pleno gozo dos direitos humanos, das garantias individuais e das liberdades fundamentais*".

Atualmente, o país se encontra em um momento de intenso amadurecimento democrático, e o povo aspira e demanda, a consolidação de uma mudança com justiça social e respeito às liberdades. Tal como sabemos, essa realidade (o consenso como base da convivência democrática) começou um rápido e contínuo processo de mudanças, a partir da eleição e tomada de poder de Hugo Chávez, assim como também suas expressas intenções de impulsionar radicais transformações sociopolíticas no marco de uma revolução, que se proclamava pacífica “porém armada”, e onde existe um protagonista que, segundo o próprio mandatário venezuelano, comparte com ele o poder: o povo.

Um dos mais difundidos projetos que formularam Chávez e seus seguidores, consistiu no caráter popular de seu governo, no qual se destacaram os movimentos sociais. Esses movimentos sociais foram definidos (já no primeiro terço do século passado) como sendo:

“a tendência de um setor determinado da população de uma sociedade, a pressionar sobre algum, ou alguns aspectos da estrutura dela, com a finalidade de mudá-lo em algum sentido, de maneira liberada”(DAVIS, 1930).

Visto no presente, o conceito parece estático, limitado, e excessivamente aparentado com a noção de *grupo de pressão*, e inclusive, de *minoría ativa*. Todo esse processo, de transformações sociais e políticas, derivou em um profundo rechaço por parte do povo à elite, que havia detido o poder e que buscou suas respostas apostando num candidato antisistema, Hugo Chávez.

O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) divulgou o Relatório do Desenvolvimento Humano 2016, onde a Venezuela se mantém como um dos países com um alto IDH, no ranking de 188 países. No relatório, a Venezuela aparece com uma pontuação de 0,767, acima do Brasil (0,754), Peru (0,740), Colômbia (0,727), Equador (0,724) e Bolívia (0,674) ([httpz://gz. diarioliberalidade.org/](http://gz.diarioliberalidade.org/) acessado em 10/05/2017).

A inflação na Venezuela, que fechou 2015 em 180,9%, é um problema induzido pela guerra econômica, segundo o governo de Nicolás Maduro, que culpa a empresários e opositores, pela grave crise que atravessa a nação petrolífera. Teoricamente, a Venezuela manteve a política social, apesar da queda em mais de 70% do preço do petróleo, e dos planos desestabilizadores da direita, que incluem guerra econômica, bloqueio financeiro internacional, e campanha midiática para gerar dúvidas sobre a capacidade de pagamento de compromissos internacionais do país.

Anteriormente, no capítulo 2 - **Objeto do Trabalho**, apresentamos uma reflexão teórica, calçada numa revisão dos estudos filosóficos e culturais políticos, que, entre outras coisas, criam o conjunto das experiências de formação dos espaços públicos, para o debate da realização de orçamentos locais, que estimulem o controle e a ajuda social, e a transparência administrativa.

Como a proteção social é um âmbito da política pública, cuja função é lograr um nível de bem-estar econômico e social que, como mínimo, possibilite à população sair da pobreza, os programas de inclusão laboral e produtiva adquirem cada vez maior importância, devido à necessidade de ampliar as alternativas de geração autônoma de ingressos para os destinatários dos programas de transferências monetárias condicionadas.

O levantamento realizado, associado ao debate sobre as políticas sociais, e seu reordenamento, em determinados países da América Latina, foi dominado por questões associadas à adequação do gasto e de seu financiamento; às necessidades de ajuste fiscal; à obtenção da competitividade internacional; à formação de uma força de trabalho que responda aos novos requisitos da organização econômica; e à necessidade de atendimento público prioritário às camadas pobres.

Isso significa um deslocamento das preocupações dominantes nos processos de democratização, onde o reordenamento das políticas sociais estava diretamente associado à participação e à gestão democrática, ao ajustamento da estrutura de gasto e financiamento à geração de igualdade e proteção social, com claras tendências universalistas.

Esse deslocamento foi condicionado por um eventual contexto resultante da crise econômica e dos impactos por ela produzidos, mas também pela predominância crescente das ideias mais importantes do pensamento político e social, das proposições *neoliberais*, que passaram a fixar os parâmetros do debate e das ações dos diferentes governos, mesmo quando as reformas sociais e políticas governamentais implementadas não traduzem plenamente esse ideal.

Afetados pelo corte social do gasto público, e pressionados pelas demandas

oriundas dos processos de democratização, e do empobrecimento da população, afirmamos que os sistemas de proteção social utilizados, tiveram desempenho *muito abaixo* das expectativas dos usuários.

Na maior parte dos países pesquisados, o *boom* exportador dos últimos 15 anos, gerou uma relativa prosperidade que permitiu uma disponibilidade de recursos, e a crescente popularidade permitiu aos presidentes legislarem via “*legalismo discriminatório*”¹², conforme o denominou Weyland (WEYLAND, 2013, pág.18). Assim, por essa pesquisa, verificamos que eles empregaram a autoridade legal do governo de maneira direcional, para apoiar seus aliados, e intimidar seus oponentes. Portanto, a recente expansão econômica foi acompanhada de uma política diversa e plural, que conduziu a uma polarização do debate, e a uma redução da competição política. Os governos, que normalmente verificamos como interessados em restringir a deliberação pública, se viram favorecidos pelos ciclos de rápido crescimento econômico, pois tais períodos permitiram aumentar o gasto social, fortalecer sua capacidade de mobilização, ganhar influência sobre os meios de comunicação, e as instituições de controle (PÉREZ-LIÑAN, 2016, pág. 13).

Confirmamos, assim, que as forças radicais não estão dispostas a negociar, ou a esperar longo prazo para instaurar suas políticas. A competição política, em tal contexto, gera incerteza, e incrementa o temor de que as forças intransigentes imporão extremos custos ao restante da sociedade local. As perspectivas não permitem otimismo, pois a crise social persiste, e em muitos casos, é agravada pelos processos de abertura comercial, desregulamentação e globalização, sobretudo a financeira. Nas sociedades pesquisadas, seus efeitos sobre a oferta de emprego, e sobre os salários, apontam para um novo tipo de exclusão social. Esses sistemas tenderam sempre a excluir, ou proteger inadequadamente, os segmentos sociais mais desorganizados e pobres, basicamente os trabalhadores rurais, e os urbanos informais. E o resultado

12. “legalismo discriminatório”, é a desigualdade na aplicação da lei conforme se trate de pessoas do povo, ou de suspeitos de trabalharem contra ele. Esses últimos podem incluir, por exemplo, ONGs, associações civis, líderes opositoristas ou qualquer um que faça críticas e ponha em dúvida a exclusividade da representação entre o governo e o povo. Conforme o autor Weyland, citado.

conhecido desse processo, foi a deterioração dos serviços sociais, particularmente nas áreas de educação e saúde.

Podemos afirmar assim, que, o desempenho das políticas sociais dos países Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, foi insatisfatório, e os problemas fundamentais se reafirmaram, até agravando-se em alguns deles. A exclusão é um desses problemas, apesar das intenções de ampliação da cobertura, agora conjugada à insatisfação diante do atendimento precário e de baixa qualidade.

A renda baixa é, claramente, uma das causas principais da pobreza. Pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. Como constatamos, a ausência de oposição, e a supressão da imprensa livre, deram a cada governo uma imunidade contra críticas e pressão política, que se traduziu em políticas totalmente insensíveis e desumanas.

A seguir, apresentamos uma tabela onde são indicados os resultados locais desses programas:

Quadro 3-Situação de cada país pesquisado

PAÍS	FORÇA DE TRABALHO (MILHÕES)	TAXA DE DESEMPREGO (%)	POP. ABAIXO DA LINHA DE POBREZA (%)	ANO OBSERVADO
BOLÍVIA	4,9	5,30%	47,90%	2015
BRASIL	89,4	13,50%	13,20%	2015
COLÔMBIA	24,1	10,10%	32,90%	2015
EQUADOR	7,3	4,25%	25,10%	2015
PERU	16,8	7,20%	28,10%	2015
VENEZUELA	14,02	6,00%	31,20%	2015

(os dados foram extraídos das informações constantes dos anexos pertinentes)

O percentual de desempregados apresentado, é grande no Brasil (13,5%), e na Colômbia (10,1%), embora, no nosso país, o percentual da população abaixo da linha de pobreza¹³ seja o menor dos países focalizados (13,2%). A população localizada abaixo dessa linha, representa o estado econômico dos moradores locais, sendo que o número apresentado pela Bolívia (47,9%)

13. *Linha de pobreza* é o termo utilizado para descrever o nível de renda anual com o qual uma pessoa, ou uma família, não possui condições de obter todos os recursos necessários para viver. A linha de pobreza é, geralmente, medida em termos per capita e diversos órgãos, sejam eles nacionais ou internacionais, estabelecem índices de linha de pobreza.

indica que, praticamente, a metade da população não possui os recursos necessários para viver. Os números da Colômbia (32,9%), e da Venezuela (31,2%), indicam que, aproximadamente, 1/3 da população local é assim também classificável. No Equador (25,1%), e no Peru (28,1), os números representam que, ¼ dos habitantes é desse nível.

Deduzimos, por esses números, que a proteção social é falha em todos os países andinos, enquanto que mostrou trabalho significativo no Brasil, onde, apesar do alto desemprego atual, o percentual de pessoas que podem ser classificadas como vivendo abaixo da linha de pobreza, é o menor dos países focados (embora logicamente, não possa ser classificado como um trabalho perfeito).

Na década de 2000, o avanço da inclusão social, com programas com o Bolsa Família e os sucessivos aumentos no salário mínimo, possibilitou a ascensão de 30 milhões de brasileiros à classe média, o que fortaleceu seu mercado consumidor, tornando-o mais atraente para os investidores internacionais, assim elevando o investimento estrangeiro direto. Somada ao surgimento da nova “classe média”, a retomada dos investimentos em infraestrutura, como transporte e energia, sustentaram o crescimento econômico até a crise mundial de 2008.

Em compensação, no ranking das economias mundiais, o Brasil está mal classificado (81a. posição). Nos países abordados, apenas melhor do que a Bolívia (97a.), constatada como o mais pobre dos ora enfocados:

Quadro 4-Balanço Comercial dos países citados e sua posição no Ranking Mundial:

PAÍSES	EXPORTAÇÕES (BILHÕES)	IMPORTAÇÕES (BILHÕES)	SALDO DA BALANÇA	POSIÇÃO RANKING/ ANO
BOLÍVIA	US\$ 9,59	US\$ 10,43	Déficit US\$ 840 milhões	97 / 2015
BRASIL	US\$ 185,24	US\$ 137,55	Superávit US\$ 47,69 bilhões	81 / 2015
COLÔMBIA	US\$ 48,50	US\$ 56,00	Déficit US\$ 7,5 bilhões	34 / 2015
EQUADOR	US\$ 18,36	US\$ 20,93	Déficit US\$ 2,57 bilhões	64 / 2015
PERU	US\$ 36,35	US\$ 38,97	Déficit US\$ 2,62 bilhões	48 / 2015
VENEZUELA	US\$ 47,53	US\$ 33,36	Superávit US\$ 14,17 bilhões	29 / 2015

Fonte: Fórum Econômico Mundial/FDC

O Brasil perdeu 6 posições no ranking das economias mais competitivas do mundo, caindo para a 81ª. colocação em 2016, a pior posição já atingida no ranking de competitividade, elaborado desde 1997, pelo Fórum Econômico Mundial. Destaca-se que a economia brasileira foi afetada no último ano, pela deterioração de fatores considerados básicos para a competitividade, como ambiente econômico, desenvolvimento do mercado financeiro, e principalmente, capacidade de inovação. Após 4 anos consecutivos de perda de posições, o Brasil está, agora, abaixo de países como Colômbia (34º.), Equador (64º.), Peru (48º.), Venezuela (29º.), ora melhores classificados.

Observamos como contumaz, nas nações andinas tratadas, o objetivo primordial de controle hegemônico das instituições políticas, pelos seus líderes, os quais também buscaram restringir os debates públicos. Essas formas de erosão institucional, historicamente já mostraram que podem produzir uma dinâmica de polarização e conflito político, o que facilmente levaria à instabilidade do regime democrático. Ou, como diz Maria das Graças Rua: “*a coerção tem impactos socializadores reduzidos*” (RUA, 1998). A coerção pura e simples, expressa a falência da política, pois, além de ser antidemocrática e incapaz de subjugar por completo os oprimidos, impede o desenvolvimento de relações construtivas no âmbito da sociedade: formais (regras estabelecidas), e informais (negociações, diálogos, confabulações). É a política que permite a organização do social como espaço instituído, construído, articulado por conflitos, propiciando a diversificação e a multiplicação de direitos de cidadania.

Analisamos as políticas públicas implementadas nas nações citadas, o que nos demonstrou que se apresentaram estrategicamente insuficientes, pois dificultaram o avanço no combate à desigualdade política, fator imperante na região. Os direitos com os quais as políticas públicas se identificam, e visam concretizá-los, são os direitos sociais, que são mais comprometidos com o princípio da igualdade, embora tenham no seu horizonte os direitos individuais, que são mais comprometidos com o princípio da liberdade do indivíduo perante o Estado.

Nesse sentido, necessitamos distinguir entre *política pública* e *decisão políti-*

ca. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão, e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Assim, podemos afirmar que, por nossas constatações, salientamos a proeminência das decisões políticas, normalmente não vinculadas aos direitos sociais. Já no Brasil, os principais desafios para se fazer negócios apontados por executivos em pesquisa de opinião foram: tributação, corrupção, leis trabalhistas e ineficiência da burocracia estatal.

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região¹⁴. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários.

Para analisar o comportamento do PIB de um país, é preciso diferenciar o **PIB nominal** do **PIB real**. PIB nominal calcula a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado, e o PIB real é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano-base para eliminar o efeito da inflação, e o **PIB real é o mais indicado para análises**. Assim, apresentamos os números que obtivemos a esse respeito:

Quadro 5-PIB dos países trabalhados, e forma de sua composição:

PAÍSES:	PIB REAL (2015)	PIB NOMINAL (2015)	2015-TAXA DE CRESCIMENTO	COMPOSIÇÃO POR SETOR % *
BOLÍVIA	US\$ 3.100,	US\$ 33,54 bilhões	4,80%	S:48,5 -I:38,3 -A:13,2
BRASIL	US\$ 9.777,	US\$ 2,15 trilhões	-3,80%	S:66,8 - I:29,7 - A:3,5
COLÔMBIA	US\$ 7.477,88	US\$ 380,0 bilhões	3,10%	S:55,2 - I:38,3 - A:6,5
EQUADOR	US\$ 6.190,	US\$ 98,93 bilhões	-0,60%	S:59,7 - I:34,2 - A:6,1
PERU	US\$ 6.021,	US\$ 192,1 bilhões	3,30%	S:58,5 - I:34,5 - A:7
VENEZUELA	US\$ 12.050,	US\$ 480,0 bilhões	-5,70%	S:61,2 - I:35,1 - A:3,8

*Composição % do **PIB por Setor da Economia**: S=serviços, I=indústria e A=agricultura.

Fonte: PNUD (Programa da ONU para o Desenvolvimento)-Relatório do Desenvolvimento Humano, 2016

O objetivo do PIB é mediar a atividade econômica e o nível de riqueza de uma região, ou de um país. Quanto mais se produz, mais se está consumindo, investindo e vendendo. O PIB Real, ou per capita, não é um dado “definitivo”.

14. PIB é a sigla para **Produto Interno Bruto**, e representa a soma, em valores monetários, de **todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região**, durante um determinado período.

Porém, um país com maior PIB Real tende a ter maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH mede o progresso de uma nação com base na renda, saúde e educação, e vai de zero a um. Quanto mais perto do um, maior é o Índice de Desenvolvimento Humano do país avaliado.

No PIB Real, apresentado na tabela acima, a ordem decrescente é Venezuela, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. O único país que apresenta um IDH conflitante com o PIB Real, é o Peru, que teve uma pontuação no Desenvolvimento como se detivesse um Produto bem superior ao que apresenta. Talvez seu progresso na renda, saúde e educação, seja bem superior ao que representa esse PIB. Ou também, pode-se considerar que, apesar dos avanços registrados no IDH de modo geral nos últimos 25 anos, persistem a pobreza extrema, e a exclusão, em alguns desses países, devido principalmente à distribuição desigual da renda.

"Os investimentos centrados nas prioridades de desenvolvimento humano, podem gerar serviços e infraestruturas de baixo custo, mas de alta qualidade, para os grupos desfavorecidos e marginalizados", descreve o relatório acima citado. O documento destaca a necessidade de orientar políticas universais para reduzir os déficits em desenvolvimento humano entre os excluídos. Recomenda de forma direta, promover um crescimento com inclusão, tendo ênfase nas mulheres, e mobilizar recursos para atender as prioridades na área do desenvolvimento humano.

As elites sociais, notadamente atuantes nas comunidades observadas, empreendiam ações caracterizáveis até como violentas, destinadas a impedir uma mudança significativa nas políticas públicas vigentes. Isso é compreensível, pelo fato de que uma decisão política sempre dependia dos meios disponíveis, e correspondia a uma escolha dentre um leque de alternativas, embora prestigiassem as preferências da hierarquia dos atores envolvidos, tudo apesar da eventual, mas ineficiente, pressão popular. Por exemplo, as manifestações populares geralmente desestabilizaram os governos, porém foram as elites que, em última instância, definiram a estratégia que seria adotada. É conhecido o fato histórico local, de que as elites substituíram cres-

crescentemente, com mecanismos institucionais hegemônicos, a tradicional, porém custosa, opção militar, na onda de democratização.

Na realidade, os presidentes eleitos tiveram que enfrentar desafios desestabilizadores da oposição, de direita ou de esquerda, quando tentaram alterar as políticas existentes, ou preservá-las. Os governos radicais, como buscavam impor suas políticas contra toda a resistência, também utilizavam prerrogativas executivas para evadir o controle parlamentar, aproveitavam suas maiorias legislativas para adonar-se do controle dos tribunais, ou convocavam assembleias constituintes para reorganizar o congresso e/ou os tribunais.

A violência civil, especificamente na situação de cidadão contra cidadão, é um fenômeno trágico, dentre os países analisados, especialmente nos da Venezuela, Colômbia e Brasil. Todavia, os estudos sobre as causas da violência são escassos, apenas existindo a indagação de alguns analistas de como essa situação afeta a conduta dos cidadãos. Compreendemos que a noção de cidadania não se refere unicamente aos direitos, responsabilidades, e obrigações dos indivíduos, senão aos atores coletivos. Apesar da promoção da ideia de que a desigualdade não interfere com a democracia, consideramos a desigualdade social como um impedimento estrutural à construção da cidadania, assumindo a ideia de que ela (a cidadania) implica num compromisso subjetivo e prático, com o bem-comum (DE LA ROSA, 2016, pág. 82).

No Brasil, se implementaram programas sociais muito extensos, e sua gestão recorreu à participação da comunidade. As Conferências Nacionais de Políticas Públicas, fundadas no Estado Novo, de Getúlio Vargas, na década de 1940 do século XX, foram revitalizadas no começo do século XXI, e ponta de lança das políticas sociais do governo, e são parte essencial do êxito social do partido então governante (Partido dos Trabalhadores), cujas experiências de participação nos pressupostos urbanos se converteram em um modelo implantado em muitos países. Uma generalização de vários estudos, e a publicação de comentários a respeito, é pertinente à importância das respostas democráticas governamentais na formação da cidadania, e a seus hábitos de participação democrática. Esse assunto consideramos praticamente importante para

a aplicação do programa social nacional normalmente focalizado, que é o “Bolsa Família”, certamente, a causa principal do rendimento e da eficácia dos programas brasileiros.

As ONG (Organizações Não Governamentais), têm como propósito prover um marco institucionalizado para a comunicação entre grupos de cidadãos, temas específicos, e agências governamentais. Em toda a América Latina, o Brasil encabeça a lista de países da região com mais ONG's, seguido do Chile (DE LA ROSA, 2016, pág. 83). No nosso país, a participação cidadã se concebe geralmente em termos consensuais, ou de confiança nas instituições, como suporte considerado na eficácia das políticas públicas.

Outro fator que dá melhor situação ao Brasil nos aspectos examinados, em comparação com os países citados, é que apenas nele foi identificado um conjunto de organismos, procedimentos, arranjos e organizações, no âmbito de sua estrutura administrativa, atuando mediados pela inserção dos cidadãos nos processos de debate, elaboração, deliberação, execução, controle e avaliação de políticas públicas. Essas citações tratam da questão do Orçamento Participativo, cuja criação foi inovadora em termos da abertura da disputa da inclusão dos cidadãos no debate e na deliberação, sobre os recursos orçamentários do Estado. Trata-se de uma ferramenta que gera incentivos para o exercício de uma cidadania de maior intensidade, pois permite uma maior visibilidade e controle sobre a função pública, por parte da sociedade.

No que diz respeito à melhora de vida da população mais pobre, em grande número relegada às periferias dos centros urbanos, e do reconhecimento obtido junto às instituições internacionais, como o Banco Mundial, nos significaram a constatação dos bons resultados colhidos pelo Orçamento Participativo, e que ele se tornou conhecido como uma boa prática, a qual deveria ser reproduzida em outros países. Pelas dimensões alcançadas, como o crescimento do número de casos, pressupomos ela ser uma política pública na qual os cidadãos participam, através da definição dos investimentos governamentais.

A capacidade dos orçamentos participativos diminui o peso do clientelismo e da corrupção, na oferta de políticas por parte de um Estado, assim como sua

influência na melhoria da prestação de serviços públicos essenciais, em regiões com fraco crescimento econômico. A tendência da literatura específica é restringir a gestão participativa a pequenas unidades administrativas (GUGLIANO, 2016, pág. 103). Considerando esses dois aspectos, fica significativo não termos encontrado, em todos os países em questão (quando os visitamos), nenhum cidadão com conhecimento desse programa, caracterizando a não vigência na sua localidade, ou mesmo em qualquer outra da nação. Assim, o perfil desses países não é exatamente a inserção rotineira dos cidadãos no processos de inserção no debate e controle das políticas públicas. Por nossa verificação via internet, o país que apresenta algumas cidades executando o orçamento participativo é unicamente o Chile, que não foi incluído neste trabalho.

Consideramos também, que a principal característica dos regimes andinos, para serem plenamente democráticos, consistiria na “*contínua responsividade do governo às preferências dos seus cidadãos*” (DAHL, 1997, pag. 25). O que constatamos, foi que isso não é muito ativo, pois praticamente inexitem os *Controles dos Programas de Planejamento*, onde todos deveriam ter oportunidade para decidir como e quais questões devem ser inseridas no planejamento. Dessa forma, a participação, a igualdade de voto, e o entendimento esclarecido, critérios tidos como que nunca se encerrariam, inexitem na prática.

As estruturas clássicas do controle exercido pelas Instituições de Fiscalização Superior (IFS), são o Tribunal de Contas e o Auditor Geral. Nas principais diferenças entre esses dois desenhos, destaca-se o processo decisório e a autonomia. O modelo do Tribunal de Contas, em geral, é formado por um colegiado de ministros, e apresenta certo grau de autonomia com relação ao Legislativo. Por outro lado, no desenho de Auditor Geral, as decisões são exercidas pelo controlador geral, de forma monocrática. Além disso, há uma maior aproximação com o Parlamento, e em muitos casos, a autonomia é bastante limitada. Então, continuando com nossas análises, informamos que o Brasil se vale do Tribunal de Contas, cujo sistema consideramos de maior

eficácia no controle, já os países de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, utilizam o de Auditor Geral (MENEZES, 2016, pág.151).

Assim, nossa percepção é de que os políticos andinos não estão devidamente sujeitos às agências de controle, e o resultado desse déficit poderia ser uma disseminação de práticas corruptas e arbitrárias, sem a devida punição dos agentes públicos das regiões.

Para encerrar a comparação de dados relativos aos países examinados, apresentamos uma tabela com as Dívidas Públicas existentes (em 2015), as Taxas de Inflação (em 2016), e a evolução das Taxas de Crescimento Industrial (também 2015), parâmetros que julgamos importantes para a definição das políticas econômicas aplicadas nesses países:

Quadro 6-Resultados das Políticas Econômicas:

PAÍSES	DÍVIDA PÚBLICA% DO PIB	INFLAÇÃO: Março/2016	TAXA DE CRESCIMENTO PRODUÇÃO INDUSTRIAL
BOLÍVIA	33,02	3,3	3,6%
BRASIL	66,2	0,44	- 8,3%
COLÔMBIA	46,0	8,0	4,0%
EQUADOR	34,53	3,3	- 1,0%
PERU	23,6	4,1	- 0,3%
VENEZUELA	52,0	45,83	- 8,0 %

Fontes: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)-Relatório do Desenvolvimento Humano, 2016, e <https://br.advfn.com/indicadores/inpc/2016>

A produção da indústria brasileira caiu 8,3% em 2015, a maior queda da série histórica da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2003. O pior resultado até então, era o do ano de 2009, auge da crise financeira internacional, quando o recuo foi de 7,1%. O desempenho refletiu um recuo generalizado no setor, pois dos 26 ramos avaliados pelo IBGE, 25 tiveram retração no calendário completo. Apenas a indústria extrativa se salvou, com alta de 3,9%.

Além disso, a Dívida Pública brasileira já era monstruosa, representando praticamente o dobro da boliviana e da equatoriana, que até não tinham um PIB que fosse mensurável ao brasileiro (que, em 2015, o *nominal* era de US\$

2,15 trilhões). A dívida bruta geral abrangia o total dos débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

O único item brasileiro *valorativo*, entre os participantes, foi o índice inflacionário, bem inferior ao geral ou, melhor que o dos demais, mas que assim também não pode ser considerado um bom trabalho.

A Venezuela também apresentou uma queda significativa no Crescimento da Produção Industrial, 8,0%, e uma Dívida Pública grande, 52% do PIB, a segunda maior dos países em questão. José Guerra, deputado da Assembleia Nacional venezuelana, e presidente da Comissão de Finanças do Parlamento, calculou que a inflação de 2016 se situou em 550%, segundo aproximações que ele maneja, devido à ausência de dados oficiais de parte do Banco Central de Venezuela (BCV). “O BCV está há dois anos sem publicar esses dados, então a Assembleia Nacional decidiu construir um índice de inflação usando toda a metodologia do Banco, que é universal e não requer maior ciência”, explicou Guerra (<http://en.mercopress.com>, acessado em 05/07/2017).

Apesar dos índices inflacionários não serem pequenos, os únicos que apresentaram *Taxa de Crescimento Industrial* positiva foram Bolívia e Colômbia, fato intrigante, pois anteriormente, no Quadro 1, expuseram os maiores percentuais da População Abaixo da Linha de Pobreza, respectivamente 47,9% e 32,9%. Outro aspecto interessante, no Quadro 5 apresentaram que, na composição do PIB por Setor da Economia, a Indústria foi a mais alta: ambos tiveram um índice de 38,3%, enquanto o de Serviços foi o mais baixo dos países. Essa situação gera uma conclusão, para nós, que pesquisamos, de que isso foi um **crescimento localizado nas elites econômicas**, e não teve reflexos na população em geral.

No Brasil, os direitos sociais, na prática, são direitos relacionados à igualdade, que garantem aos indivíduos condições materiais necessárias para a sua sobrevivência digna. Assim, de modo geral, consideramos que o Brasil se encontra melhor que os demais, na questão das políticas sociais analisadas.

- ALMOND & VERBA, *La Cultura Cívica - Estudio Sobre a Participação Político-Democrática em Cinco Nações*. Madri, Edit. EUROAMÉRICA S.A., 1970;
- AVELEDO, Ramón Guillermo, La4ta República. La virtud e el pecado. Caracas, Libros Marcados, 2007;
- BANCO CENTRAL DA VENEZUELA (BCV) - <http://en.mercopress.com>, acessado em 05/07/2017
- BERKEL, Debora Van. Movimentos Sociales em Venezuela: la demanda es por más democracia, Eds.Lima, IEP, IDRC-CRDIO; INVESP, 2010 (América Problema, 29), pág. 346;
- CANCIAN, Renato. *Transformação política e econômica* em UOL Educação;
- CARRANZA, Carlos Contreras e CUETO, Marcos. História del Perú Contemporâneo, Lima, IEP, PUCP, Universidad del Pacifico. CIUP, 2013;
- CEPAL – NAÇÕES UNIDAS – *Panorama Social da América Latina – 2015*, Santiago,ONU, 2016 ;
- CEPAL – NAÇÕES UNIDAS – *Panorama Social da América Latina – 2016*, Santiago,ONU, 2017;
- CEPAL – NAÇÕES UNIDAS - Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Características organizacionales y autoridad social, Santiago, 2016;
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe, sobre a base de S.Cecchini y R. Martínez, *Protección social inclusiva en América Latina. Una mirada integral, un enfoque de derechos*, Livros da CEPAL, N° 111 (LC/G.2488-P), Santiago, (CEPAL), 2011;
- CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, dados acessados em:
- <http://www.cepal.org/pt-br/node/39294>, CEPAL – A matriz da desigualdade social na América Latina;
 - <http://www.cepal.org/pt-br/areas-de-trabalho/desenvolvimento-social> ;
 - <http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1238-panorama-social-da-america-latina-2011-documento-informativo>;
 - http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html
- CHÂTELET, François (Org.). *História das Ideias Políticas*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2009;
- CHASTEEN, John Charles. AMÉRICA LATINA-Uma História de Sangue e Fogo –R.Janeiro, Edit. Campus, 2001;
- COMBELLAS, Ricardo. La Venezuela de la V República, la reforma política y sus implicaciones institucionales Eds. Lima, IEP; IDRC-CRDI; INVESP, 2010, pág. 151;
- COLÔMBIA, TUDO SOBRE - *apud* g1.globo.com/tudo-sobre/colombia, acessado em 01/04/2017;
- *apud* economia.uol.com.br/.../peso-colombiano-colombia, acessado em 01/04/2017;
- CORREA, G. “2.515 o essa siniestra facilidad para olvidar: 21 años de asesinatos sistemáticos y seletivos contra sindicalistas em Colombia (1986-2006)” Em *Cadernos de Derechos Humanos* 19, 2007;
- DADOS PRINCIPAIS DO BRASIL: Fontes: IBGE, Ministério de Minas e Energias, Banco Mundial, CIA The World Factbook e MDIC (Ministério da Indústria, Comér-

- cio Exterior e Serviços);
- D'ERCOLE, Ronaldo. *Brasil cai seis posições em ranking de competitividade internacional* disponível em:
<http://www.g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/brasil-cai-para-81-posicao-em-ranking-de-competitividade-de-paises.html>;
- DADOS SOCIAIS PRINCIPAIS DOS PAÍSES ANALISADOS – *apud*:
www.suapesquisa.com/geografia/america-andina.htm
- DAHL, Robert. *Poliarquia*, S.Paulo, EDUSP, 1997;
- DAVIS, J. *Contemporary Social Movements*. Nova York, 1930;
- DE CARVALHO, Ailton Mota. *Agenda Social*, v.1, n.3, set-dez/2007;
- DE LA ROSA, Godofredo Vidal. *Una Revisión de la Agenda de la Participación Política in America Latina*, in Revista Debates, P.Alegre, Vol.10, no. 1, Janeiro/Abril 2016;
- DIÁRIO LIBERDADE. <https://gz.diarioliberalidade.org/america-latina/item/141884-pnud-venezuela-mantem-alto-indice-de-desenvolvimento-humano.html>;
- EDUCACIÓN AMBIENTAL - UPEL, Venezuela 1996;
- FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC) -*apud* - www.g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/brasil-cai-para-81-posicao-em-ranking-de-competitividade-de-paises.html;
- GARCIA, Giselle. *Relatório da OCDE aponta redução da desigualdade de renda no Brasil* disponível em: [www.agenciabrasil.ebc.com.br/internacional\(noticia\)2015-05/reducao-da-desigualdade-de-renda-no-brasil](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/internacional(noticia)2015-05/reducao-da-desigualdade-de-renda-no-brasil) ;
- GROMPONE, Romeo e BARRENECHEA, Rodrigo. Régimen Político, improvisaciones institucionales y gobernabilidad democrática em Perú, Eds. Lima, IEP, IDRC-CRDI; INVESP, 2010;
- GUGLIANO, Alfredo Alejandro. *Comparando experiências de orçamentos participativos de São Paulo e do Rio Grande do Sul*, in Revista Debates, P.Alegre, Vol.10, no. 1, Janeiro/Abril 2016;
- HUNTINGTON, Samuel. Segunda Onda de Democratização, S.Paulo, Martins Fontes, 1994;
- LOPEZ, Luiz Roberto. História da América Latina, P.Alegre(RS), Mercado Aberto, 1996;
- LUTAS SOCIAIS COLÔMBIA - *apud* www.cinep.org.co/bases_luchas_sociales.htm#_ftn2
- MAYORGA, Fernando. Desafios de la Gobernabilidad Democrática em la Región Andina, eds. Lima, IEP;IDRC-CRDI;INVESP, 2010;
- MENEZES, Monique. *Controle Externo na América Latina*, in Revista Debates, P.Alegre, Vol.10, no. 1, Janeiro/Abril 2016;
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, *apud* <http://www.brasil.gov.br/OCDE>
- MOLINA, Federico Rivas - Jornal El País – Internacional, B.Aires - 01/04/2017
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, *apud* <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-05/relatorio-da-ocde-aponta-reducao-da-desigualdade-de-renda-no-brasil> ;
- PACHANO, Simón. *Gobernabilidad democrática y reformas institucionales y políticas em Ecuador*, Eds.Lima, IEP; IDRC-CRDI; INVESP, 2010;
- PACHÓN, Mónica. Reforma Institucional em Colômbia: el via crucis por el equilibrio.....,eds. Lima, IEP; IDRD; CDRI;INVESP, 2010;

- PANORAMA SOCIAL DA AMÉRICA LATINA – <http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/128-panorama-social-da-amercia-latina-2011-documento-informativo> acessado em 28/04/2017;
- PARTIDO CHILE *Renovación Nacional* - [https://es.wikipedia.org/wiki/Sebastian Piñera#cite_note-215](https://es.wikipedia.org/wiki/Sebastian_Piñera#cite_note-215) ,acessado em 06\06\2017;
- PARTIDO CHILE *Socialista* - https://es.wikipedia.org/wiki/Michelle_Bachelet acessado em 06\06\2017;
- PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. Democracia, Radicalización, y Agencia Política em America Latina, in Revista Debates, P.Alegre, Vol.10, no. 1, Janeiro/Abril 2016, pág. 13;
- PERU, EMPREGO ATUAL - apud <http://www.monografias.com/trabajos105/situacion-actual-del-empleo-peru/situacion-actual-del-empleo-peru.shtml#izz4eGtlV600>, acessado em 14/04/2017;
- PNUD (Programa da ONU para o Desenvolvimento)-Relatório do Desenvolvimento Humano, 2016;
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE - apud <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2017/03/centros-de-assistencia-social-da-prefeitura-tem-internet-telefone-e-ate-luz-cortados-em-porto-alegre-9753316.html> – acessado em 25/04/2017;
- PROBLEMAS SOCIAIS – <https://www.colegioweb.com.br/amercia-do-sul/paises-andinos.html> – acessado em 26/05/2017;
- RANKING DE COMPETIVIDADE DOS PAÍSES - apud <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/brasil-cai-para-81-posicao-em-ranking-de-competividade-de-paises.com>, acessado em 09/05/2017;
- RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. S.Paulo, Martins Fontes, 1997;
- RECRIA - www.recriaprojetos.com.br , acessado em 23/05/2017;
- REMY, María Isabel S. El Asedio desde los Márgenes: entre la multiplicidad de conflictos locales y la lenta formación de nuevos movimientos sociales em Perú, Lima, IEP, 2005;
- RESULTADOS DAS Políticas Econômicas - <https://br.advfn.com/indicadores/inpc/2016>, acessado em 01/07/2017;
- RESUMO DIREITO SOCIAIS-apud www.alhea.com/Resumo+Direitos+ Sociais acessado em 25/04/2017;
- REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 21, Nº 48: 85-99, Dezembro 2013, LIBERALISMO IGUALITÁRIO E AÇÃO AFIRMATIVA: DA TEORIA MORAL À POLÍTICA PÚBLICA, artigo de João Feres Júnior e Luiz Augusto Campos;
- REVISTA EDUCACIÓN AMBIENTAL - UPEL, Venezuela 1996;
- RIVAS, Leone. Los desencuentros de la política venezolana, 1958-2007, Caracas: Fundación de La Cultura Urbana, 2008;
- RUA, Maria das Graças. Análise De Políticas Públicas, in: RUA, M.G. & CARVALHO, Izabel Valadão. O Estudo Da Política: tópicos selecionados. Brasília/DF: Paralelo 15, 1998;
- SAWAIA, Bader (Org.). As Artimanhas da Exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999;
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento Como Liberdade*, S.Paulo, Cia. De Letras, 2010;
- SCHARFENBERG, Ewald, artigo no Jornal EL PAÍS - INTERNACIONAL, de

06/03/2017, acessado em 27/03/2017;

94

STEWART, Julian Haynes, *apud* <https://www.nap.edu/read/5193/chapter/18>
SUA PESQUISA – [www.suapesquisa.com/geografia/america-andina/\(país\).htm](http://www.suapesquisa.com/geografia/america-andina/(país).htm)
TERCEIRA ONDA - HUNTINGTON, Samuel, *A Terceira Onda: Democratização no Final do Século XX*, S.Paulo, Ed. Ática, 1994;
TILLY, Carles. *Social Movements, 1768-2004*, Edit. Paradigm, 2004;
WASSERMAN, Cláudia e GUAZELLI, Cesar Barcelos. *História da América Latina: do descobrimento a 1900*, P.Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1996;
WEYLAND, Kurt. The threat from the popular left, *Jornal of Democracy*, v. 24, no. 3, 2013;

8 – DADOS SOCIAIS PRINCIPAIS DOS PAÍSES ANALISADOS:**a) – ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA**

(apud www.suapesquisa.com/geografia/america-andina/Bolivia.htm
acessado 23/03/2017)

DADOS PRINCIPAIS:

Área: 1.098.581km²

Capitais: LA PAZ (capital administrativa, sede do governo) e SUCRE (constitucional, judicial)

População: 11,1 milhões de habitantes (estimativa 2016)

Moeda: boliviano

Nome Oficial: ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Nacionalidade: boliviana

Data Nacional: 6 de agosto - Dia da Independência.

Divisão administrativa: 9 departamentos

Governo: República Presidencialista

Presidente da República: EVO MORALES (desde 22 de janeiro de 2006)

DADOS CULTURAIS E SOCIAIS:

Composição da População: quíchuas 30%, aimarás 25%, eurameríndios 15%, descendentes de europeus ibéricos 15%, e de outros 15%.

Idioma: espanhol, aimará e quíchuá (todos oficiais).

Religião: cristãos 98,8% (católicos 88,3%, protestantes 10,6%) e outras religiões 1,2%

IDH - índice de desenvolvimento humano médio: 0,662 (PNUD 2014)

GEOGRAFIA:

Localização: região centro-oeste da América do Sul

Coordenadas Geográficas: 17 00 S, 65 00 W

Limites geográficos: Brasil (norte); Peru e Chile (oeste), Brasil (leste), Paraguai e Argentina (sul).

Extensão do litoral: 0 km

Relevo: planícies de várzeas na Bacia Amazônica; relevo montanhoso (Cordilheira dos Andes) na região centro-oeste.

Clima: equatorial (na região amazônica) e de montanha (região Cordilheiras dos Andes)

Departamentos: Chuquisaca, Cochabamba, El Beni, La Paz, Oruro, Pando, Potosí, Santa Cruz e Tarija

Cidade Principais: La Paz, Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba, El Alto e Oruro.

Densidade Demográfica: 9,83 hab./km² (estimativa 2014)

Fuso Horário: menos 1h do que no Brasil

Ponto mais baixo: Rio Paraguai (90 metros)

Ponto mais alto: Monte Nevado Sajama (6.542 metros)

Principais recursos naturais: gás natural, estanho, petróleo, zinco, minério de ferro, tungstênio.

Uso da terra: terra arável (2,78%), culturas permanentes (0,19%) e outros (97,03%)

Principais rios: Rio Paraguai, Mamoré, Beni, Bahia Negra e Cáceres.

Principais problemas ambientais: erosão do solo, desmatamento, poluição do ar ocasionado, principalmente, por indústrias.

ECONOMIA:

Principais setores econômicos: mineração e agricultura.

Posição no ranking econômico mundial: 97ª (em volume de PIB 2015)

Força de trabalho (em 2015): 4,9 milhões de trabalhadores

Taxa de desemprego: 5,3 % (estimativa 2015);

Investimentos: 22,8% do PIB (estimativa 2015)

População abaixo da linha de pobreza: 47,9% (estimativa 2015)

Dívida Pública: 33,02% do PIB (em 2013)

Taxa de Inflação: 3,3% (em março de 2016)

Taxa de crescimento da produção industrial: 3,6% (estimativa 2015)

Saldo da balança comercial (em 2015): deficit de US\$ 840 milhões

Principais produtos agrícolas produzidos: café, soja, coca, algodão, arroz, milho e cana-de-açúcar

Principais produtos industrializados produzidos: minérios, metais, petróleo, roupas, alimentos processados e tabaco

Pecuária: bovinos, suínos, caprinos, ovinos e aves.

Mineração: gás natural, petróleo, zinco, estanho, prata e ouro.

Indústria: alimentos, refino de petróleo e bebidas.

Principais produtos exportados: gás natural, soja, petróleo bruto e minério de zinco.

Principais produtos importados: derivados de petróleo, papel, plástico, alimentos industrializados, aviões, automóveis

Principais parceiros econômicos (exportação): Brasil, Estados Unidos, Japão e Colômbia.

Principais parceiros econômicos (importação): Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile e Peru.

Exportações (em 2015): US\$ 9,59 bilhões

Importações (em 2015): US\$ 10,43 bilhões

Taxa de crescimento do PIB: 4,8% (em 2015)

Composição do PIB por setor da economia: serviços (48,5%), indústria (38,3%) e agricultura (13,2%) - (estimativa 2015)

PIB (nominal): US\$ 33,54 bilhões (ano de 2015)

PIB per capita: US\$ 3.100 (ano de 2015)

ADENDOS:

1)-Dados e informações sobre a bandeira:

- A bandeira da Bolívia, também conhecida no país como “La Tricolor”, é composta por três faixas (listras) horizontais de mesmo tamanho. A faixa superior é na cor vermelha, a do meio na cor amarela, e a inferior verde. Foi adotada em 31 de outubro de 1851.

bandeira:



mapa:



Significado:

98

- A cor vermelha simboliza o sangue dos heróis nacionais que foi derramado em defesa da pátria, pela independência e preservação da República.
- A cor amarela simboliza as riquezas e recursos naturais (principal é o ouro)
- A cor verde simboliza a natureza do solo boliviano e a esperança.

Dia da bandeira

Na Bolívia, é comemorado o Dia da Bandeira em 17 de agosto.

2)-HISTORIA DA BOLIVIA:

A Bolívia foi palco de grandes civilizações, e a mais importante delas foi a Civilização *Tiwanaku*. A região dos Andes já era provavelmente habitada há vinte mil anos. No começo do século II a.C., a civilização Tiwanaku se desenvolveu ao sul do lago Titicaca, centrada ao redor da grande cidade de Tiwanaku, desenvolvendo avançadas técnicas agrícolas e arquitetura, antes de desaparecer por volta de 1.200 d.C., possivelmente por causa de uma longa seca. Contemporâneas aos Tiwanaku, existiram também a civilização *Troxo*, nas planícies do leste, e a civilização Mollo, ao norte da atual cidade de La Paz. Ambas desenvolveram técnicas agrícolas avançadas e se dissiparam no mesmo período.

O colapso da civilização Tiwanaka resultou no fortalecimento de sete reinos regionais dos Aymara, os mais fortes deles localizados ao redor do lago Titicaca. Os *Aymara*, um povo beligerante que vivia em vilas fortificadas no alto de colinas, tinham uma extraordinária habilidade em se adaptar ao clima inóspito da região, e mantinham seus estoques de comida através de técnicas de irrigação, congelamento e desidratação dos alimentos. Ao manter colonos nos vales tropicais a leste dos Andes, e na costa do Pacífico, eram capazes de produzir tanto culturas tropicais quanto culturas de clima mais frio. A unidade social básica era o *ayllu*, grupo familiar que distribuía entre seus integrantes terra e trabalho.

No começo do século XV, os Quechua, que ficaram conhecidos como os *Incas*, quando adotaram o nome de seus imperadores, eram o mais poderoso grupo nos altiplanos do norte. A medida que os reinos Aymara no sul se tornavam mais fracos ao longo do século XV, os Incas começaram a conquistá-los. A cordilheira boliviana ficou conhecida como o *Kollasuyo*, uma área densamente povoada com imensa riqueza mineral e poderosa economia, que

constituía uma das quatro unidades administrativas do Império Inca. 99

Quando os espanhóis chegaram, no século XVI, a Bolívia, rica em depósitos de prata, foi incorporada no vice-reino do *Pelo*, e mais tarde no de *La Plata*. Francisco Pizarro, Diego de Almagro e Hernando de Luke, lideraram a conquista espanhola do Império Inca. Sua primeira incursão ao território aconteceu em 1524, quando navegaram ao longo da costa do Pacífico, partindo do atual Panamá.

Nos finais de século XVIII, começou a crescer um descontentamento dentro dos *crioulos* (descendentes puros de Espanhóis, nascidos no Novo Mundo). Os Crioulos começaram a assumir papéis ativos na economia, especialmente nas impostas pelas políticas mercantilistas da coroa Espanhola.

A luta pela independência começou em 1809, mas a região permaneceu parte da Espanha até 1825, quando foi libertada por Simón Bolívar, a quem o país deve o seu nome. Simón Bolívar conhecido como *o libertador*, nasceu em Caracas, na Venezuela, no ano de 1783. Após uma breve união com o Peru, a Bolívia tornou-se totalmente independente. Nos anos seguintes, acabou perdendo partes do seu território devido a vendas e à guerra.

Grande derrotada na Guerra do Pacífico (aliada com o Peru e contra o Chile, 1879\83), pois perdeu todo seu litoral para o Chile, ao longo do século XIX desenvolveram-se os latifúndios, às custas das comunas indígenas. Na mineração do estanho, também foi largamente explorada a mão-de-obra do índio expropriado.

b) - REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DADOS PRINCIPAIS:

Fontes: IBGE, Ministério de Minas e Energias, Banco Mundial, CIA The World Factbook e MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços)

ÁREA: 8.515.767,049 km² (fonte IBGE)

CAPITAL: BRASÍLIA

POPULAÇÃO: 207,1 milhões de habitantes (estimativa em março de 2017-fonte: IBGE) / Censo de 2010: 190.732.694 (IBGE).

QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS: 5.570 (em julho de 2016)

MOEDA: Real (R\$)

NOME OFICIAL: República Federativa do Brasil

NACIONALIDADE: brasileira

DATAS NACIONAIS: 7 de setembro (Dia da Independência) e 15 de Novembro

(Proclamação da República).

100

PRESIDENTE: MICHEL TEMER

GEOGRAFIA DO BRASIL:

LOCALIZAÇÃO: leste da América do Sul

FUSO HORÁRIO: horário de Brasília (oficial)

CLIMA DO BRASIL: equatorial, tropical, tropical de altitude, tropical atlântico, subtropical e semiárido;

CIDADES DO BRASIL (PRINCIPAIS): São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Goiânia, Recife, Manaus, Curitiba, Florianópolis, Belém, Maceió, Cuiabá, João Pessoa, Fortaleza, São Luis.

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: Brancos: 47,7%, Pardos: 43,1%, Negros: 7,6%, Indígenas: 0,4%, Amarelos: 1,1% (Fonte: IBGE - Censo 2010).

IDIOMAS: português (oficial)

RELIGIÃO: Católica Apostólica Romana (64,6%), Evangélicos (22,2%); sem religião (8%), Espíritas (2%), outras (2,2%), não sabem (0,1%) - (dados do Censo 2010).

DENSIDADE DEMOGRÁFICA: 23,86 hab./km² (em 2014)

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: 0,80% ao ano (de 2015 para 2016).

EXPECTATIVA DE VIDA: 75,5 anos (ano de 2015 - fonte: IBGE)

TAXA DE ANALFABETISMO: 8,3% (em 2014) - entre brasileiros, com 15 anos ou mais.

RENDA PER CAPITA: R\$ 30.407 (ano de 2016).

IDH(Índice de Desenvolvimento Humano): 0,754 - alto desenvolvimento humano. O Brasil ocupa a 79ª posição entre os 188 países analisados. (dados divulgados pelo PNUD em 21 de março de 2017, relativos ao ano de 2015).

ÍNDICE DE GINI: 0,490 (em 2014)

AS COORDENADAS GEOGRÁFICAS DO BRASIL:

As coordenadas geográficas são um sistema de referência que usa as coordenadas angulares, latitude (norte e sul) e longitude (leste e oeste), e serve para localizar um espaço no globo terrestre.

- **Coordenadas Geográficas do Brasil:** 10° S 55° O;
- **Área total do território brasileiro:** 8.547.403,5 km²;
- **Área terrestre:** 8.455.508 km²;
- **Área ocupada por águas (rios, lagos, córregos, etc):** 55.457 km²;
- **Centro Geográfico:** Barra do Garças (município situado no estado do Mato Grosso);
- **Distância entre o ponto extremo Norte e Sul:** 4.320 km;
- **Distância entre o ponto extremo Leste e Oeste:** 4.336 km;
- **Ponto extremo setentrional:** fica no estado de Roraima, na nascente do rio Ailã (monte Caburá), fronteira com a Guiana;
- **Ponto extremo Meridional:** fica no Rio Grande do Sul, numa das curvas do rio Arroio Chuí, a 33° 45' 03" de latitude Sul, na fronteira com Chuí, a 33° 45' 03" de latitude Sul, na fronteira com o Uruguai;
- **Ponto extremo Oriental:** fica no estado da Paraíba, na Ponta do Seixas;
- **Ponto extremo Ocidental:** fica no estado do Acre, na Serra da Contamana, nascente do rio Moa (fronteira com o Peru);

ECONOMIA:

101

Informações, índices e dados da economia brasileira

Embora esteja passando por um momento de crise, provocada principalmente por problemas políticos, o Brasil ainda apresenta uma economia forte e sólida. O país é um grande produtor e exportador de mercadorias de diversos tipos, principalmente *commodities* minerais, agrícolas e manufaturados. As áreas de agricultura, indústria e serviços são bem desenvolvidas, e encontram-se, atualmente, em bom momento de expansão. Considerado um país emergente, o Brasil ocupa o 9º lugar no ranking das maiores economias do mundo (em volume de PIB de 2015). O Brasil possui uma economia aberta e inserida no processo de globalização.

PIB de 2016 (Produto Interno Bruto): R\$ 6,267 trilhões ou US\$ 2,015 trilhões* taxa de câmbio usada US\$ 1,00 = R\$ 3,11 (em 07/03/2017)

Renda per Capita de 2016 (PIB per capita): R\$ 30.407 ou US\$ 9.777 * taxa de câmbio usada US\$ 1,00 = R\$ 3,11 (em 07/03/2017)

Coefficiente de Gini: 0,495 (2013) alto

Evolução do PIB nos últimos anos: 1,3% (2001); 3,1% (2002); 1,2% (2003); 5,7% (2004); 3,1% (2005); 4% (2006); 6% (2007); 5% (2008); - 0,2% (2009); 7,6% (2010); 3,9% (2011); 1% (2012); 2,5% (2013); 0,1% (2014); -3,8% (2015); -3,6 (2016).

Desempenho do PIB no ano de 2016 (de janeiro a dezembro): -3,6%

Desempenho do PIB no ano de 2016 (de janeiro a março - 1º trimestre): -0,3% (em relação ao trimestre anterior)

Desempenho do PIB no ano de 2016 (de abril a junho - 2º trimestre): -0,6% (em relação ao trimestre anterior)

Desempenho do PIB no ano de 2016 (de julho a setembro - 3º trimestre): -0,8% (em relação ao trimestre anterior)

Desempenho do PIB no ano de 2016 (de outubro a dezembro - 4º trimestre): -0,9% (em relação ao trimestre anterior)

Taxa de investimentos: 16,4% do PIB (em 2016)

Taxa de poupança: 13,9% do PIB (em 2016)

Força de trabalho: 102,9 milhões de trabalhadores (no trimestre de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017): 89,4 milhões ocupadas e 13,5 milhões desocupadas.

Inflação: 6,29%(IPCA de 2016)| 0,25%(IPCA de março de 2017).

Taxa de desemprego: 11,5% (taxa média anual de 2016) / 13,2% (de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017) - 13,5 milhões de desempregados.

Brasileiros empregados (população ocupada): 89,3 milhões de pessoas (de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 - IBGE).

Rendimento médio dos trabalhadores brasileiros: R\$ 2.032 (em novembro de 2016 - IBGE)

Taxa básica de Juros do Banco Central (SELIC): 11,25% ao ano (referência: 13 de abril de 2017).

Salário Mínimo Nacional: R\$ 937,00 (a partir de 1º de janeiro de 2017).

Bandeira:



Mapa:



Dívida Externa: US\$ 335,3 bilhões (setor público e setor privado) - dados relativos a outubro de 2016.

Dívida Federal Externa: R\$ 126,52 bilhões ou US\$ 38,82 bilhões (em dezembro de 2016)

Dívida Pública Mobiliária Federal Interna: R\$ 2,986 trilhões (em dezembro de 2016).

Dívida Pública (porcentagem do PIB): 66,2% (em 2015)

Dívida pública federal em valores (dívida interna + externa): R\$ 3,112 trilhões (em dezembro de 2016) - crescimento de 11,4 % em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Transações correntes (transações do Brasil com o exterior): déficit de US\$ 23,507 bilhões (em dezembro de 2016) - 1,3% do PIB (queda de 60% em relação a 2015). No total do ano o déficit foi de US\$ 22 bilhões (1,22% do PIB).

Resultado primário do setor público (união, estados e municípios e suas estatais): déficit de R\$ 155,791 bilhões (em 2016) - 2,47% do PIB;

Contas do Governo Federal (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social): déficit de R\$ 154,255 bilhões (em 2016) - representa 2,4% do PIB.

Reservas internacionais: US\$ 375,4 bilhões (em outubro de 2016)

Produção industrial: -6,6% (em 2016) em relação ao ano anterior. De novembro para dezembro de 2016, o setor industrial apresentou crescimento de 2,3%.

Arrecadação federal (impostos e tributos recolhidos): R\$ 1,289 trilhão (após abatimento da inflação, IPCA) no ano de 2016 - queda de 2,97% em relação ao ano anterior.

Poupança nacional bruta: R\$ 850 bilhões (ano de 2015)

Investimentos diretos no país (IDP): US\$ 78,9 bilhões (em 2016) - 4,36% do PIB

Comércio Exterior:

Exportações: US\$ 185,244 bilhões (2016) - queda de 10,1% em relação ao ano anterior.

Importações: US\$ 137,552 bilhões (2016) - queda de 20% em relação ao ano anterior.

Saldo da balança comercial (2016): Superávit de US\$ 47,692 bilhões (R\$ 156,1 bilhões).

Países que o Brasil mais importou (2016): China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Coreia do Sul.

Países que o Brasil mais exportou (2016): China, Estados Unidos, Argentina, Holanda, Alemanha e Japão

Principais produtos exportados pelo Brasil (2016): minério de ferro, ferro fundido e aço; óleos brutos de petróleo; soja e derivados; automóveis; açúcar de cana; aviões; carne bovina; café e carne de frango.

Principais produtos importados pelo Brasil (2016): petróleo bruto; circuitos eletrônicos; transmissores/receptores; peças para veículos, medicamentos; automóveis, óleos combustíveis; gás natural, equipamentos elétricos e motores para aviação.

Organizações comerciais que o Brasil pertence: Mercosul, Unasul e OMC (Organização Mundial de Comércio).

Tipos de energia consumida no Brasil (dados de 2014):

- Petróleo e derivados: 37,6%
- Hidráulica: 14,4%
- Gás natural: 10,1%
- Carvão Mineral: 5%
- Biomassa: 21,3%
- Lenha: 9,5%
- Nuclear: 1,4%
- Eólica: 0,6%

Principais produtos agrícolas produzidos: café, laranja, cana-de-açúcar (produção de açúcar e álcool), soja, tabaco, milho, mate.

Principais produtos da pecuária: carne bovina, carne de frango, carne suína

Principais minérios produzidos: ferro, alumínio, manganês, magnesita e estanho.

Principais setores de serviços: telecomunicações, transporte rodoviário, técnico-profissionais prestados à empresas, transporte de cargas, limpeza predial e domiciliar, informática, transportes aéreos e alimentação.

Principais setores industriais: alimentos e bebidas, produtos químicos, veículos, combustíveis, produtos metalúrgicos básicos, máquinas e equipamentos, produtos de plástico e borracha, eletrônicos e produtos de papel e celulose.

ADENDOS:

Dados e informações sobre a Bandeira:

História

A bandeira do Brasil foi instituída a 19 de novembro de 1889, ou seja, 4 dias depois da Proclamação da República. É o resultado de uma adaptação na tradicional Bandeira do Império Brasileiro. Neste contexto, em vez do escudo Imperial português dentro do losango amarelo, foi adicionado o círculo azul com estrelas na cor branca.

Normas

Existem normas específicas nas dimensões e proporções do desenho da Bandeira Brasileira. Ela tem o formato retangular, com um losango amarelo em fundo verde, sendo que no centro a esfera azul celeste, atravessada pela faixa branca com as palavras Ordem e Progresso em letras maiúsculas verdes. Essa faixa é oblíqua, inclinada da esquerda para direita. No círculo azul estão 27 estrelas, que retratam o céu do Rio de Janeiro, incluindo várias constelações, como, por exemplo, o Cruzeiro do Sul. As estrelas representam simbolicamente os 26 Estados e o Distrito Federal. A única estrela que fica na parte superior do círculo representa o estado do Pará.

A Bandeira Nacional é hasteada de manhã e recolhida na parte da tarde. Ela não pode ficar exposta à noite, a não ser que esteja bem iluminada. É obrigatório o seu hasteamento em órgãos públicos (escolas, ministérios, secretarias de governo, repartições públicas) em dias de festa ou de luto

nacional. Nos edifícios do governo, ela é hasteada todos os dias. Também é exposta em situações em que o Brasil é representado diante de outros países como, por exemplo, em congressos internacionais e encontros de governos.

Dia da Bandeira

O dia 19 de Novembro é comemorado, em todo o território nacional, como o Dia da Bandeira. Nesta data ocorrem comemorações cívicas, acompanhadas do Hino à Bandeira.

Bandeiras presidencial e vice-presidencial

Além da Bandeira Nacional do Brasil que todos conhecemos muito bem, existem duas outras bandeiras brasileiras oficiais: a bandeira presidencial e a bandeira vice-presidencial.

2 – HISTÓRIA DO BRASIL:

Por ser o nosso país de origem, e estarmos apresentando este trabalho em uma instituição acadêmica nacional, nos abstermos de fazer qualquer menção a esse respeito.

c) - REPÚBLICA DA COLÔMBIA

DADOS PRINCIPAIS:

(*apud* www.suapesquisa.com/geografia/america-andina/Colombia.htm
acessado 23/03/2017)

Área: 1.141.748 km²

Nome Oficial: República da Colômbia

Capital: BOGOTÁ

População: 49,1 milhões de habitantes (estimativa 2016)

Moeda: Peso colombiano

Nacionalidade: colombiana

Data Nacional: 20 de julho - Dia da Independência

Governo: República Presidencialista

Presidente da República: JUAN MANUEL SANTOS (desde 7 de agosto de 2010).

Divisão administrativa: 32 departamentos e o distrito da capital.

GEOGRAFIA:

Localização Geográfica: região noroeste da América do Sul

Coordenadas Geográficas: 4 00 N, 72 00 W

Limites geográficos: limita-se ao norte com o Panamá e o Mar de Caraíbas; a nordeste, com a Venezuela; oeste, com o oceano Pacífico; ao sul, com o Equador e Peru;

e a sudeste, com o Brasil.

Área: 1.141.748 km²

Cidade Principais: Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla e Cartagena;

Densidade Demográfica: 43 hab./km² (estimativa 2016)

Fuso Horário: - 2h do que no Brasil

Fronteiras com os países: Brasil, Venezuela, Panamá, Equador e Peru.

Extensão do litoral: 3.208 km 106

Clima: De montanha (região central), e equatorial (leste e região litorânea).

Relevo: planícies costeiras, planalto na região central, planícies na região oriental, Cordilheira dos Andes na região oeste.

Ponto mais baixo: Oceano Pacífico (0 metros)

Ponto mais alto: Pico Cristóvão Colombo (5.775)

Principais recursos naturais: petróleo, gás natural, carvão mineral, minério de ferro, ouro, níquel.

Uso da terra: terra arável (2,01%), culturas permanentes (1,37%) e outros (96,62%)

Principais rios: rio Magdalena, Guaviare e Putumayo

Principais problemas ambientais: desmatamento, contaminação do solo por pesticidas, poluição do ar em centros urbanos.

DADOS CULTURAIS E SOCIAIS:

Composição da População: eurameríndios 58%, europeus ibéricos 20%, eurafricanos

14%, afro-americanos 4%, ameríndios 1%, outros 3%

Idioma: Espanhol (oficial)

Religião: A principal da Colômbia é o cristianismo, sendo esse dividido em catolicismo (93%) e protestantes (4%), há outras religiões que totalizam 1%, além dos sem religião, que somam 2%.

IDH: 0,720 (PNUD 2014) - desenvolvimento humano alto

Gini: (ano 2014) - 53,8 (alto)

Urbanização: 75% da população total (ano de 2010)

Expectativa de vida: 74,8 anos (estimativa 2012)

Expectativa de vida ao nascer: 75,1 anos (estimativa 2016)

Taxa de alfabetização: 93,4% da população (ano de 2015)

ECONOMIA:

A economia da Colômbia é a quarta maior da América Latina, depois de Brasil, México e Argentina, sendo a sexta maior economia das Américas, e a trigésima quarta maior economia do mundo em termos de PIB (Produto Interno Bruto). Sua economia está dividida em 13,9% para agricultura, 55,8% para serviços e 30,3% para indústria.

Produtos Agrícolas: café (principal), cacau, cana-de-açúcar, tabaco, banana, arroz, mandioca e batata;

Pecuária: caprinos, eqüinos, bovinos, suínos e aves;

Mineração: petróleo, carvão mineral, gás natural, níquel, ouro e pedras preciosas.

Indústria: alimentos, roupas, bebidas, máquinas e transportes;

Renda per capita: US\$ 8.100 (ano de 2015);

PIB (nominal): US\$ 380 bilhões (ano de 2015)

Taxa de crescimento do PIB: 3,1% (em 2015)

Composição do PIB por setor da economia: serviços (55,2%), indústria (38,3%) e agricultura (6,5%) - (estimativa 2015)

Posição no ranking econômico mundial: 34º (em volume de PIB 2015)

Força de trabalho (estimativa 2015): 24,1 milhões de trabalhadores ativos

Taxa de desemprego: 10,1% (em março de 2016)

Investimentos: 24,8% do PIB (2015 estimativa)

População abaixo da linha de pobreza: 32,9% (estimativa 2015)

Dívida Pública: 46% do PIB (em 2015)



Mapa



Taxa de Inflação: 8% (em março de 2016)

Taxa de crescimento industrial: 4% (em 2015)

Principais produtos exportados: petróleo, café, carvão e níquel.

Principais produtos importados: máquinas, bens de consumo duráveis, derivados e petróleo, e produtos químicos.

Principais parceiros econômicos (exportação): EUA, União Europeia, China e Equador.

Principais parceiros econômicos (importação): Estados Unidos, México, China e Brasil.

Exportações (em 2015): US\$ 48,5 bilhões

Importações (em 2015): US\$ 56 bilhões

Saldo da balança comercial (em 2015): déficit de US\$ 7,5 bilhões.

ADENDOS:

1) - DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE A BANDEIRA DA COLÔMBIA:

A bandeira da Colômbia foi adotada em 26 de novembro de 1861. Ela é composta por três faixas horizontais nas cores amarela, azul escuro e vermelha. A faixa amarela, na parte superior, corresponde à metade da área da bandeira. A outra metade inferior, é ocupada pelas cores azul escuro e vermelha (as duas sendo do mesmo tamanho).

A cor amarela representa o ouro e todas as riquezas minerais e naturais do solo colombiano. A cor azul simboliza a água dos mares que banham a costa do país, e a cor vermelha representa o sangue que os colombianos derramaram na luta pela independência do país.

Essas cores são as escolhidas por aqueles que lutaram pela independência do país no começo do século XIX, contra o domínio espanhol. A composição das cores na bandeira, foi de autoria do general venezuelano Sebastián Francisco de Miranda Rodríguez, que também foi o criador do plano militar de independência das colônias espanholas.

2) - HISTÓRIA DA COLÔMBIA:

Os primeiros rastros de ocupação humana da região remontam a 10 mil anos a.C. Diversos povos ameríndios, com níveis de desenvolvimento diferentes, ocupavam o território colombiano, sendo que o mais avançado deles na época da conquista espanhola eram os índios *muíscas* (*chibchas*). Em 1492, ano em que a América foi descoberta por Colombo, estima-se que a população indígena somava 850 mil pessoas, em diversos grupos, muitos deles hábeis artesãos que deixaram a marca de sua existência moldada em ouro.

Os povos das regiões planas e litorâneas, organizavam-se socialmente

como confederações de tribos, levavam vida muito simples e foram extintos pelos colonizadores espanhóis. Já em terras andinas, havia culturas mais desenvolvidas, entre as quais se destacava a dos *chibchas*, que ocupavam os pontos mais altos da parte central da cordilheira Oriental, na parte alta do rio Magdalena. Não chegaram a formar um império unitário, mas apresentavam muitos traços culturais comuns, e atingiram grande densidade populacional na savana de Bogotá.

As primeiras colonizações europeias permanentes em território americano foram na costa caribenha, sendo Darién, fundado em 1510, o primeiro assentamento europeu. As culturas indígenas se transformaram rapidamente em contato com a civilização. O catolicismo foi imposto e predominou sobre as religiões autóctones. Nas décadas seguintes, a coroa espanhola procurou fortalecer o império mediante maior centralização da administração e desenvolvimento do comércio. A população aumentou e começou a consolidar-se uma nova classe social com crescente poder: a dos *criollos*, descendentes de espanhóis nascidos na colônia.

Os excessos fiscais do governo espanhol provocaram, a partir de 1780, movimentos insurrecionais, que, devido às incertezas quanto ao destino do império após a invasão da Espanha pela França, em 1808, se transformaram em verdadeiras rebeliões armadas em 1810. Nesse ano, as jurisdições de Nova Granada expulsaram as autoridades espanholas. O Levante de Bogotá, de 20 de julho do ano, é comemorado como a data de independência. A capital colombiana, a essa época, contava com cerca de 50 mil moradores. A rivalidade entre os grupos que propugnavam uma federação e aqueles que tentavam centralizar a autoridade nos novos governos, provocou uma série de guerras civis, que facilitou a reconquista territorial pela Espanha.

As execuções e castigos praticados pelos espanhóis favoreceram a unidade dos setores libertários. Um grupo de patriotas iniciou a luta armada com apoio de Simón Bolívar. No mesmo ano, Bolívar invadiu Nova Granada e derrotou os espanhóis na Batalha de Boyacá. Em 1821, foi aprovada uma Constituição na qual se estabelecia uma forma republicana de governo e que o elegeu, Simón

Bolívar, como o primeiro presidente. Em 1822, sob a liderança dele, Nova Granada, Panamá, Venezuela e Equador foram unidos como a *República da Grande Colômbia*, que duraria só até 1830. Nesse ano, o que havia sido o vice-reino de Nova Granada fragmentou-se em três Estados independentes: Venezuela, Equador e a República de Nova Granada. Depois Panamá, que estava incluído no território da Colômbia, também se separou. A história política do país colombiano foi, desde então, basicamente um registro de conflitos, muitas vezes violentos, entre elementos liberais e conservadores para determinar a política de governo.

d) - REPÚBLICA DO EQUADOR

DADOS PRINCIPAIS:

(apud www.suapesquisa.com/paises/Equador, acessado 23/03/2017)

Área: 283.561km²

Capital: QUITO

População: 16,5 milhões de habitantes (estimativa 2016)

Moeda: dólar americano

Nome Oficial: República do Equador

Nacionalidade: equatoriana

Data Nacional: 24 de maio - Dia da Independência

Governo: República Presidencialista

Presidente: RAFAEL CORREA (desde 15 de janeiro de 2007)

GEOGRAFIA:

Divisão administrativa: 25 províncias

Cidade Principais: Guayaquil, Quito, Cuenca, Machala e Santo Domingo de los Colorados.

Ponto mais baixo: Oceano Pacífico (0 metros)

Ponto mais alto: Chimborazo (6.267 metros)

Principais recursos naturais: petróleo, madeira, minério de ferro.

Uso da terra: terra arável (5,71%), culturas permanentes (4,81%) e outros (89,48%)

Principais rios: rio Mataje, rio Santiago e rio Napo.

Principais problemas ambientais: poluição da água, erosão do solo, desertificação e poluição do ar nas grandes cidades.

Densidade Demográfica: 58,18 hab./km² (ano de 2016).

Fuso Horário: - 2 horas que no Brasil

Clima: Equatorial (litoral) e Equatorial de altitude (região interior)

Limites geográficos: Colômbia(norte), Peru(Sul e Leste) e Oceano Pacífico ;

DADOS CULTURAIS E SOCIAIS:

111

Composição da População: eurameríndios 55%, ameríndios 25%, europeus ibéricos 10% e afro-americanos 10%.

Idioma: espanhol (oficial)

Religião: cristianismo 93,3% (católicos) e outras religiões 6,7% - estimativa 2015.

IDH: 0,732 (PNUD 2014) - índice de desenvolvimento humano alto

ECONOMIA:

Principais setores econômicos: petróleo, indústria e agricultura.

PIB (nominal): US\$ 98,93 bilhões (em 2015)

PIB per capita: US\$ 6.190 (em 2015)

Taxa de crescimento do PIB: -0,6% (estimativa 2015)

Posição no ranking econômico mundial: 64º (em volume de PIB 2015)

Composição do PIB por setor da economia: serviços (59,7%), indústria (34,2%) e agricultura (6,1%): (estimativa 2015)

Força de trabalho (em 2015): 7,3 milhões de trabalhadores (estimativa)

Taxa de desemprego: 4,2% (em novembro de 2015)

Investimentos: 26,5% do PIB (em 2015- estimativa)

População abaixo da linha de pobreza: 25,1% (estimativa 2015)

Dívida Pública: 34,53% do PIB (em 2015)

Taxa de Inflação: 3,3% (em março de 2016)

Taxa de crescimento da produção industrial: -1% (estimativa 2015)

Principais produtos agropecuários produzidos: banana, café, cacau, arroz, batata e mandioca.

Principais produtos industrializados produzidos: petróleo, alimentos processados, tecidos, produtos de madeira e produtos químicos.

Principais produtos exportados: petróleo, banana, flores, café e cacau.

Principais produtos importados: materiais industriais, equipamentos, combustíveis e lubrificantes.

Principais parceiros econômicos (exportação): Peru, Chile e Colômbia

Principais parceiros econômicos (importação): Colômbia, Venezuela e Brasil.

Exportações (em 2015): US\$ 18,36 bilhões

Importações (em 2015): US\$ 20,93 bilhões

Saldo da balança comercial: déficit de US\$ 2,57 bilhões (em 2015)

ADENDOS:

1)-Dados e informações sobre a bandeira do Equador:

A bandeira do Equador formada por três faixas (listras) nas cores amarela (superior), azul (meio) e vermelha (inferior). No centro da bandeira está localizado o brasão de armas do país. A proporção da bandeira é de 2:3.

Significado:

As cores da bandeira possuem os seguintes simbolismos:

- Amarelo: o ouro e outros recursos naturais encontrados no solo do Equador.

- Azul: as águas do oceano e o céu.

- Vermelho: o sangue derramado pelos heróis do país que lutaram pela pátria e liberdade no processo de independência.

Bandeira



Mapa



Origem:

113

A bandeira foi adotada pela primeira vez em 26 de setembro de 1860. O escudo foi incorporado à bandeira somente em 1900.

2)-HISTÓRIA DO EQUADOR:

A História do Equador compreende um período de cerca de nove mil anos, sendo subdividido em cinco períodos principais: Era pré-colombiana, Conquista espanhola, Era colonial, Independência e República. O local mais antigo de povoamento, no Equador, fica no litoral sul, na atual província de Santa Elena. Antes dos incas conquistarem a região, no século XV, já havia civilizações indígenas desenvolvidas naquele local. Os espanhóis chegaram em 1534, derrotaram os incas e começaram a sua colonização. A população indígena foi dizimada em função das doenças, trazidas pelos espanhóis, às quais não tinham imunidade. Em 1563, Quito, atual capital do país, passou a ser a sede administrativa equatoriana.

A decadência social se acentuou a partir da segunda metade do século XVIII. Os historiadores atribuem a vários fatores a queda do sistema colonial, um deles o fim da produção de prata, na localidade de Potosí. A produção de têxteis ficou notavelmente reduzida. As reformas introduzidas limitaram também o poder das elites privadas.

A independência aconteceu, entre 1809 e 1822, e foi dirigida pelo general Sucre com a ajuda de Simon Bolívar. Suas causas foram de origens interna e externa, uma delas, a influência da revolução francesa na região. Depois de 1822, o Equador fez parte da Grã Colômbia, dirigida por Bolívar.

Em 1830, o país obteve sua independência final sob o nome de República do Equador. De 1830 até 1948 o país passou por mais de 62 governos sucessivos, governos presidenciais, militares e ditatoriais. O poder se alternou entre partidos conservadores e liberais. Entre 1941 e 1942, o Equador entrou em guerra com o Peru, que invadiu a parte sul do território equatoriano. A Guerra terminou com o Equador perdendo a metade do seu território, e quase toda sua região amazônica.

Nos anos 70, deu-se o apogeu da exploração do petróleo, e o Equador tornou-se o segundo maior produtor da América Latina, ficando somente atrás da Venezuela, isto incrementou sua economia, mas também aumentou a

inflação e as desigualdades sociais.

114

No ano de 1972 houve um golpe militar, e a redemocratização só teve início em 1978. Desde 1979, aconteceram governos democráticos e transcorreram normalmente, mas, em 1996, quando Abdala Bucaram foi eleito, o Equador entrou num período de crise e instabilidade política. Na década de 90, desastres naturais e uma queda do preço do petróleo, levaram o Equador a passar pela pior crise de sua história, levando o país a um colapso econômico, que resultou numa crise política. Durante três anos, dois presidentes foram destituídos. Sob o governo de Gustavo Noboa, eleito no início do ano 2000, o Equador passou por reformas econômicas que melhoraram as relações com as instituições financeiras internacionais. Em março daquele ano, o *sucre*, antiga moeda do país, foi substituído pelo dólar americano.

Com o objetivo de reduzir a crise econômica, o governo em 2003 anunciou cortes de salários e redução de gastos públicos, e retomou as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

e) - REPÚBLICA DO PERU

DADOS PRINCIPAIS:

(www.suapesquisa.com/paises/peru , acessado em 15/03/2017)

Área: 1.285.220 km²

Capital: LIMA

População: 30,9 milhões de habitantes (estimativa 2016)

Moeda: Novo Sol

Nome Oficial: República do Peru

Nacionalidade: peruana

Data Nacional: 28 de julho - Dia da Independência

Governo: República Presidencialista

Presidente: PEDRO PABLO KUCZYŃSKI (desde 28 de julho de 2016)

GEOGRAFIA:

Localização Geográfica: região ocidental da América do Sul

Coordenadas Geográficas: 10 00 S, 76 00 W

Limites geográficos: Equador e Colômbia (norte), Brasil e Bolívia (leste), Oceano Pacífico (oeste), Chile (sul)

Fronteiras com os seguintes países: Equador, Colômbia, Brasil, Bolívia e Chile.

Cidade Principais: Lima, Arequipa, Trujillo e Chiclayo.

Densidade Demográfica: 24,04 hab./km² (ano de referência: 2016)

Fuso Horário: - 2h com relação ao Brasil

115

Extensão do litoral: 2.414 km

Clima: árido tropical na região litorânea; de montanha na região da Cordilheira dos Andes; equatorial na região da Floresta Amazônica.

Relevo: planície costeira (oeste), montanhoso na região central (Cordilheira dos Andes), planície na região oriental (Floresta Amazônica)

Ponto mais baixo: Oceano Pacífico (0 metros)

Ponto mais alto: Nonte Nevado Huascarán (6.768 metros)

Principais recursos naturais: cobre, ouro, prata, petróleo, minério de ferro e carvão mineral.

Uso da terra: terra arável (2,88%), culturas permanentes (0,47%) e outros (96,65%)

Principais rios: rio Amazonas, Madre de Dios, Amoramago e Yetau.

Principais problemas ambientais: desmatamento, poluição do ar na capital (Lima), erosão do solo, poluição dos rios e águas costeiras.

DADOS CULTURAIS E SOCIAIS:

Composição da População: ameríndios 45%, eurameríndios 37%, europeus ibéricos 15%, outros 3%

Idioma: espanhol, aimará e quíchua (oficiais)

Religião: cristianismo 98% (católicos 92,5%, protestantes 5,5%), outras 2%.

IDH: 0,734 (PNUD 2014) - índice de desenvolvimento humano alto

Taxa de analfabetismo: 10,2 % da população (ano de 2015 - estimativa)

Expectativa de vida ao nascer: 72,8 anos (estimativa 2013)

ECONOMIA:

O país é considerado uma nação em desenvolvimento com um nível de pobreza de 34%. As principais atividades econômicas incluem a agricultura, a pesca e a exploração mineral.

Moeda: Novo Sol

PIB (nominal): US\$ 192,1 bilhões (em 2015)

PIB per capita: US\$ 6.021 (em 2015)

Renda per capita: US\$ 6.021 (ano de 2015).

Posição no ranking econômico mundial: 48º (em volume de PIB 2015)

Taxa de crescimento do PIB: 3,3% (em 2015)

Composição do PIB por setor da economia: serviços (58,5%), indústria (34,5%) e agricultura (7%) - (estimativa 2015)

Força de trabalho (em 2015): 16,8 milhões de trabalhadores ativos

Taxa de desemprego: 7,2% (no 3º trimestre de 2015)

Investimentos: 26,9% do PIB (2015 estimativa)

População abaixo da linha de pobreza: 28,1% (estimativa 2015)

Dívida Pública: 23,6% do PIB (em 2015)

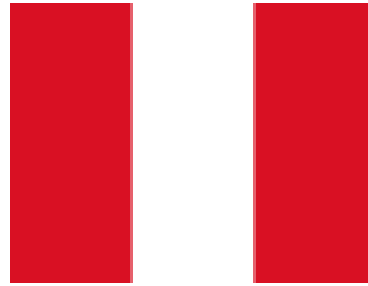
Taxa de Inflação: 4,1% (em março de 2016)

Taxa de crescimento da produção industrial: -0,3% (estimativa 2015)

Principais setores econômicos: mineração e agricultura.

Pecuária: bovinos, caprinos, ovinos, aves.

Mineração: cobre, chumbo, zinco, prata, petróleo e ouro.



Mapa



Indústria: refino de petróleo, têxtil, alimentícia, vestuário, bebidas, processamento de gás natural.

Principais produtos agropecuários produzidos: café, cacau, cana-de-açúcar, algodão, aspargos, arroz, milho e batata.

Principais produtos industrializados produzidos: tecidos, derivados de pesca, cimento, alimentos processados, aço.

Principais produtos exportados: cobre, ouro, estanho, zinco, minério de ferro e petróleo

Principais produtos importados: derivados de petróleo, produtos químicos, máquinas, veículos e aparelhos eletrônicos.

Principais parceiros econômicos (exportação): Estados Unidos, China, Suíça, Canadá.

Principais parceiros econômicos (importação): Estados Unidos, China, Brasil e Equador.

Exportações (em 2015): US\$ 36,35 bilhões

Importações (em 2015): US\$ 38,97 bilhões

Saldo da balança comercial: déficit de US\$ 2,62 bilhões (em 2015)

Organizações comerciais que participa: Pacto Andino, APEC e OMC (Organização Mundial do Comércio).

ADENDOS:

1)-dados e informações sobre a bandeira

Significado:

A bandeira do Peru é composta por três faixas verticais de mesmo tamanho. As faixas laterais são na cor vermelha e a central na cor branca. A proporção da bandeira é de 2:3. A cor vermelha representa dois aspectos culturais importantes na História do Peru: referência ao estandarte dos Incas e à bandeira do reino de Castela (Espanha). Vale lembrar que o povo peruano tem sua formação étnica de parte inca e de parte espanhola. Já a cor branca simboliza a paz, pureza de sentimentos e justiça.

Origem:

Essa bandeira foi adotada como símbolo nacional em 25 de fevereiro de 1825. O desenho original da bandeira é de Jose de San Martin, posteriormente modificada por José Bernardo de Tagle.

Dia da bandeira:

É comemorado no Peru, em 7 de junho, o Dia da Bandeira. A data é uma referência à Batalha de Arica (entre Peru e Chile em 1880).

HISTORIA DO PERU

Os primeiros indícios da presença humana no território peruano, datam de aproximadamente 10.560 a.C. A mais antiga sociedade complexa conhecida no Peru e nas Américas, a *Civilização de Caral*, floresceu ao longo da costa do Oceano Pacífico entre 3.000 e 1.800 a.C.

No século XV, os incas emergiram como um poderoso Estado, e no espaço de um século, formaram o maior império da América pré-colombiana. As socie-

dades andinas eram baseadas na agricultura, utilizando técnicas como a irrigação e terraceamento, mas a pecuária de camelídeos e a pesca também eram importantes. A organização era baseada nos princípios da reciprocidade e da redistribuição, porque essas sociedades não tinham nenhuma noção de mercado ou dinheiro.

O seu território foi elevado a vice-reinado pelo Império Espanhol, no século XVI. Após a sua independência, em 1821, o Peru passou por períodos de alternância entre turbulência política e crise fiscal e estabilidade e crescimento econômico. No final do século XIX, devastado pelas guerras emancipatórias, o país tentou se recompor economicamente pelo caminho da diversificação das suas atividades. No litoral, produzia-se algodão e açúcar, cuja exportação o governo financiava com os lucros da venda de um fertilizante natural, o *guano*. Na serra, subsistiam as comunidades indígenas. Logo surgiram nessa região, fazendas para a produção de lã, ao mesmo tempo em que começava um novo surto minerador.

O potencial de participação popular sempre foi um projeto mantido sob o controle de uma elite, configurando-se como uma variante de despotismo esclarecido. Os que desencadearam essa onda reformadora, nunca abdicaram da intenção de assegurar um efetivo controle sobre os seus efeitos. Foram alterações que certamente ainda repercutirão por muito tempo, não só no país, como em todo o continente.

f) - REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA:

DADOS PRINCIPAIS:

(www.suapesquisa.com/paises/Venezuela)

Área: 916.445 km²

Capital: CARACAS

População: 40,05 milhões de habitantes (estimativa 2016)

Moeda: bolívar

Nome Oficial: República Bolivariana da Venezuela

Nacionalidade: venezuelana

Data Nacional: 5 de julho - Dia da Independência

Governo: República Presidencialista

Fontes: IBGE, Ministério de Minas e Energias, Banco Mundial, CIA The World Factbook e MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços)

Presidente da República: NICOLÁS MADURO (desde 8 de março de 2013)

DADOS PRINCIPAIS:

Fontes: IBGE, Ministério de Minas e Energias, Banco Mundial, CIA The World Factbook e MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços)

Divisão administrativa: 23 estados

GEOGRAFIA: Localização Geográfica: norte da América do Sul

Coordenadas Geográficas: 8 00 N, 66 00 W

Limites geográficos: Mar do Caribe (norte); Brasil (sul); Colômbia (oeste); Guiana (leste)

Fronteiras com os seguintes países: Brasil, Colômbia e Guiana.

Extensão do litoral: 2.800 km

Clima: tropical

Relevo: planícies no norte, Montanhas no noroeste (Cordilheira dos Andes); planaltos no centro e Sudeste.

Ponto mais baixo: Mar do Caribe (0 metros)

Ponto mais alto: Pico Bolívar (5.007 metros)

Principais recursos naturais: petróleo, gás natural, ferro, bauxita, diamantes e ouro.

Uso da terra: terra arável (2,85%), culturas permanentes (0,88%) e outros (96,27%)

Principais rios: Orinoco, Caroni, Caura, Apure, Arauca e Ventuari.

Principais problemas ambientais: desmatamento, degradação do solo, poluição do ar, contaminação das águas.

Cidade Principais: Caracas, Barcelona, Valencia, Barquisimeto e Ciudad Guayana

Densidade Demográfica: 43,64 hab./km² (ano de 2016)

Fuso Horário: - 1h que no Brasil

DADOS CULTURAIS E SOCIAIS:

Composição da População: eurameríndios 67%, europeus ibéricos 21%, afro-americanos 10%, ameríndios 2%

Idioma: espanhol (oficial)

Religião: cristianismo 92,7% (católicos), outras 7,3%.

IDH: 0,762 (PNUD 2014) - desenvolvimento humano elevado

Expectativa de vida ano nascer: 74,2 anos (PNUD 2014)

Índice Gini: 44,8 (médio) - ano de 2013

Analfabetismo: 4,4% (referência: ano de 2016).

ECONOMIA:

Principais setores econômicos: mineração (principalmente petróleo), indústria e agricultura.

Moeda: Bolívar Venezuelano

PIB (nominal): US\$ 480 bilhões (ano de 2015)

PIB per capita: US\$ 12.050 (ano de 2015)

Taxa de crescimento do PIB: -5,7% (ano de 2015)

Posição no ranking econômico mundial: 29º (por volume de PIB 2015)

Composição do PIB por setor da economia: serviços (61,2%), indústria

(35,1%) e agricultura (3,8%) - (estimativa 2015)

Força de trabalho (ano de 2015): 14,02 milhões de trabalhadores

Taxa de desemprego: 6% (4º trimestre de 2015)

Investimentos: 19,2% do PIB (2015 estimativa)

População abaixo da linha de pobreza: 31,2% (estimativa 2015)

Dívida Pública: 52% do PIB (2015- estimativa)

Taxa de Inflação: 180,9 % (em 2015)

Taxa de crescimento industrial: -8% (em 2015)

Principais produtos agropecuários produzidos: milho, sorgo, cana, arroz, banana, café, peixe, carne bovina, leite

Principais produtos industrializados produzidos: produtos derivados de petróleo, materiais de construção, alimentos processados, tecidos, aço, alumínio.

Principais produtos exportados: petróleo e alumínio, bauxita, minerais, produtos químicos, produtos agrícolas.

Principais produtos importados: produtos para agricultura, matérias-primas, máquinas e equipamentos, equipamentos de transporte, materiais de construção.

Principais parceiros econômicos (exportação): EUA, Colômbia, Brasil e China;

Principais parceiros econômicos (importação): Estados Unidos, Colômbia, China, Brasil e México.

Exportações (ao de 2015): US\$ 47,53 bilhões

Importações (ano de 2015): US\$ 33,36 bilhões

Saldo da balança comercial: superávit de US\$ 14,17 bilhões (em 2015)

Organizações comerciais que participa: Mercosul, OMC e Opep.

ADENDOS:

1) – dados e informações sobre a bandeira

A bandeira da Venezuela é composta por três faixas (listras) horizontais e de mesmo tamanho. A superior é na cor amarela, a central em azul e a inferior em vermelho. No canto esquerdo superior (faixa amarela) está posicionado o brasão de armas da Venezuela. Este brasão está presente apenas na versão estatal da bandeira. No centro da bandeira (faixa azul) aparecem 8 estrelas brancas, formando um semicírculo. A proporção da bandeira é de 2:3.

Significado:

- A cor amarela simboliza o ouro e todas as riquezas minerais do país.
- A cor azul simboliza as águas do mar que banham o litoral venezuelano.
- A cor vermelha representa o sangue derramado pelos venezuelanos que lutaram pela independência do país.

Sete das estrelas representam as províncias que formavam a Venezuela em 1811 (ano do Ato de Independência). Em 2006, o governo de Hugo Chávez, adicionou mais uma estrela à bandeira em homenagem a Simon Bolivar, por sua luta no processo de independência do país.

Bandeira



Mapa



Origem:

122

A bandeira foi desenhada pelo General Francisco de Miranda (político, diplomata e escritor venezuelano) em 1806, e modificada por governos posteriores.

Dia da Bandeira

Na Venezuela, o Dia da Bandeira é comemorado em 3 de agosto.

HISTÓRIA DA VENEZUELA:

Acredita-se que o que hoje conhecemos como território venezuelano, já era habitado por indígenas há aproximadamente 12.000 anos. Os grupos mais importantes daquela época se chamavam: *chibchas*, *arawakos*, *caribes* e *guajiros*.

Após sair da Espanha, em maio de 1499, Alonso de Ojeda realizou a primeira expedição que percorreu o país, e ao chegar, ficou impressionado com o fato dos índios construírem suas casas sobre estacas, como em Veneza, daí batizou o país de *pequena Veneza*. Só a partir de 1515 ocorreu ali a colonização espanhola.

A independência da Venezuela foi declarada pelo Congresso Nacional, no dia 5 de julho de 1811, mas levou alguns anos, após muitas batalhas entre os exércitos patriotas e os realistas, e com grande participação do comandante patriota Simón Bolívar e de Francisco de Miranda, até que o país tornou-se completamente independente.

Entre 1810 e 1830, a Venezuela passou a fazer parte da Gran Colômbia, território que também englobava Colômbia, Equador, Panamá. A separação venezuelana foi dirigida pelo general José Antonio Páez, que já havia combatido sob as ordens de Bolívar. Páez foi o primeiro presidente do novo estado venezuelano e governou até 1863 (apud <http://www.infoescola.com/venezuela/>, acessado em 27/03/2017).

O país começou sua integração no mercado internacional exportando café e rivalizando com o Brasil e a Colômbia. Entretanto, o surgimento de enclaves petrolíferos fez o petróleo se tornar a principal atividade exportadora, e por sua virtude, a Venezuela conheceu uma modernização acelerada, embora concentrada em alguns pontos do país.

O longo período ditatorial venezuelano iniciou-se em 1908, quando o general

Juan Vicente Gómez (o *Tirano dos Andes*) subiu ao poder, fato que assinalaria o auge do Estado oligárquico. Gómez permaneceu como ditador até 1935, e seu governo caracterizou-se pelo enriquecimento e corrupção da alta oficialidade do Exército, especialmente dos elementos originários da região do Oriente Andino.

Em 1946, um golpe militar projetou politicamente duas figuras que seriam importantes no futuro imediato da nação: Rómulo Betancourt, líder da Ação Democrática, e o major Marco Peres Jimenez. Em 1947, foi eleito um romanista como presidente, Rómulo Gallegos, que adotou um programa de cunho reformista e populista, mas que não tardou a desagradar os setores conservadores: reforma agrária, punição a militares corruptos e aumento dos pagamentos efetuados pelas multinacionais, que usufruíam do direito de extrair petróleo do país.

Uma junta militar derrubou Gallegos em 1948, e ficou no poder até 1952. Apesar da repressão, e como as oposições ameaçavam vencer as eleições de novembro daquele ano, o candidato dos militares e conservadores, o major Perez Jimenez, foi empossado como presidente, e de 1952 a 1958, exerceu uma ditadura ao melhor estilo: favorecimento às oligarquias e às multinacionais do petróleo, e feroz anticomunismo, mas esse seu programa político não atingiu as estruturas mais profundas da sociedade.

Com sua deposição em 1958, o país entrou numa fase democrático/constitucional, que dura até hoje. A república democrática, então instalada, pode ser dividida em duas etapas. A primeira (1958 a 1973), foi uma época de crescimento econômico, de baixo conflito social e de crescente estabilidade política. A participação popular nos processos eleitorais foi então alta, com índices baixos de abstenção.

A *época de questionamento*, a segunda fase, se localiza no primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (1974/1978), manifesta pela incapacidade do Estado em manejar adequadamente os recursos provenientes da alta súbita dos preços de petróleo; o crescimento desordenado de empresas estatais; a entronização do capitalismo no Estado, em vista da sua forte presença na

economia; o surgimento e enriquecimento repentino de grupos econômicos emergentes, na sombra do Estado; o aumento da corrupção política e administrativa, com frequentes escândalos ventilados ante a opinião pública e sem maiores sanções; o incremento das demandas da população ao Estado. Um dos símbolos da crise, constituiu-se na desordem do financiamento externo consequência do anárquico regime, graças ao qual acessavam o crédito externo, sem ordem, as diversas instituições do Estado, tanto as centralizadas quanto as descentralizadas, produzindo-se tal caos, que a primeira e mais árdua tarefa do Estado consistiu em quantificar a dívida.

Embora tenham sido realizadas algumas reformas, a solidez institucional venezuelana se fundamentava em uma estável hegemonia das classes dominantes. Os partidos, progressivamente, perderam sua capacidade de articular os variados interesses, necessidades e aspirações da sociedade. Por isso, a sociedade começou a acusar os políticos de serem os causadores da crise. A Constituição aprovada, mediante referendo popular em dezembro de 1999, gozou de indiscutível legitimidade democrática (aprovada com 71,78% do sufrágio), além de ser a primeira Constituição da agitada vida republicana (26 Constituições), em ser ratificada diretamente pelo povo.